

Jacques de Mahieu

OS VIKINGS NO BRASIL

Tradução de
Wilma Freitas Ronald de Carvalho

Revisão Técnica de
André Selon

LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA S.A.

© Grabert-Verlag-Tübingen, 1975
Título original: *Des Sonnengottes heilige Steine*
Tradução feita a partir da versão francesa

Capa: Eugenio Hirsch

Fotos: do autor, salvo quando indicado em contrário
Desenhos: Jorge Russo

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1976

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados à
LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA S.A.
Rua Barão de Lucena, 43
Botafogo — ZC-02
20.000 Rio de Janeiro, RJ

Pesquisa efetuada com a colaboração
de Hermann Munk, André Selon
e Pierre Krebs.

SUMÁRIO

I. AS AMAZONAS

1. As guerreiras brancas	11
2. Alguns testemunhos indígenas	14
3. O país das Amazonas	18
4. As Amazonas reencontradas	21
5. "Tatuagens" reveladoras	25
6. A origem das Amazonas	26

II. O IMPÉRIO DO GRANDE PAYTITI

1. A miragem do ouro	33
2. Os guardas dos caminhos	37
3. Os mitos do Orenoco	41
4. As inscrições rupestres da Guiana	44
5. Vestígios das entradas do império	48
6. A Montanha e a Planície	52

III. OS SOBREVIVENTES DA GUARDA BRANCA

1. Os "índios brancos" da Amazônia	59
2. Os guardas brancos das Guianas	62
3. Uma pesquisa no Piquiá	70
4. Os caboclos louros do Piauí	75
5. Os Vikings da floresta	78

IV. AS SETE CIDADES DO PIAUÍ

1. A inacreditável fantasia da natureza	83
2. Os navios rupestres	86
3. Os "barbados da planície"	88
4. O guardião da herança	89
5. Uma ameaça	91
6. Grafitos antropônimos	92
7. Conselho e zombaria	94
8. Símbolos nórdicos	96
9. Gigantescos <i>Externsteine</i>	97
10. O porto mineiro do Parnaíba	100
11. O portulano das Sete Cidades	107
12. Um lugar sagrado do Ocidente	108

V. AS PEDRAS QUE FALAM

1. Bosques sagrados e túmulos	113
2. O <i>drakkar</i> de Inhamuns	117
3. A miragem fenícia	119
4. Mensagens na floresta	121
5. Exploradores e soldados	124

VI. AS ENSEADAS DO ATLÂNTICO

1. A ilha dos oleiros	129
2. Portos lacustres e muralhas	130
3. O "caminho do homem branco"	132
4. A Pedra da Gávea	136
5. O prodígio de ouro	142
6. A costa dinamarquesa	143

VII. VIKINGS E NORMANDOS

1. O balanço de uma pesquisa	149
2. A origem dos Vikings de Tiahuanaco	151
3. A herança normanda	154

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS	157
----------------------	-----

ILUSTRAÇÕES	163
-------------	-----

I. AS AMAZONAS

1. AS GUERREIRAS BRANCAS

Estamos em 1542. Sob as ordens do Capitão Francisco de Orellana, cinquenta e sete espanhóis descem — e esta é a primeira vez desde a Conquista que se efetua essa aventura — o Grande Rio que alguns chamam Maranhão e que, já se sabe, vai lançar suas águas no Atlântico. Contam com dois bergantins — grandes canoas primitivas sem cobertura —, o maior deles, construído por eles mesmos, deve ter cerca de vinte metros de comprimento por dois de largura e um de profundidade. Apesar de estarem navegando a favor da corrente, fazem-no lentamente a vela e a remo, pois não dispõem de guias índios e por isso mesmo perdem-se, sem cessar, pelos meandros dos braços secundários do rio-mar. Após alguns dias, acampam na ilha dos Tupinambás, que em nossos mapas denominamos de Santa Rita. Mais uma vez, são atacados pelos indígenas. Porém, hoje, eles não estão sozinhos.

“Vocês devem saber, escreve o Padre Gaspar de Carvajal (1)*, capelão da expedição, que estes (os atacantes) estão sujeitos e tributários das Amazonas. Ao saberem da nossa vinda, foram lhes pedir socorro e então apareceram aquelas dez ou doze que vimos. Elas vinham na frente de todos os índios, como se fossem capitães, e combatiam com tamanho ardor que os índios nem ousavam tentar fugir. Aquele que o fizesse, elas o matavam de pancadas diante de nós e esta é a razão por que os índios se defendiam tanto. Essas mulheres são muito alvas e altas. Têm cabelos longos, penteados em tranças ou coque. São tremen-

* Os números referem-se às notas bibliográficas do fim do volume.

damente musculosas e andam nuas em pêlo (*sic: en cuero*), cobrindo apenas suas vergonhas. Usam arcos e flechas e são tão valentes no combate que valem por dez índios”.

Este testemunho é o primeiro que tivemos, prestado por um europeu, a respeito destas misteriosas mulheres guerreiras às quais as lendas indígenas já se referiam há muito tempo. Teremos que esperar mais de quatrocentos anos para conseguirmos uma segunda citação. Todavia, o Padre de Carvajal é digno de crédito. Este dominicano era o homem mais realista que possamos imaginar. Não encontramos no seu relato nem a menor fantasia, nem sequer alguns dados sobre a flora e a fauna das regiões por onde passou. O capelão de Orellana limitava-se a manter uma espécie de diário de bordo, que só tratava das distâncias, itinerários, reabastecimentos e combates. Por outro lado, ele nada mais era do que o porta-voz de seus companheiros e, sobretudo, do seu capitão. Não temos apenas um testemunho, mas cinquenta e sete testemunhas.

Sem falar do bom Padre que perdera um olho durante a batalha, os espanhóis não podiam esquecer o ataque daquelas mulheres brancas “nuas” que os tinham crivado de flechas. A surpresa fora tão grande que após o combate resolveram interrogar, minuciosamente, a respeito delas, os índios que tinham feito prisioneiros. Deixemos a palavra com o Padre de Carvajal, tão pesado e preciso quanto um escrivão:

“O Capitão (Orellana) perguntou-lhe (a um cacique) quem eram aquelas mulheres; o índio disse que eram mulheres que viviam no interior das terras, a sete dias de caminhada da margem do rio, e que, como o senhor Couynco era seu vassalo, elas tinham vindo para vigiar a margem. O Capitão perguntou-lhe se essas mulheres eram casadas; o índio respondeu que não. O Capitão indagou de que maneira viviam; o índio respondeu que, como já o tinha dito, moravam no interior das terras e que ele já estivera lá por diversas vezes, vira seus costumes e seu habitat, quando ia lhes levar o tributo que o senhor lhes mandava na sua qualidade de vassalo. O Capitão quis saber se eram numerosas; o índio disse que sim, que conhecia o nome de sessenta aldeias . . . e já estivera em algumas delas. O Capitão indagou se as aldeias eram construídas em palha; o índio disse que não, mas em pedra e com portas, e que de uma aldeia até a outra havia caminhos fechados de um lado e do outro com postos de guarda de quando em quando, pois ninguém podia entrar sem pagar pedágio. O Capitão perguntou se essas mulheres tinham crianças; o índio respondeu que sim. O Capitão indagou como ficavam grávidas, se não eram casadas e nenhum homem vivia entre elas; ele explicou que essas índias se unem, de tempos em tempos, a alguns índios e que, assim

que sentem vontade, reúnem uma numerosa tropa composta de guerreiras e vão lutar contra um grande senhor que mora e tem suas terras perto das dessas mulheres, levam-nos à força com elas para a sua terra por tanto tempo quanto queiram e, assim que engravidam, mandam-nos de volta à terra deles sem lhes fazer mal; e, em seguida, quando chega o momento de dar à luz, se têm um menino, matam-no ou* enviam-no a seu pai e, se é uma menina, criam-na com muita solenidade e ensinam-lhe as coisas da guerra. Além disso afirma que, entre essas mulheres, há uma senhora que exerce autoridade e jurisdição sobre todas as outras, e cujo nome é Coñori. Afirma que há uma grande riqueza em ouro e prata, que todos os serviços de mesa das mulheres mais importantes e educadas são feitos com esses metais, enquanto que as plebéias utilizam vasilhas de madeira, exceto as que vão ao fogo, que são de terra. Diz que na cidade principal e capital onde mora a senhora, existem cinco grandes construções que são os templos e casas dedicadas ao Sol, que chamam de caranain, e que estas casas são cobertas, desde o chão até meia altura, com pesados painéis totalmente pintados em diversas cores, que essas casas contêm numerosos ídolos femininos de ouro e prata, numerosos objetos em ouro e prata destinados ao serviço do Sol. As mulheres usam roupas feitas com uma lã muito fina, pois nessa terra existem numerosos carneiros como aqueles do Peru**; sua roupa é feita de peças de tecido que as cobrem desde os seios, e outras que se parecem com capas, amarradas na frente por cordões; têm os cabelos longos, e quando estão na aldeia deixam-nos soltos e usam sobre a cabeça coroas de ouro com uma largura de dois dedos e suas cores. Acrescentou que naquela região, e segundo o que compreendemos, existem camelos que são carregados*** e outros animais, não conseguimos perceber de que se trata, que são do tamanho de um cavalo, com pêlo de quinze centímetros****, o focinho fendido e que são mantidos amarrados, mas em pouco número. Diz que nessa terra há duas lagoas de água salgada de onde elas tiram o sal”.

Essas mulheres submeteram à sua autoridade numerosas tribos vizinhas, “contudo, existem algumas outras com as quais ainda estão em

* O texto diz “e”, mas deve se tratar de um erro de impressão, como teremos oportunidade de verificar mais adiante.

** Lhamas, alpacas e vicunhas.

*** As lhamas são camelídeos. No Peru são utilizadas como animais de carga.

**** O texto em espanhol diz *un jeme*. *Jeme*, unidade de medida que não possui equivalente em francês, é igual à distância que separa a ponta do polegar da extremidade do indicador mantendo-se esses dois dedos bem afastados.

estado de guerra, especialmente aquela sobre a qual já falamos e de onde tiram os homens para se unirem a elas; comenta-se que estes são muito altos e brancos”.

Os espanhóis não devem ter ficado muito surpreendidos com as declarações de seus prisioneiros. “Tudo quanto nos disse esse índio e muito mais coisas ainda — acrescenta, na verdade, o Padre de Carvajal —, já o tínhamos sabido a seis léguas de Quito, pois lá se sabem muitas coisas a respeito dessas mulheres. Numerosos índios descem o rio para vê-las e vão a umas 1.400 léguas, e é por esta razão que lá os índios nos diziam que quem quisesse ir ao país dessas mulheres devia partir rapaz e voltar na velhice.”

O Capitão ficou tão impressionado com o encontro com as guerreiras brancas que ao voltar para a Espanha, quando os cartógrafos começaram a designar o Maranhão como “Rio de Orellana”, ele pediu e conseguiu que essa denominação fosse mudada para “Rio das Amazonas”, nome que perdurou para o rio-mar.

2. ALGUNS TESTEMUNHOS INDÍGENAS

Francisco de Orellana e seus homens chegaram ao Grão-Pará (hoje Belém) no dia 25 de agosto de 1542 e podemos supor que aí tenham descansado durante algum tempo antes de prosseguirem sua viagem até à ilha de Tobago, de onde voltaram para a Espanha. Portanto, é quase impossível que a notícia e, em todo o caso, os pormenores da sua expedição fossem conhecidos no Paraguai quando, em 1543, o General de Irala e o Almirante Nuñez Cabeza de Vaca resolveram subir o rio Paraguai à procura de Juan Ayolas, desaparecido no caminho para Potosi. E, no entanto, no decorrer da expedição, Irala escutou referências a “mulheres que lutam como homens, tremendamente corajosas, guerreiras e donas de uma quantidade incalculável de ouro e prata . . . cujos serviços de mesa . . . são de ouro e prata . . . todos os materiais com que constroem suas casas . . .” (2)

Alguns anos mais tarde, no decorrer de uma segunda viagem, Irala, “ao transpor a cordilheira do Peru”, alcançou a atual província boliviana de Santa Cruz, na bacia do Amazonas, onde ouviu falar sobre um grande rio que corre de norte a sul, ao contrário do rio da Prata e que julgou se tratar do Maranhão. Os índios também mencionaram para ele

“uma província populosa cujas aldeias ficavam situadas à beira de um grande lago e que possuía uma grande quantidade de ouro do qual se serviam os habitantes; razão pela qual os espanhóis denominaram o lago de El Dorado. Os naturais desta região, diziam eles, têm por vizinhos as aldeias de mulheres sozinhas que só têm o seio do lado esquerdo, pois, o da direita, elas queimavam através de determinados processos a fim de poder combater com arcos e flechas, com os quais são muito hábeis e treinadas, fazendo lembrar as mulheres da Cítia a respeito das quais os Antigos escreviam . . .” (3)

Como se pode constatar, a lenda já enriquecia as narrativas dos indígenas. Por mais ambíguas que sejam essas linhas escritas por Días de Guzmán, em 1612, é aos índios que o autor atribui o particular da ablação do seio direito, particular evidentemente tirado de Heródoto e de Deodoro de Sicília, que nenhum testemunho, direto ou indireto, jamais confirmou no que se refere à América. Não encontramos nada disso, por exemplo, na narrativa que nos deixou o Padre Cristóbal de Acuña a respeito da sua descida pelo Amazonas, em 1639.

Poucos meses antes, tinha chegado a Quito o Capitão-major Pedro de Teixeira que, com sessenta e sete soldados portugueses e mil e duzentos índios, remadores e guerreiros, sem falar do pessoal de serviço, acabava de subir o Amazonas desde a sua foz, a bordo de quarenta e sete bergantins. Naquela época Portugal era um dos reinos que formavam a Espanha. Contudo, o conde de Chichón, vice-rei do Peru, não tinha a menor vontade de ter a seu lado uma tropa tão numerosa e aguerrida sob as ordens de um português. Mas também não queria permitir que Teixeira descesse o rio sem controle. Portanto, mandou que dois jesuítas o acompanhassem, sendo que um deles, o Padre de Acuña, era irmão de seu Tenente-general*, corregedor em Quito. Os portugueses perceberam logo que aqueles religiosos não os acompanhavam apenas para rezarem a missa, pois, antes de alcançarem o Grão-Pará, tentaram fazer um desvio na rota para capturarem alguns índios que esperavam vender nas fazendas da província do Maranhão: o “capelão” falou em nome do Rei e a flotilha continuou seu caminho.

O Padre de Acuña deixou-nos um relato (4) da sua viagem cheio de informações precisas a respeito dos habitantes, da fauna e da flora da Amazônia. Consciente da sua responsabilidade, controlava-se a cada linha, receoso que alguém pudesse vir a chamá-lo de exagerado ou

* Tenente-general, posto antigo do Exército que correspondia ao atual General-de-divisão (N. do T.).

muito fantasioso: “Peço a todos aqueles que venham a ler esta narrativa para acreditarem em mim . . . Digo isto pensando naquilo que outras pessoas possam vir a contar e que talvez não se atenham tanto à verdade como seria de desejar. Esta narrativa o será, a tal ponto que não colocarei aqui coisa alguma que não possa testemunhar, de coração aberto, com mais de cinquenta espanhóis — castelhanos e portugueses — que fizeram esta mesma viagem. Relatarei a verdade como verdade, o duvidoso como duvidoso, a fim de que, num assunto tão sério e de tão grande importância, ninguém possa chegar ao ponto de acreditar em algo mais além daquilo que afirmo nestas linhas”.

Pois bem, e é isto que nos interessa, o Padre de Acuña dedica diversas páginas da sua narrativa às Amazonas e baseia-se, para tanto, no testemunho dos índios Tupinambás: “É também através do que nos foi contado pelos Tupinambás que pudemos confirmar as abundantes notícias recolhidas ao longo de todo o rio a respeito das Amazonas . . . São tão numerosos e sólidos os fundamentos encontrados para afirmar que existe uma província de Amazonas no rio, que seria não ter fé no homem se não lhes dêssemos crédito.

“E não me refiro às investigações sérias que, por ordem do Tribunal Real de Quito, foram efetuadas entre os nativos que nela moraram durante inúmeros anos a respeito de tudo aquilo que existia nas suas margens, investigações durante as quais nos foi assegurada uma das coisas principais, isto é, a existência de uma província de mulheres guerreiras que, satisfazendo sozinhas as suas necessidades, sem homens com quem só coabitavam de vez em quando, viviam em suas aldeias, cultivavam suas terras e tiravam do seu trabalho tudo quanto lhes era necessário.

“Tampouco faço menção às informações obtidas com alguns índios em Pasto, cidade do novo reino de Granada, e sobretudo com uma índia que declarou ter ela mesma estado na região onde vivem essas mulheres, confirmando tudo aquilo que já sabíamos através das primeiras narrativas.

“Nada mais utilizo, além do que escutei com meus ouvidos e verifiquei com cuidado desde que pusemos os pés nesse rio. O que mais se comenta ali, pois não há ninguém que o ignore, é que essas mulheres ali habitam, com pormenores tão minuciosos — e todos coincidem — que não é possível acreditar que uma mentira possa ser expressa em tantas línguas e tantas nações, e com tamanha aparência de verdade.

“Porém foi na última aldeia onde termina a província dos Tupinambás que obtivemos a maior quantidade de informações a respeito do local onde vivem essas mulheres, sobre os seus costumes, através dos

índios que estão em contato com elas que também nos informaram quais os caminhos que conduzem até suas terras e falaram a respeito dos nativos que ali vivem.

“Segundo garantem, encontra-se na margem norte e a trinta e seis léguas dessa aldeia, a jusante, o rio das Amazonas que os nativos conhecem sob o nome de Canuris (o atual Jamundá). Este rio tem o nome dos primeiros índios que se instalaram na sua foz e que seguem os Apantos, que falam a língua geral de todo o Brasil. Seguem-se os Taguaus, e os últimos, que são os que se unem às Amazonas, são os Guaracás.

“Essas mulheres masculinizadas vivem entre altas montanhas e picos imponentes, chamando-se Yacamiaba aquele que se destaca mais entre todos os outros. São mulheres de grande coragem que sempre se abstêm de qualquer contato habitual com os homens, e ainda que eles venham às suas terras uma vez por ano, de acordo com elas, são recebidos com armas, arcos e flechas que elas manejam durante algum tempo, até que, ao terem certeza que seus amigos vêm em paz, depõem as armas e, agarrando cada uma a rede que estiver a seu alcance — as redes são as camas nas quais eles dormem — levam-na para as suas casas e penduram-na num lugar onde seu proprietário possa reconhecê-la. Recebem-no como hóspede durante alguns dias, no fim dos quais os índios voltam para a sua própria aldeia, para refazerem todos os anos a mesma viagem pelo mesmo lapso de tempo.

“As meninas que nascem desses acasalamentos ficam com elas e ali são educadas, pois são elas que deverão perpetuar a coragem e os costumes da nação. Porém não se tem tanta certeza a respeito da sua atitude para com os filhos homens.

“Um índio que, criança ainda, acompanhou seu pai até essa entrada afirmou que elas devolvem os filhos aos pais quando, no ano seguinte, eles ali voltam. Porém há outros que dizem que elas os matam assim que verificam o seu sexo, o que parece ser mais exato pois esta é opinião corrente”.

Conforme podemos ver, esta narrativa não difere em nada da do Padre de Carvajal no que diz respeito às coisas essenciais. Cerca de um século depois, parece não ter variado a não ser o método utilizado pelas Amazonas para conseguirem seus maridos de alguns dias: a guerra, no século XVI, uma troca amigável de bons procedimentos, no século XVII. Mais adiante encontraremos a explicação para essa mudança.

Aliás, quanto ao método precitado, dispomos de uma terceira versão que nos foi deixada pelos cronistas Juan de San Martín e Alonso de Lebrija (5) que, em Bogotá, entre 1536 e 1539, ouviram referências

a mulheres sozinhas que compravam escravos cuja única finalidade era um acasalamento periódico. Portanto, a existência das Amazonas era conhecida bem além do seu território. Temos outras provas mais antigas. Em 1524, Hernán Cortés (6) escreveu diretamente ao rei Carlos V informando que havia, ao largo das costas da província de Caguatán, “uma ilha inteiramente povoada por mulheres sem um só homem”, que em determinadas épocas “alguns homens para lá vão da terra firme, com os quais elas se unem” e que “se dão à luz a meninas, elas as conservam consigo mas se forem meninos elas mandam-nos embora”. Isto foi confirmado alguns anos mais tarde por Nuño de Guzmán (7) que, além de acrescentar que essas mulheres diziam ter vindo do mar, narrava que anteriormente enterravam vivos os meninos, mas que, já há algum tempo, devolviam-nos a seus pais quando alcançavam a idade de dez anos. É inútil acrescentar que jamais foram encontradas Amazonas no México. Está claro que os índios faziam alusão àquelas que se estabeleceram no Orenoco: para eles, assim como o era para os europeus da Idade Média, as terras inacessíveis de além-mar eram sempre ilhas.

3. O PAÍS DAS AMAZONAS

Sessenta anos após a expedição cujas peripécias nos foram relatadas pelo Padre de Acuña, Alexandre de Humboldt e Bonpland empreenderam a longa viagem de estudo que durou seis anos e durante a qual eles percorreram, em todos os sentidos, a bacia do Orenoco e a alta Amazônia. No imenso trabalho que disso resultou (8), Humboldt menciona rapidamente as Amazonas, sem expressar a mínima dúvida quanto à sua existência. Com a sua habitual precisão de geógrafo, limita-se a determinar as zonas onde a sua presença foi assinalada: ao sul do Maranhão, entre o Ucuiacé e o Madeira, na região do rio Caiamé ou Caiambé, e também, segundo Raleigh, na província dos Tapajós e no rio do mesmo nome; ao norte do Amazonas, em três lugares: a oeste dos grandes rápidos do Oiapoque, a oeste das nascentes do rio Iripó ou Arijó, que desemboca no rio-mar um pouco ao sul do Araguari, e próximo das nascentes do Cachivero, que se lança no Orenoco entre Cabruta e Alta Gracia. Humboldt, que aqui retoma La Condamine, acrescenta que as Amazonas emigraram do Caiamé rumo norte e atravessaram o Grande Rio depois da desembocadura do rio Cuchi-

vara, o atual Purus. Isto é um ponto de importância capital, como iremos ver.

La Condamine não era absolutamente ingênuo. No seu relato de viagem (9) classifica como fábula os rumores que corriam, já há dois séculos, a respeito do El Dorado e do lago de Parima. Porém, pelo contrário, não põe absolutamente em dúvida a existência das Amazonas: "Todos (os índios) nos disseram que tinham ouvido contar por seus pais, não sem acrescentarem uma quantidade imensa de pormenores, longos demais para repetir, que tendem a confirmar que houve, neste continente, uma república de mulheres que viviam sozinhas, sem admitir um só homem entre elas, e que se retiraram na direção do interior das terras do norte, pelo Rio Negro ou por qualquer um dos outros que deságuam no Maranhão, no mesmo local".

La Condamine precisa suas fontes de informações no que diz respeito a esta mudança: "Um índio de São Joaquim de Omaguas disse-nos que talvez pudéssemos encontrar em Coari um velho, cujo pai vira as Amazonas. Mais tarde, ao chegarmos ao local, fomos informados de que o índio sobre o qual nos falara tinha morrido. Todavia, conversamos com seu filho, que parecia estar com uns setenta anos e comandava os outros índios da região. Assegurou-nos que seu avô tinha visto essas mulheres passarem pela foz do rio Cuchivara, cujas águas vinham do Cayamé que também deságua no Amazonas, na margem sul, entre Tefé e Coari. Acrescentou que seu avô tinha falado com quatro delas, uma das quais com uma criança de peito. Deu-nos o nome de cada uma e disse-nos que, partindo de Cuchivara, atravessaram o grande rio — queria dizer o Maranhão — e dirigiram-se rumo ao Rio Negro... A jusante do Coari, os índios de todos os cantos nos fizeram o mesmo relato, com algumas divergências nos pormenores, mas de acordo no essencial.

"Os Tapajós, especialmente, afirmam ter recebido de seus pais algumas pedras verdes que eles tinham conseguido com algumas *cougnantainsecouima*, o que significa na sua língua mulheres sem marido, e que eram encontradas aos montes nas suas terras". *Cougnantainsecouima* é a grafia francesa de um termo Tupi-Guarani que atualmente se escreve no Brasil como *cunhantensequima*. Mas o sentido está correto.

La Condamine focaliza, a seguir, a região para a qual se dirigiram as Amazonas: "Um índio que vivia em Mortigara, uma missão próxima ao Pará, ofereceu-se para me mostrar um rio através do qual podia-se chegar, segundo o que ele dizia, bem perto da região onde viviam as Amazonas, naquela ocasião. Este rio chama-se Irijó e passei posterior-

mente pela sua foz, entre Macapé e o Cabo Norte. Segundo as informações desse mesmo índio, a partir do local onde esse rio deixa de ser navegável, devido às quedas d'água, era preciso, para conseguir entrar nas terras das Amazonas, andar diversos dias através da floresta e transpor uma região montanhosa.

“Um soldado, já idoso, da guarnição de Caiena, que vive agora próximo às cachoeiras do Oiapoque, assegura-nos que um destacamento do qual fazia parte e que fora enviado, em 1726, para fazer um levantamento das terras no interior do país, tinha alcançado a aldeia dos Amicuanos, uma nação de índios de orelhas compridas que vive para além das nascentes do Oiapoque e próxima as de um outro rio que se lança no Amazonas. Ali, ele vira muitas dessas pedras verdes. Tendo perguntado aos índios de onde as tiravam, responderam-lhe que as tinham ganho das mulheres que não têm marido, cujas terras situavam-se a oeste, a uma distância de sete ou oito dias de viagem. Esse povo dos Amicuanos vive longe do mar, numa região elevada onde os rios, devido ao seu pouco volume, ainda não são navegáveis. Nestas condições, é provável que não tenham conseguido essa tradição dos índios do Amazonas com os quais não tinham o menor contato. Eles só conheciam os povos que moravam perto das suas terras, entre os quais os franceses do destacamento de Caiena tinham recrutado seus guias e intérpretes”.

Nosso viajante acrescenta a estes testemunhos dois raciocínios da mais alta importância. O primeiro é a respeito da concordância geográfica das informações referentes à migração das guerreiras brancas: “Enquanto diversas narrativas assinalem a retirada das Amazonas americanas por caminhos diferentes, uns rumo ao Oriente, outros rumo ao Norte e outros ainda para o Ocidente, todos concordam em indicar como ponto de chegada o centro das montanhas da Guiana, e num local onde nem os portugueses do Pará nem os franceses de Caiena penetraram ainda”.

O segundo raciocínio de La Condamine é de aspecto geral. Os pormenores sobre os costumes das Amazonas foram, sem dúvida, alterados, até mesmo acrescentados, pelos europeus que lhes atribuíram os costumes das Amazonas da Ásia. Por exemplo, não há um único testemunho que se refira a ablação do seio. Por outro lado, é verdade que “todos os índios da América meridional, ou a maioria dentre eles, são mentirosos, crédulos, apaixonados pelo prodigioso. Contudo, nenhum desses povos jamais ouviu falar das Amazonas de Deodoro de Sicília e de Justino. No entanto, o assunto das Amazonas já existia entre esses índios do centro da América antes da chegada dos espanhóis,

como também são mencionadas entre os povos que nunca viram os europeus. Isto é demonstrado pelas informações dadas a Orellana e a seus companheiros pelo cacique, assim como as tradições narradas pelo Padre de Acuña e pelo Padre Barazi. Não é possível acreditar que esses selvagens de regiões distantes tenham se posto de acordo, sem o menor fundamento, para imaginar o mesmo fato e que esta fábula tenha sido adotada uniformemente em Maynas, Pará, Caiena e Venezuela, por tantos povos que não se compreendiam, nem tinham o menor contato entre si”.

Existem determinados costumes das Amazonas que certamente não foram acrescentados pelos europeus: por exemplo, aqueles que nos relata Henri A. Coudreau (10), no final do século passado, a respeito da “maloca de mulheres”, uma aldeia situada ao lado das nascentes do Anauá ou do Juaperi, no Rio Branco*, na fronteira da Guiana Inglesa e a uns 200 km retos das nascentes do Jamundá: “Possuem entre elas algumas amantes por quem se mostram muito ciumentas, porém não o são com relação aos homens com os quais repartem, honestamente, as forças superexcitadas pelo *conguerecu*. Possuem depósitos, cozinhas, casinhas particulares, salas comuns para diversões, bosques. Usam adornos de festas como os dos antigos Tupis, mas geralmente andam totalmente nuas, sem tanga. Os homens também não usam calembé. Quando atingem um estado de impotência incurável, o que geralmente acontece próximo aos quarenta anos, passam a usá-los para determinados prazeres secretos, que não deixam de ter sua doçura e compensação para esses infelizes, se bem que os provocam sem os compartilhar; as mulheres empregam esses aposentados do amor à cultura dos jardins e à pesca. Para elas, reservam-se a caça e a guerra”.

4. AS AMAZONAS REENCONTRADAS

Se nosso capítulo terminasse aqui, simplesmente poderíamos concluir das narrativas, das quais nos limitamos a transcrever o essencial que havia na Amazônia desde a Conquista até o fim do século passado, que um ou diversos grupos de mulheres guerreiras que viviam sozinhas

* Atual Território de Roraima (N. do T.).

entre si e só aceitavam esporadicamente um contato puramente procriador com os homens, e que este ou estes grupos estavam localizados, segundo as últimas notícias, entre o alto Orenoco e as nascentes do Jari, ao pé do maciço de Roraima e dos montes Tumucumaque. Não poderíamos afirmar que se tratavam de mulheres de raça branca, pois nesse ponto só contamos com o testemunho do Padre de Carvajal, e ele que só tivera oportunidade de vê-las no decorrer de uma batalha poderia muito bem, e na maior boa fé, definir como brancas algumas índias de pele mais clara do que a dos homens que comandavam durante a luta. Nestas condições, seria apenas exagerado abraçar a tese de Crevaux (11), o explorador da Guiana, que não queria ver na origem da "lenda das Amazonas" nada mais que alguns grupos, iguais que encontrara durante suas expedições, formados por índias refugiadas na floresta para escapar, sabe Deus, de que maus tratos. Porém esta explicação já não é mais aceitável hoje em dia, pela razão muito simples que, em 1954, alguém reencontrou as Amazonas e viveu durante uns quinze dias no meio delas.

Eduardo Barros Prado, um dos melhores conhecedores da Amazônia na nossa época, fazia então uma das suas expedições periódicas pela região onde passara a sua infância e onde a sua família é proprietária de imensas extensões de florestas. Acabava de reencontrar, após uma longa e penosa busca, um índio, Jauaperi, que fora criado com ele, estudara engenharia na Inglaterra e, depois, regressando ao Brasil, voltara um belo dia para o meio dos seus. E eis que em Óbidos, um pouco mais abaixo da foz do Trombetas, um velho índio Mundurucu contou-lhe uma estória estranha que lhe acontecera durante a infância. Ia ele na companhia de uma porção de famílias na direção do alto Jari para caçar o manatim, enorme "bezerro marinho" da Amazônia — na realidade um mamífero aquático da ordem dos sirenídeos que os brasileiros chamam de peixe-boi. No paraná* de Faro — o baixo Jamundá — extremamente largo nesse local, tinham cruzado seis igarités (pirogas) cujos remadores eram mulheres nuas com tatuagens azuis, cuja parte inferior do corpo estava untado com urucu (seiva vermelha de uma planta que protege contra as picadas de mosquitos). Nenhum homem as acompanhava. No centro da última piroga, destacava-se a figura de uma mulher extraordinariamente branca, sentada no meio de umas vinte crianças quase adolescentes. Segundo Kunité — o Mundu-

* Parará: na Amazônia, braço de rio ou um alargamento do mesmo sob a forma de lagoa.

ruçu em questão — eram mulheres sem maridos. Periodicamente, elas desciam o Jamundá para em seguida subir o Trombetas à procura de caça grossa. O índio acrescentou que sua avó, Nutiá, possuía uma pedra chamada muiraquitã (jade) que lhe fora dada pelas cunhantensequimas.

Barros Prado, de quem nada mais fizemos além de parafrasear a narrativa (12), acrescenta: “A lenda dizia que ao norte do Faro, ao pé dos morros paralelos ao curso do Jamundá, existia uma lagoa conhecida sob o nome de Jacicurá — Espelho da Lua — e que as mulheres sem marido tinham o costume de ali fazerem suas abluções rituais, em determinados momentos das fases da lua. Mergulhando, elas elevavam fervorosas preces à mãe dos muiraquitãs, que vivia no fundo da lagoa. A cerimônia, que devia ter lugar durante a lua cheia, fazia-as conseguirem da mãe as referidas pedras . . . As Amazonas eram as únicas pessoas que possuíam esses amuletos com os quais presenteavam os homens das tribos Guacaris, primeiro, em seguida os Macuxis, e finalmente os Parintintins, quando estes iam lhes fazer a visita anual, na época das enchentes, para a tradicional cerimônia do acasalamento”.

Acompanhado por Jauaperi e por um índio guianês, da tribo Cracará, que conhecia a fundo a região, desde o alto Orenoco até o Oiapoque, Barros Prado empreendeu a subida do Jamundá, em piroga, com a assistência de seu pequeno hidroavião Curtiss. Além dos índios, o grupo compreendia três brancos, um dos quais Silvino Santos, antigo operador de câmera da expedição Hamilton Rice que tentara em vão, em 1924, subir o Uraricoera e da qual o próprio Prado fora um dos guias.

O contato foi feito no vigésimo primeiro dia, quando o hidroavião localizou uma aldeia ligada por três trilhas em leque, ao pé de dois morros, a um lago azul, sobre o qual pousou. Na aldeia só havia mulheres cuja acolhida foi amigável. Eram índias dentre as quais algumas eram muito cabeludas como homens e outras desprovidas de qualquer penugem. Algumas pareciam tatuadas ou estavam cobertas, da cintura à barriga da perna, com tinta de urucu, enquanto que as outras não tinham qualquer espécie de ornamento.

De um dos lados do lago partiam seis atalhos que conduziam a um conjunto de *carbets* (cabanas, no francês da Guiana), seis dentre elas agrupadas e três separadas simetricamente. “Tudo parecia desenhado por um engenheiro”, comenta Barros Prado que foi levado, um dia, até às casas simétricas. Setenta crianças com menos de oito anos ali viviam, cuidadas por umas vinte mulheres idosas, sob as ordens de uma Caiabi branca que interrogada graças a Jauaperi — essas Amazonas falavam o Tupi-Guarani — explicou que a sua tribo, cujos membros eram todos

brancos como ela, vivia no Nascente, nas altas montanhas situadas à margem de um rio pedregoso. Tinham-na levado para a aldeia das cunhantensequimas para ali substituir uma velha idosa, também branca, que lhe repetia sem cessar que os seus viviam no Poente. As fotografias tiradas desta Caiabi por Silvino Santos (cf. foto 1) deixam bem claro que não se trata de uma albina.

No fim da sua estada, Barros Prado e seus companheiros puderam assistir às cerimônias de purificação das moças núbeis, em seguida à chegada dos Parintintins que acabavam de remar durante 1.300 km para se unirem às Amazonas. Afastaram-se, discretamente, por quinze dias — tempo de duração da festa de acasalamento — e voltaram a tempo de participarem da festa de despedida dos homens. A “lenda” falava a verdade, sob a sua forma menos trágica: os Parintintins levaram consigo os meninos que estavam para completar os oito anos. “Na verdade, tinha a impressão de estar sonhando, escreve Barros Prado, e, sem as fotografias batidas por Silvino, não ousaria narrar esta expedição que tem toda a aparência de uma coisa inacreditável.” Mas as fotografias estão aí e Barros Prado, que conhecemos muito bem, é um homem digno de fé.

O que podemos concluir de tudo isto? Primeiramente que as narrativas que transcrevemos anteriormente são, no que se refere ao essencial, escrupulosamente exatas. Mas também que o Padre de Carvajal não tinha se equivocado: as primitivas Amazonas eram realmente de raça branca. Uniam-se anualmente aos Guacarís que viviam do outro lado do Grande Rio, à altura da foz do Jamundá. Porém um dia esta tribo branca, e bastante conhecida como tal, desapareceu por razões ignoradas. As cunhantensequimas chamaram então os Macuxis cujas duas tribos vivem muito afastadas uma da outra, em Roraima e no alto Oiapoque: está claro que recorreram aos da última região. Porém, explica Barros Prado, ou devido às dificuldades e à duração da viagem durante a qual tinham que ultrapassar os rios Cachorro, Mapuera e Cuminá, ou pelo perigo que representavam os ataques dos Cracará, ou ainda devido à falta de víveres, esses índios de pele clara pouco a pouco foram deixando de ir, até que as visitas cessaram. As Amazonas tiveram que recorrer aos Parintintins, aos Barés, aos Mundurucus, a qualquer índio que estivesse disposto a se prestar a uma brincadeira da qual dependia a sobrevivência de um modo de vida *sui generis*.

A raça modificou-se rapidamente, e em poucas gerações as mulheres sem marido tornaram-se índias. Foi em vão que tentaram incutir nas crianças o culto do passado confiando-as a uma mulher branca. Não se consegue substituir os genes por símbolos. Extremamente corajosas, a

ponto de atacar o jaguar com lança, no entanto não possuíam mais nada das guerreiras dos tempos passados. Isto talvez tenha sido a perdição. Em 1961, quando de sua passagem por Óbidos, Barros Prado soube que uma das turmas de *boschnegeren*, os negros foragidos que atravessam a fronteira do Suriname periodicamente e devastam as regiões limítrofes brasileiras, tinham se instalado nas proximidades do lago de Jacicurá. Será que atacaram as cunhantensequimas? Não o sabemos, pois diversas expedições que tentaram alcançar a sua aldeia tiveram que retroceder, mas tudo leva a crer que sim. As Amazonas brancas do século XVI teriam rechaçado sem dificuldade seus eventuais assaltantes. Ninguém sabe o que aconteceu com suas descendentes enfraquecidas.

5. "TATUAGENS" REVELADORAS

Durante as cerimônias de iniciação das virgens, a que Barros Prado teve ocasião de assistir e que duraram oito dias, dez mulheres idosas levaram as mocinhas que pela primeira vez iam participar das festas de acasalamento para tomarem banhos rituais. Para tanto, elas tinham se vestido com longas túnicas de casca de tucum, creme, quase brancas, simbolizando, quem sabe, a sua raça perdida. Duas sacerdotisas, também usando túnicas, começaram, a seguir, a pintar alguns desenhos geométricos magnificamente traçados sobre o ventre, os braços e as coxas das "noviças", empregando o vermelho do urucu, o negro azulado do jenipapo — uma fava da região — e o branco da cerusita.

Estas falsas tatuagens lembram, às vezes, a ornamentação da cerâmica Aruaque (cf. fig. 1), mas também, e sobretudo, o que nos interessa muito mais, os motivos dos tecidos e das esculturas de Tiahuanaco. A cruz da figura 2, à esquerda, é exatamente aquela que vemos sobre as paredes da capital dos Vikings, com a diferença que o círculo central é aqui representado pelo umbigo da jovem índia, enquanto que a da direita, na mesma figura, é uma cruz céltica, parecidas com as que descobrimos no Paraguai, ao lado de inscrições rúnicas. Os desenhos da figura 3 lembram, inegavelmente, as cabeças esculpidas na Porta do Sol e vemos, nos da figura 4, diversas representações do "signo escalonado", um dos símbolos mais característicos da civilização de Tiahuanaco.

Infelizmente, tivemos que nos contentar em reproduzir essas falsas tatuagens baseados nas fotografias tiradas no decorrer das cerimônias e,

portanto, incompletas. Eduardo Barros Prado, que as tinha copiado mas que não conseguiu encontrar o material, disse-nos em diversas oportunidades ter ficado estupefato ao ver as sacerdotisas pintarem, a toda pressa, desenhos tão regulares, a mais de 2.000 quilômetros do lago Titicaca, em cujas margens se encontravam seus modelos. Não é possível uma transmissão em cadeia através da selva povoada por tribos selvagens. Portanto temos uma prova tangível da origem das Amazonas e seus descendentes.

6. A ORIGEM DAS AMAZONAS

Podemos tirar conclusões extremamente precisas dos testemunhos e fatos que acabamos de relatar. Em primeiro lugar, permitem-nos afirmar que havia na época da Conquista, ao norte do Grande Rio, algumas mulheres guerreiras que viviam entre si e não aceitavam, a não ser uma vez por ano, a visita de homens. Sua presença foi assinalada em três lugares: ao sul do rio Araguaia, no interior das terras que margeiam o delta do Amazonas; a oeste das grandes corredeiras do Oiapoque, ao sul da atual Guiana Francesa; perto das nascentes do Cachivero, afluente do alto Orenoco, isto é, na vertente oeste da serra de Parima que separa a Venezuela do território brasileiro de Roraima, ou Rio Branco, segundo a sua antiga denominação. Não sabemos se se tratava de diversos grupos distintos ou de um só que, durante a sua migração ou quando de expedições posteriores a partir da sua base, se teriam manifestado em diferentes pontos. O que é certo, é que essas mulheres possuíam um centro importante no Jamundá de onde atacaram Orellana, em 1542, e onde Barros Prado, em 1954, encontrou suas descendentes.

No século XVI, essas Amazonas eram brancas e mantinham a pureza de sua raça escolhendo seus maridos esporádicos entre os Guacaris, uma tribo de homens brancos que viviam, o que com toda a certeza não era por acaso, ao sul do Grande Rio, bem em frente da foz do Jamundá. Por razões para nós desconhecidas, esses reprodutores desapareceram um belo dia e as guerreiras tiveram que substituí-los pelos Macuxis, brancos duvidosos do alto Oiapoque; em seguida, quando estes espaçaram por demais as suas viagens, trocaram-nos por índios puros. Assim perderam elas suas características raciais, se bem que conservassem sua lembrança.

De onde vinham essas mulheres brancas? Contamos apenas com o testemunho de um velho índio Coari a este respeito, como o relata La Condamine, porém isso é confirmado, indiretamente, pelas descobertas de Barros Prado. Durante a primeira metade do século XVII, o avô desse índio viu um grupo de Amazonas atravessar o Maranhão, à altura do rio Cuchivara — o atual Purus — e subir rumo norte. A data dessa passagem está bem estabelecida, já que o índio estava com uns setenta anos quando da sua conversa com La Condamine, na metade do século XVIII, e, devido ao passar das gerações, o episódio vivido por seu avô devia ter acontecido uns cinquenta anos antes do nascimento do neto. Devemos fazer uma ressalva a esta altura: não podia se tratar de uma retaguarda ou de um grupo de reconhecimento enviado até à região onde viviam anteriormente as Amazonas, pois elas, em meados do século XVI, já estavam estabelecidas no Jamundá.

O fato é que essas mulheres vinham do rio Caiamé, situado a oeste, entre o Purus e o Juruá. Esses rios, que delimitam uma enorme extensão de florestas, ainda hoje quase que inexplorada, têm, ambos, suas nascentes no Peru, distantes apenas uns cinquenta quilômetros uma da outra, num ponto da serra de Urubamba situada em linha reta a 300 km ao norte de Cuzco. Ora, as “tatuagens” das cunhantensequimas do Jacicurá são indiscutivelmente semelhantes aos desenhos da civilização de Tiahuanaco. As coisas ligam-se perfeitamente: as Amazonas tinham vindo do Peru descendo o rio Purus e tinham se estabelecido nas florestas impenetráveis que o separam do rio Juruá. E por que o Purus e não o Juruá? Porque ainda encontramos nas suas margens, com os índios Paumaris, algumas tradições pré-incaicas, por exemplo, a do Dilúvio (13). (Cf. mapa, fig. 5.)

Esta origem peruana explica também os rumores que corriam a respeito da baixela em ouro e prata das mulheres sem marido e sobre suas casas de pedra. Mesmo se tivessem perdido o uso, o que não está provado, pelo menos guardaram a lembrança e falavam sobre isso entre si. E, sem dúvida, não é por acaso que encontramos alguns índios de orelhas compridas na sua vizinhança: os Omaguas, ao sul do Grande Rio, e os Amicuanos, ao norte. Sabemos que o costume de esticar as orelhas enfiando em seus lóbulos pesados anéis de madeira ou de pedra (*ringrim*, da língua dos antigos povos da Escandinávia *ring* — anel, argola de orelha) era tipicamente peruano. Sua adoção pelos Omaguas, que tinham sofrido uma forte influência incaica, é compreensível. Porém não conseguimos entender nem como nem de que uma tribo da Guiana o tivesse adquirido. A origem peruana das Amazonas resolve o

problema, ou os Amicuanos seguiram-nas na sua migração ou foram dominados por elas, no próprio local.

Resta saber em que época as guerreiras brancas abandonaram o Altiplano andino. Não foi com certeza durante a Conquista do Peru, que só ocorrera seis anos antes da expedição de Orellana. Além do mais, a aristocracia branca, um pouco mesclada, do império dos Incas era pouco numerosa e suas mulheres jamais deram a menor demonstração de possuírem inclinações militares. Por outro lado, as “tatuagens” das mulheres de Jacicurá não são incaicas, mas originárias de Tiahuanaco, conforme já tivemos ocasião de verificar, e a diferença entre elas é considerável. Portanto não há dúvida: a retirada das Amazonas ocorreu por volta de 1290.

Na verdade, foi nesta data que os Diaguitas do cacique Kari, vindos de Coquimbo, no Chile, atacaram os Vikings que tinham sua capital em Tiahuanaco (14). Com a exceção de pequenos grupos que conseguiram escapar, uns pelo Pacífico, outros na montanha e na selva, os homens foram degolados pelos vitoriosos. Mas as mulheres tiveram suas vidas salvas. Algumas, provavelmente, foram tratadas pelos indígenas como presas de guerra. É normal que outras tenham conseguido escapar e tentado alcançar a Amazônia onde, como observaremos mais tarde, os Vikings tinham algumas colônias. As mulheres nórdicas — nas alta Idade Média, na Europa — acompanhavam de boa vontade os homens do seu clã nas guerras e muitas vezes participavam de seus combates. As sagas escandinavas estão repletas de façanhas heróicas das *skjöld-meyar*, ou Virgens do Escudo, que já foram comparadas às Amazonas por diversas vezes (15). A conquista e a dominação, na América do Sul, de um imenso império que se estendia desde o rio Maule, no Chile, ao planalto de Cundinamarca (*Kondanemarka*: Província Real Dinamarquesa, na língua dos antigos povos da Escandinávia) onde está localizada Bogotá, atualmente, sem falar nos caminhos que, através do Paraguai e do Guairá, vão desde Tiahuanaco até o Atlântico (16), não tinham, com certeza, amolecido as virtudes guerreiras das mulheres Vikings na América.

Portanto, as *skjöld-meyar* de Tiahuanaco refugiaram-se na floresta, a leste dos Andes, possivelmente em contato com alguns grupos de homens que tinham tomado a mesma direção, mas que, menos numerosos do que elas, se mantiveram provavelmente afastados a fim de não cair sob o seu domínio. Essas mulheres, por força das circunstâncias, adotaram o modo de vida e os costumes que delas fizeram, pouco a pouco, o que eram em 1542. Chegadas à margem do Amazonas, elas vieram a saber que as guarnições Vikings da região, privadas de sua base,

tinham se dispersado e que seus antigos soldados tinham, assim como elas e por necessidade, adotado os costumes dos índios, única maneira para sobreviver. Está claro que poderiam ter ido juntar-se a eles. Contudo, estavam acostumadas à independência e, talvez, às práticas lésbicas. O fato é que elas preferiram, apesar de estabelecerem um relacionamento com os brancos das redondezas, contatos esses belicosos ou amigáveis, formar um pequeno reino na região, impondo sua autoridade às tribos indígenas. Pelo menos foi assim que agiram as Amazonas do alto Jamundá. As outras, se é que existiram, desapareceram sem deixar uma história.

II. O IMPÉRIO DO GRANDE PAYTITI

1. A MIRAGEM DO OURO

O império dos Incas estava em franca decadência quando, em 1535, os espanhóis entraram no Peru, sem grandes dificuldades, já que eram considerados deuses pelos nativos. Os conquistadores não eram homens cultos, mas sim aventureiros corajosos, que só sonhavam com a pilhagem, e monges fanáticos que só pensavam em extirpar a "idolatria". Uns fundiam as incomparáveis peças de ourivesaria incaica para transformá-las em lingotes; os outros saqueavam os templos e, diante da falta de manuscritos para queimar, como acontecera no México, destruíam cuidadosamente os *quipus*, que os *amautas* utilizavam como elementos mnemotécnicos e as antigas inscrições que ainda eram encontradas na montanha, incompreensíveis até mesmo para os Incas e os índios. Pizarro, o antigo guardador de porcos e analfabeto, cobria com a sua autoridade a destruição do que fora, durante alguns séculos, uma efêmera mas grandiosa civilização.

Os conquistadores, desde a sua chegada em Cuzco, tinham ouvido falar sobre regiões misteriosas situadas nos confins do império. Os índios só as conheciam através da tradição, mas sem dúvida tinham prazer em lhes atribuir riquezas incomparáveis, na esperança de se livrarem de pelo menos alguns dos seus opressores. Assim relataram que em alguma parte no Nordeste o *curaca* (chefe) indígena de Guatavitá era tão rico que todos os anos, por ocasião da festa do Sol, banhava-se, coberto de ouro, nas águas de um lago próximo. Esta foi a origem da lenda do El Dorado, O Dourado. Também fizeram alusões ao reino de Ambaya e à capital, Manoa, do Grande Paytiti, imperador dos Musus, uma cidade com palácios de ouro situada numa ilha do lago Parima. Os

índios evocavam um fato histórico para reforçar as suas afirmações: a expedição que o soberano Inca Yupanki empreendeu em vão, no final do século XV ou no começo do século XVI, e cuja finalidade era subjugar os Musus, descendo o rio Maranhão, como aliás já tivemos oportunidade de demonstrar (16), com uma frota formada de jangadas transportando dez mil homens. Essas narrativas foram aparentemente confirmadas, em 1539, quando chegou ao Peru uma tribo de Tupi-nambás que acabavam de atravessar a Amazônia em toda a sua extensão, em busca da terra do "Grande Ancestral", cuja capital com palácios de ouro estava localizada numa ilha, no meio de um lago imenso. Os espanhóis que não tinham descoberto o lago Titicaca e que, além disso, não entendiam bem a língua Tupi-Guarani dos peregrinos, pensaram que a referida cidade se encontrava nas florestas orientais de onde tinham vindo os índios.

À mesma época, Domingo de Irala e Francisco Rivera, durante as suas expedições ao norte do Paraguai e na província de Santa Cruz, ouviram da boca dos índios toda espécie de boatos sobre a lagoa dos Xarayes e sua ilha do Paraíso, povoada por *orejones* (orelhudos). "Domingo Irala, escreve Ruiz Díaz de Gusmán (3), soube por esses índios que havia, entre o Brasil e o Maranhão, nas nascentes do Rio da Prata, uma província populosa, cujas aldeias estavam situadas à beira de uma grande lagoa, repleta de ouro que as pessoas usavam. Por isto é que os espanhóis chamaram essa lagoa de El Dorado. Comenta-se que seus habitantes são vizinhos das aldeias das mulheres sozinhas..." É o império do Grande Moxo, ou Grande Paytiti. Para aumentar ainda mais esta confusão, Barco de Centenera (17), que no seu famoso poema descreve a ilha com o palácio de ouro de Paytiti, acrescenta que, segundo alguns, o rio Paraguai, ou rio da Prata, nasce no lago Parima, na província do El Dorado...

O historiador argentino Enrique de Gandía (18) demonstrou muito bem que uma parte desses boatos recolhidos pelos espanhóis referia-se, por um lado, ao lago Titicaca e à sua ilha do Sol e, por outro lado, ao lago Guatavité. O império do Grande Moxo, que tem o seu nome devido à planície dos Moxos (*Mojos*, segundo a atual ortografia espanhola), situada na província de Santa Cruz, ao pé do Altiplano andino, nada mais faz do que refletir a lembrança recente do império incaico, enquanto que o mito do El Dorado tem a sua origem na cerimônia solar que celebrava um *curaca* da atual Colômbia. Que quer que pense Gandía a respeito, o problema não é tão fácil de ser resolvido no que concerne ao império do Grande Paytiti.

Sob esse nome, Barco de Centenera (17) descreve, sem a mínima dúvida, o Titicaca. Porém isso não passa da fantasia de um poeta. Os jesuítas de Santa Cruz, que viveram em estreito contato com os índios Guaranis de suas missões, localizavam ao norte de sua província o território do misterioso soberano: “O Senhor houve por bem nos proporcionar uma boa viagem”, escrevia a 14 de setembro de 1595 o Padre Andrés Ortiz ao seu provincial, o Padre Juan Sebastián, “e nós seguimos sempre o rio Guapay . . . que corre norte-sul — o bom padre expressa-se mal, pois o Guapay, além de ser afluente do Amazonas, rumo para o norte —, pois temos notícias de uma população, localizada nas suas margens, que poderia nos dar informações sobre os Moxos, ou Paytiti, ou Candiré, como se diz por aqui”. Em 1572, por outro lado, o vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, menciona numa carta “a província das mulheres, na direção da grande notícia do Paytiti” (*sic*). Portanto, tudo leva a crer que o misterioso império encontrava-se na Amazônia. No alto Paraguai e em Santa Cruz, os indígenas situavam-no num local que corresponde ao território onde as guerreiras brancas tinham se estabelecido inicialmente, entre o Purus e o Juruá. Contudo, no Peru, procurava-se por ele mais ao norte.

Foi em 1535, no mesmo ano da conquista de Cuzco, que Pizarro enviou Pedro de Candía às nascentes do Amazonas, em busca das terras do Grande Paytiti, imperador dos Musus. Em 1539, Pedro Anzures tentou, em vão, penetrar na mesma região. Em 1540, Gonzalo Pizarro fez com que seu irmão, o Conquistador, o nomeasse governador de Quito, no atual Equador. Sua intenção era partir à procura do El Dorado e da Terra da Canela no leste. Recrutou duzentos espanhóis, “as pessoas mais nobres e principais do reino”, e dois mil índios prisioneiros de guerra. Contava com duzentos cavalos e lhamas utilizadas como bestas de carga, segundo o costume indígena. Esta “cidade em marcha”, como era denominada na época, partiu de Quito em fevereiro de 1541 e progrediu lentamente até um determinado ponto do rio Coca. Impossível continuar por falta de víveres. Gonzalo Pizarro confiou então ao seu Tenente, Orellana, a missão de descer o rio e ir esperá-lo, dali a uns dois ou três meses, num local combinado. Ao fim de vinte e seis dias, tempo necessário para construir um segundo bergantim, o oficial — esperto ou rebelde, essa questão ainda é hoje discutida — fez com que os homens o reconhecessem como Capitão e resolveu continuar a exploração por sua conta. Temos conhecimento do resultado.

Orellana não foi o último a seguir o caminho do Amazonas, desde o Peru, na esperança de descobrir o Paytiti. Basta-nos mencionar Pedro de

Ursúa que, em 1560, com uma quantidade de homens singrou as águas do rio Llanas, em busca do lago Parima. Durante a viagem, seu Tenente, Lope de Aguirre, assassinou-o em circunstâncias que desconhecemos, desceu o Amazonas até o oceano e chegou, por mar, à Venezuela, onde seus homens entregaram-no às autoridades que o mandaram executar. Todavia, na mesma época, tentava-se alcançar Manoa pelo norte e isso já desde muito tempo.

A primeira expedição foi a de Pedro Fernandez de Lugo, governador de Nova Granada (Colômbia), que, em 1536, tentou em vão subir o rio Madalena e foi obrigado a retroceder. Seu Tenente, Gonzalo Jiménez de Quesada, que o acompanhava por terra, continuou na sua rota. Alcançou o planalto de Kondanemarka (Cundinamarca, segundo a transcrição espanhola) juntamente com quarenta de seus oitocentos homens e ali fundou a cidade de Bogotá. Em 1539, Nikolaus Federmann, um homem dos banqueiros Welser, a quem Carlos V tinha entregue o feudo da Venezuela como garantia dos empréstimos que lhe tinham sido feitos, descobriu o lago Guatavité cuja história conhecia, narrada nove anos antes por Diego de Ordaz, que a ouvira na região do Orenoco. Naquele mesmo ano, Quesada, com quinhentos homens dos quais só trouxe de volta vinte e cinco, também chegou até o lago do Homem Dourado. Em 1541, Philipp von Hutten partiu de Coro, na costa venezuelana, com uma centena de cavalheiros, entre os quais o jovem Bartolomãos Welser, com a intenção de alcançar o Amazonas, porém foi rechaçado por uma verdadeira armada de 15.000 índios, às margens do rio Japurá. Finalmente, em 1584, Antonio de Berrio, que ouvira falar do El Dorado e de Manoa, no grande lago de Parima, partiu de Bogotá e desceu pelo Orenoco até o mar. Mandou à Espanha seu Ajudante-de-ordens, Domingo de Vera, que ali armou uma frota e recrutou dois mil homens. Lançaram-se em todas as direções, a partir de Trinidad, contudo, quase todos morreram depois de poucos meses. Em 1595, Berrio foi feito prisioneiro por Sir Walter Raleigh que, convencido de que os Incas eram ingleses, entusiasmara-se ao ouvir falar sobre o El Dorado. O famoso pirata entrou pelo Orenoco, porém a ameaça de uma frota espanhola que se aproximava obrigou-o a retroceder. Em 1674 — de novo os mitos têm uma vida longa —, dois jesuítas franceses, os padres Grillet e Béchamel, penetraram sem sucesso pela Guiana “à procura do grande lago de Parima e de inúmeras cidades que dizem estar localizadas nas suas margens e tidas como as mais ricas do mundo” (19).

O que podemos deduzir de tudo isso? Primeiramente, que existia, numa época indeterminada antes da Conquista, um território, pegado à Terra das Amazonas, habitado por pessoas civilizadas, que os índios

situavam na floresta, a nordeste do Peru. Os relatos sobre ele deviam ser mais precisos do que os textos dos cronistas espanhóis, pois o cartógrafo Théodore de Bry, em 1599, situa o lago Parima na Guiana e coloca na sua margem norte a cidade dourada de Manoa: na grande Guiana daquela época, justamente onde Barros Prado descobriu as Amazonas e o lago de Jacicurá.

Por outro lado, convém ressaltar que se os Incas tinham conhecimento da existência do império dos Musus, na Amazônia, as informações conseguidas pelos espanhóis do Peru a respeito do Grande Paytiti eram provenientes do oeste e do norte com relação aos colonizadores do Paraguai, isto é, de terras povoadas por Guaranis e Tupis-Guaranis — dois ramos da mesma raça. O próprio nome desse soberano legendário é claramente de origem Guarani, pelo menos assim nos parece de imediato. Com efeito, a palavra *pay* significa pai, dentro da significação religiosa do termo, padre, isso desde o Paraguai até à Guiana. *Titi*, conforme escrevemos num trabalho anterior (16), “parece-se muito com uma variação de *Ticci* ou *Ticsi*, aliás, uma forma muito mais próxima de *Ti*, raiz de *Tiwaz*, nome do Pai do Céu em alemão arcaico, do que *Kon Ticsi Huirakocha*, o deus branco da religião incaica. Uma forma mais antiga também, provavelmente, já que é esta que figura no nome do lago sagrado dos Homens de Tiahuanaco, o *Titicaca*”; até mesmo, segundo Hermann Munk, no nome da própria capital do império Viking na América do Sul, que derivaria de *Ti* e de *vangr*, residência em norueguês antigo. A repetição de *Ti* não é para nos surpreender: não existe até hoje, na Floresta Negra, um lago chamado *Titisee*?

2. OS GUARDAS DOS CAMINHOS

Os Guaranis tinham boas razões para conhecerem muito bem segredos que tinham se perdido desde a destruição do império de Tiahuanaco. Tinham feito parte dele; contudo, protegidos pela distância, a floresta e sua belicosidade natural, não tinham sido derrotados, nem mesmo atacados pelos Diaguitas de Kari. Os dinamarqueses, sobreviventes do massacre, que se dedicaram à reconquista dos territórios que lhes tinham pertencido e estavam mergulhados na anarquia, tinham limitado sua ação às províncias do Altiplano. E somente durante os

últimos decênios haviam podido estabelecer em Santa Cruz uma linha de fortificação destinada a proteger suas províncias fronteiras das incursões Guaranis e tinham avançado um pouco pela Amazônia, aliás sem sucesso. Portanto, os Guaranis tinham sofrido os efeitos da lei do silêncio que os Incas, ansiosos para que as populações indígenas se esquecessem da derrota sofrida na ilha do Sol e suas conseqüências, tinham imposto à história das suas origens. Eles guardavam uma lembrança do antigo império, lembrança essa que, provavelmente, uma longa transmissão oral tinha atenuado e deformado, mas que nem por isso era menos precisa sob determinados aspectos. O Grande Paytiti, o Deus-Pai, era, bem entendido, o soberano endeusado de Tiahuanaco; e seu império eram a ilha do Sol, no meio de um lago que não sabiam situar muito bem pois seus antepassados nunca tinham estado lá, e as províncias Guaranis onde os Vikings tinham tido destacamentos.

No nosso trabalho anterior (16), provamos de uma maneira irrefutável que os homens de Tiahuanaco tinham construído, através dos territórios Guaranis que constituem atualmente a província boliviana de Santa Cruz, o Paraguai e o estado brasileiro do Paraná, uma via de comunicação que lhes permitia alcançar o Atlântico em dois pontos: a baía de Santos, ao norte, e a ilha de Santa Catarina, ao sul. Fizemos, em Cerro Polilla, na serra de Yvytyruzú, no Paraguai, o levantamento de um posto com inscrições rúnicas traduzidas e uma magnífica imagem de Odin que nos permitiram uma identificação absolutamente certa. A existência deste caminho não significa que os dinamarqueses, pouco numerosos, tivessem povoado as regiões que atravessaram. Deviam manter ali alguns fortins. Todavia, a guarda deste caminho era entregue às tribos Guaranis que o respeitaram e mesmo o conservaram até à época da Conquista.

Os Guaranis e os Tupis habitavam então as costas orientais da América do Sul, do rio da Prata até o Amazonas. Foram, pouco a pouco, sendo expulsos dali pela colonização portuguesa e espanhola. Constituíam eles a minoria com relação às outras tribos, e ainda o são até hoje, onde ali são encontradas ainda populações indígenas, no interior das terras, exceto na região definida no parágrafo precedente e à qual convém acrescentar as províncias do Nordeste argentino e uma vasta extensão do Mato Grosso brasileiro. Salvo em alguns rios de uma determinada importância estratégica. Eles dominam, ainda nos dias que correm, não apenas os rios Paraná e Paraguai, mas também o Amazonas, em todo seu percurso, seu afluente o Xingu, o Maroni, que separa a Guiana Francesa do Suriname, e o Corentine, que serve como fronteira entre este último país e a antiga Guiana Inglesa (atual Guiana). Encon-

tramos, além destes, dois setores Guaranis que não têm a mesma importância, à margem do rio São Francisco, um à sua foz e o outro na nascente, anomalia que explicaremos no capítulo IV.

Restam duas zonas que não correspondem a rios. Uma delas acompanha a atual fronteira entre o Brasil e a Colômbia, ao norte do Amazonas, entre este último e o seu afluente, o Japurá. A outra está situada entre o Purus e o Juruá, isto é, exatamente na região onde, como tivemos oportunidade de ver, as Amazonas refugiaram-se antes de se instalarem ao norte do Grande Rio. (Cf. mapa, fig. 6.)

Será essa divisão obra do acaso? Não o cremos. Os Guaranis e os Tupis — repetimos que se trata de dois ramos de uma mesma nação que falam a mesma língua com pequenas variações — eram as tropas auxiliares dos dinamarqueses de Tiahuanaco. Possuímos provas disto, pois os dinamarqueses tinham lhes confiado a guarda de seus caminhos do sul. Não teriam eles procedido da mesma maneira com relação às suas vias de comunicação fluviais ao norte? Esta hipótese foi-nos apresentada pelo nosso colaborador do Instituto de Ciência del Hombre de Buenos Aires, o professor Hermann Munk, e julgamo-la procedente. O Amazonas constituía a via de acesso ao Atlântico mais racional para quem vinha do Peru e veremos, mais adiante, que os Vikings a usavam. O Xingu, embora cortado por numerosos rápidos que não constituem empecilho aos índios de hoje em dia, permitia ir das bocas do Grande Rio às nascentes do Paraguai percorrendo-se, apenas, algumas centenas de quilômetros a pé, em seguida, acompanhando o curso, alcançar um dos caminhos que levavam a Potosi e, dali, a Tiahuanaco. Está claro que essa viagem não era repousante, contudo alguns correios poderiam preferir fazê-la do que subir o Amazonas e depois continuar a descer, a pé, a partir de Quito, ou vice-versa. Além do mais, o Xingu constituía uma linha de comunicação direta entre a região Guaraní, densamente povoada, do Paraguai e de Mato Grosso e o vale do Maranhão, em cujas margens os guerreiros a serviço do império mantinham suas guarnições. E talvez seja por isso em parte e por uma razão da mesma espécie que o São Francisco, que permite a ligação fluvial do norte da Bahia à foz do rio da Prata, percorrendo-se a pé apenas uns 30 quilômetros entre suas nascentes e o rio Grande, afluente do Paraná, parece ter estado, também, sob o controle dos auxiliares de Tiahuanaco.

A hipótese do nosso colaborador está apoiada fortemente na etimologia da palavra guarani que o dicionário (20) explica ser derivada de *guaraní*, guerreiro. Pois bem, nas transcrições espanholas das palavras indígenas, *gua*, *hua* e *va* constituem formas equivalentes e intercambiáveis. E *vari* significa guerreiro, em norueguês antigo: é desta palavra

que se origina o nome dos famosos Varegas, conquistadores e civilizadores da Rússia.

Quanto às tribos de Maroni e de Corentine, sua presença no meio de populações de raças e línguas diferentes é realmente estranha. Está claro que pode ser devido à alguma causa por nós ignorada, ou mesmo, ao simples prazer da mudança. Mas também é possível que essas tribos tenham se reagrupado em volta das Amazonas retiradas para a Guiana, ou então que tenham sido levadas por aquelas durante o seu processo migratório. As guerreiras brancas tinham se refugiado, evidentemente, ao primeiro contato, numa zona onde a população era fiel aos Vikings, e constatamos, ainda mesmo em nossos dias, que a região é dominada pelos Tupis-Guaranis que ali constituem uma ilha racial e cultural. Nada haveria de estranho se tivessem sido seguidas, na sua migração na direção norte, por uma escolta índia às suas ordens na qual havia, é claro, segundo o costume, mulheres e crianças de seus auxiliares.

O papel de guarda-costeira desempenhado pelos Guaranis e Tupis, desde o rio da Prata até o Amazonas, parece ter sido bem entregue, entre o Grande Rio e o Orenoco, a tribos Aruaques, originárias das margens do Titicaca. Os "viajantes" dos últimos dois séculos assinalaram a presença de populações pertencentes a esta raça nos contraforte dos Andes bolivianos (determinados grupos de Antis, justapostos aos Yurakarés brancos) (14), nos vales peruanos de Vilcanauto (*Virk knud*, em norueguês antigo: Fortaleza Knud) (14) e de Pilcopata (os Machigangas, os Pilcosumis, etc.), no alto Paraguai (os Guanas), no alto Xingu (os Kustenaus), na Guiana e na Venezuela. À época da Conquista, os Aruaques estavam, há muito tempo, em guerra com os Caraíbas das Antilhas cujas ilhas principais estavam ocupadas por eles, enquanto que seus inimigos os tinham rechaçado da costa venezuelana.

Sabemos que os Incas deslocavam facilmente populações inteiras colocando tribos leais nas regiões conquistadas recentemente. Provavelmente, nada mais faziam, além de seguir o exemplo de seus ancestrais dinamarqueses, não só nisso mas também em muitas outras coisas. No entanto, é completamente improvável que os Aruaques tenham abandonado espontaneamente suas montanhas para irem se estabelecer nas florestas amazonenses e em outras. Não eram selvagens, longe disso. Ainda no século passado, eles eram hábeis forjadores (21), fabricando, com o minério de ferro que extraíam e eles mesmos trabalhavam, machados, facões e lanças de excelente qualidade. Em Mato Grosso, teciam e tingiam tecidos finos bem como cultivavam o algodão e a cana-de-açúcar, fazendo com o suco desta última rapaduras com a ajuda de máquinas inventadas por eles. Na Amazônia, bem antes da Con-

quista, eram conhecidos como extraordinários oleiros e seus vasos, finalmente decorados com desenhos complicados, ocupam lugares de destaque nos museus do Brasil e de outros lugares. Porém eram também grandes guerreiros.

Um elemento decisivo para a sustentação da nossa hipótese é o próprio nome dessas tribos. Hoje em dia, escreve-se muito comumente essa palavra à inglesa: Arawak. Todavia, a transcrição espanhola da fonética Quíchua através da qual esse nome chegou até nós é muito mais correta. O som *hua*, na língua geral do Peru é, com efeito, muito mais chegado ao *va*, forma que os cronistas da época da Conquista empregavam, aliás, muito seguidamente. Ora, Arahuaak — Aravak — não é Quíchua nem Aimará. O termo tem, ao contrário, um sentido bem claro e significativo no dialeto do Schleswig que falavam os Vikings de Tiahuanaco, intermediário entre o norueguês clássico e o alemão arcaico, como já o demonstramos nos nossos trabalhos anteriores (14, 16) e como o professor Munk estabeleceu solidamente, pela tradução que lhe é devida, nas inscrições rúnicas do Paraguai e do Brasil. Aruaque quer dizer na verdade guarda de honra*.

3. OS MITOS DO ORENOCO

Portanto, o império do Grande Paytiti ocupava todo o vasto território que constituía a Amazônia e a Guiana, até ao Orenoco; uma província cujas costas e rios os homens do Titicaca protegiam com o máximo cuidado, graças às suas milícias Tupi-Guaranis e à sua “Guarda de Honra” andina. Não viviam ali, contudo viajavam por ali. Provavelmente, como os Incas o fizeram mais tarde nas suas províncias índias, destacavam altos funcionários, encarregados de governar a região, e oficiais a quem eram confiados os comandos das tropas de fronteiras, todos eles brancos.

Portanto, nada tem de espantoso se Humboldt (8) pôde escrever, de volta da viagem feita com Bonpland, de 1799 a 1804, através “das regiões equinociais do novo continente”: “Nas savanas . . . ladeadas pelo

* AR: anglo-saxão, *ar*; alemão arcaico, *era*, frísio, *era*; honra. VAK: norueguês antigo, *vaka*, guarda.

Cassiquiare, pelo Atabapo, pelo Orenoco e pelo Rio Negro, não há atualmente nenhum vestígio de vida humana. Digo, atualmente; porque aqui, como em outras partes da Guiana, desenhos grosseiros, representando o sol, a lua e os animais, foram traçados sobre rochas de granito duríssimas, e eles atestam a existência anterior de um povo muito diferente daqueles que tivemos oportunidade de conhecer às margens do Orenoco. Segundo o relato dos nativos e dos missionários mais inteligentes, esses signos simbólicos parecem-se totalmente com os caracteres que vimos, muito mais ao norte, próximo de Caicara, bem em frente à foz do rio Apure. Ficamos tanto mais impressionados com os restos de uma cultura antiga, que ocupam um espaço maior, e que contrastam mais com o embrutecimento que constatamos, a partir da Conquista, em todas as hordas das regiões quentes e orientais da América do Sul”.

Esta cultura antiga não nos deixou somente alguns símbolos. Com efeito, Humboldt descobriu, entre os Tamanaques do Orenoco, um “mito das origens” do mais alto interesse. O pai da nação, Amilavaca, chegou numa barca quando da grande inundação, quando o oceano se arrebatava contra as montanhas do Encaramada. Todos os Tamanaques afogaram-se, menos um casal que se refugiou no cume de uma montanha, próxima às margens do Asiveru, que os espanhóis chamam Cachivero. “Amilavaca, viajando na sua barca, gravou figuras da lua e do sol sobre a rocha pintada (topumereme) do Encaramada. Alguns blocos de granito apoiados uns sobre os outros, e formando uma espécie de caverna, chamam-se, ainda hoje, a *casa* ou a *morada* do grande antepassado dos Tamanaques.” Observemos, de passagem, que a região do Cachivero é uma daquelas em que foi assinalada a presença das Amazonas.

Amilavaca tinha um irmão — isto é, um companheiro da mesma raça, com toda a probabilidade — Vochi, que o ajudou a criar o mundo. Dedicaram-se, de maneira especial, a melhorar o curso do Orenoco “de modo que se possa sempre acompanhar o curso d’água para descer e subir o rio”. Após ter completado a sua obra “deste lado da *grande água*”, Amilavaca tomou mais uma vez a sua barca e “voltou para a outra margem” de onde tinha vindo.

Humboldt precisa que essa lenda espalhou-se por uma região de 5.000 léguas quadradas e que o nome de Amilavaca designa o Pai dos Homens — nosso *Grande Antepassado* — até mesmo entre os Caráibas. Originariamente, acrescenta ele, trata-se muito mais de um “personagem dos tempos heróicos, um homem que, vindo de longe,

viveu na terra dos Tamanaques e dos Caribes (Caráíbas), que gravou alguns traços simbólicos sobre os rochedos, e desapareceu indo para o outro lado do Oceano”. E que também realizou na região, com ou sem sucesso, grandes trabalhos hidráulicos dos quais os índios, por não compreender a sua utilidade, ainda zombavam no começo do século passado.

Humboldt conclui: “O que os Tamanaques e as tribos que falam línguas semelhantes relatam-nos hoje em dia foi-lhes transmitido, sem dúvida, por outros povos que habitaram estas mesmas regiões antes deles”. Ou com eles. Pois Amilavaca, como Quetzalcoatl no Anahuac, Kukulcan no Yucatan, Votan na Guatemala, Bochica na Colômbia, Huirakocha no Peru, é um herói civilizador histórico, posteriormente divinizado pelos indígenas (14). Aqui, a mitificação sincrética é até mesmo dupla. Por um lado, os “engenheiros” Amilavaca e Vochi são confundidos com os Criadores dos *Edda*. Por outro lado, fazem-no vir, como seus antepassados, do outro lado do oceano e partir rumo leste pelo mar. Isto, aliás, deve responder às viagens marítimas bastante reais dos Vikings de Tiahuanaco que, evidentemente, não ocupavam sem razão as bocas do Amazonas e do Orenoco, ou ainda àquelas dos normandos que, a partir de 1250, vinham apanhar na Amazônia toras de pau-brasil (16).

O próprio nome do herói civilizador bastaria para demonstrar que a lenda das origens dos Tamanaques estava ligada aos Vikings. Na verdade, Amilavaca é uma palavra norueguesa antiga, composta do nome germânico Amil, que vem do alemão arcaico *am*, forma secundária de *em*, forte, e *ilen*, correr, e que temos ainda no francês (Emile), e do norueguês antigo *vaka*, guarda: *Emile le Garde* — Emílio o Guarda. Sem dúvida era o *yarl* que comandava o corpo dos Aruaques.

As tradições indígenas da região mencionam ainda um outro nome Viking: o de “Ari do Musus, tomado dos Muyscas, que aparece ao longo do rio Madalena como um Deus-Profeta”. Este é um dado da mais alta importância, pois vem confirmar a situação, tal como estabelecemos mais acima, do território do Grande Paytiti, imperador dos Musus. Infelizmente, Bastian (23), a quem devemos essa referência, não indica as suas fontes, contrariamente ao seu costume. Trata-se de um autor muito sério, até mesmo minucioso, que demonstra no seu trabalho uma erudição excepcional. Evidentemente, ele não inventou um pormenor que, aliás, só relata de passagem. Deve-o, sem dúvida, a algum “viajante” do século passado. Contudo, não temos certeza disso, o que é realmente uma lástima.

4. AS INSCRIÇÕES RUPESTRES DA GUIANA

Humboldt teve ocasião de ver, durante a longa viagem através da Guiana ocidental, numerosas inscrições rupestres. Quando falamos na Guiana, referimo-nos ao imenso território que limitava o Orenoco, o Cassiquiare, o rio Negro, o Amazonas e o mar, e que era então chamado a França Equinocial. No começo do século XVII, os espanhóis da Venezuela já tinham atravessado o Orenoco, os holandeses e os ingleses já se tinham estabelecido na costa norte do território. Entretanto, os franceses mantinham solidamente, graças a uma linha de fortins, a margem norte do Amazonas e tinham até mesmo colonizado o Tocantins, no sul, cujas águas seus barcos singravam livremente e onde, segundo o Padre de Acuña (4), recolhiam pedras preciosas e ouro em abundância, até mesmo “terra com que enriqueciam a deles”. No Tratado de Utrecht, Luís XIV renunciou à margem norte do Grande Rio. À margem, mas não ao território adjacente. Expulsos, pouco a pouco, pelos portugueses e brasileiros, nada mais restou afinal à França do que a sua atual Guiana. Veremos, posteriormente, que esse aspecto histórico-geográfico do assunto tem uma certa importância para a nossa pesquisa.

O fato é que foi entre as nascentes do rio Branco e do Essequibo, na antiga Guiana Inglesa, que Humboldt ouviu falar a respeito de rochedos cobertos de inscrições. Não conseguiu encontrar aquelas que o “viajante” Niçolas Horstmann, que ainda em 1749 buscava o El Dorado e de quem Humboldt possuía uma cópia do diário, vira ao subir o Rupovini, afluente do Essequibo, pouco antes de chegar ao lago Amucu: “diversas letras” sobre rochedos. Contudo, mostraram-lhe “próximo ao rochedo Culimacari, às margens do Cassiquiare, e no porto de Caicara, no baixo Orenoco, alguns traços que se acredita serem traços alinhados. No entanto, não eram nada mais que figuras toscas representando corpos celestes, tigres, crocodilos, jibóias e instrumentos usados na fabricação da farinha de mandioca . . . Os traços descobertos nas montanhas de Oruana pelo missionário Frei Ramón Bueno pareciam-se muito mais com uma escrita alfabética; contudo, esses mesmos sinais . . . ainda deixam muitas dúvidas”. Em resumo, essas inscrições que Humboldt teve ocasião de observar nas montanhas do Encaramada, no porto de Sedeño, próximo a Caicara, em San Rafael del Capuchino, em frente a Cabruta e “quase em todos os pontos onde a rocha granítica corta o solo da savana que se estende desde o Cerro Curiquima na direção das margens do Caura” não atraíram a sua atenção. Ates-

tavam, nos seus autores, uma cultura superior àquela dos índios, porém nada mais além disso. Outros tiveram mais sorte.

Assim acontece com Carl Ferdinand Appun (24) que em San Estebán, a uma légua ao sul de Puerto Cabello, na Venezuela, descobriu um litoglifo sensacional (cf. fig. 7). Trata-se, sem a menor dúvida, de desenhos primitivos desprovidos de significação aparente, mas cuja inspiração, salvo, talvez, a execução, não é indígena. Notemos, por exemplo, que os rostos ali representados de uma maneira esquemática não apresentam um só traço mongolóide e o barco que aparece embaixo à direita, encimado por um sinal que se parece com uma runa dupla da morte, nada tem a ver com uma piroga indígena e, ao contrário, lembra um pouco um *drakkar* Viking. Na mesma região, Schomburgk (25) viu “um grande número de figuras enormes, cuidadosamente esculpidas, que pareciam representar figuras humanas”. Uma delas, que media mais de dez pés de altura, tinha em volta da cabeça uma espécie de auréola. Os índios indicaram ao viajante alemão a existência, a doze milhas além do Maruá, afluente da margem esquerda do Parima, no alto Rio Branco, de um conjunto de rochas, cobertas de inscrições, que denominavam Tumurumu e que tinha de 300 a 400 pés de altura. É muito mais difícil atribuir aos índios a inscrição claramente runóide descoberta por ele às margens do Cassiquiare (cf. fig. 8).

Foi também nessa mesma região que Schomburgk descobriu uma série de figuras que fizeram vacilar — mas apenas vacilar — a sua convicção de que os litoglifos e os litogramas* da Guiana deviam ser atribuídos a índios “com um grau de cultura mais elevado” do que o dos índios do seu tempo. Nos rochedos denominados Cumuti ou Taquiare, encontrou alguns “caracteres índios (cf. fig. 9) que se aproximavam, pela sua regularidade e semelhança, com outras inscrições que tinham sido descobertas, pouco tempo antes, a leste de Ekaterinenbourg, na Sibéria, nas cercanias das nascentes do Irbit e do Pischma, afluente do Toura, e em Dighton, próximo às margens do Taunton, a doze milhas franceses ao sul de Boston, nos Estados Unidos. Diversos especialistas em Antigüidade atribuíram-lhes uma origem fenícia. Seja qual for a sua origem, são de grande interesse em si mesmos e merecem, em todo o caso, pesquisas mais exatas possíveis. Já procurei caracteres desse tipo na Guiana, assim como em outros lugares, da parte seten-

* Segundo o costume que começa a se difundir, adotamos aqui a terminologia brasileira, muito mais correta do que aquela usualmente empregada na Europa. Chamamos *litoglifo* a inscrição gravada e *litograma* a inscrição pintada.

trional da América do Sul, numa distância de 700 milhas de longitude por 500 milhas de latitude e encontrei-os num espaço que se estende sobre 350.000 milhas quadradas. Copiei diversos do mesmo tipo e esperamos que não se perca nenhuma ocasião para multiplicar essas cópias até que seja feita luz sobre esse problema”.

Diga o que disser Schomburgk apesar do seu próprio comentário, a inscrição de Cumuti não tem absolutamente nada de indígena, nem pela sua concepção geométrica, nem pela forma dos elementos gráficos que a compõem e entre os quais alguns — embaixo à esquerda, por exemplo — têm, ao contrário, uma clara aparência rúnica. Somente o fato de poder compará-las, com ou sem razão, às figuras rupestres descobertas, numa região próxima daquela que os Vikings suecos costumavam visitar na Rússia, a outra em Vinland, próximo à Torre de Newport (14) deveria ter atraído a atenção do explorador, de qualquer maneira. Contudo, não devemos esquecer que, na primeira metade do século XIX, pouco se sabia a respeito da história dos Vikings, e muito menos ainda sobre a sua colonização na América do Norte. Os *futhark* (“alfabetos” rúnicos) só eram conhecidos por alguns raros filólogos e portanto Schomburgk não possuía elementos de comparação.

O mesmo se passou, e com muito mais razão, com Edward D. Mathews (26), um engenheiro inglês encarregado dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que descobriu, mais ou menos em 1875, próximo a três cachoeiras do Madeira, alguns litoglifos (cf. fig. 10) cuja importância evidentemente ele não podia compreender. “O mais provável, escreveu, é que sejam obra dos Caripunás, ou de outros selvagens nômades, pois os índios bolivianos, subindo ou descendo o rio, não teriam certamente perdido tempo para gravar essas figuras na pedra dura.” Contudo, diante dessas inscrições e outras semelhantes, o “viajante” alemão Franz Keller-Leuzinger (27) já afastara a possibilidade que elas tivessem sido feitas pelos Caripunás, “pois um povo de rudes caçadores como eles não teriam se dado ao trabalho de gravar, durante meses, a pedra dura como maçãs de pedra imperfeitas. Quando se deixam levar por uma inclinação desse tipo, sua imaginação pueril e dominada por objetos que lhes estão próximos escolhe, com certeza, animais: crocodilos, tartarugas, peixes, como modelo, e talvez até o sol e a lua, como o demonstram os desenhos rupestres do vale do Orenoco, descritos por Humboldt”. Ele não julga impossível que esses caracteres sejam provenientes das grandes invasões Incas, ou sejam ainda mais antigas.

Keller-Leuzinger está com toda a razão. Para gravar inscrições na pedra, é necessário ter capacidade, gosto e tempo. O que leva a pensar

num certo nível cultural e social. Porém temos que excluir os Incas que nunca alcançaram o Madeira. Portanto, restam-nos seus predecessores, os Vikings. Haveria, na época do império de Tiahuanaco, um posto militar na confluência do Mamoré e do Madeira, num ponto eminentemente estratégico de uma das grandes vias de acesso fluvial ao Amazonas, um posto onde os oficiais brancos não sabiam o que fazer para passar o tempo? É bem provável, pois os desenhos reproduzidos por Mathews representam não somente motivos ornamentais recuados, como também, ao que parece, peças de equipamento militar. Além disso, notamos ali uma cruz céltica, abaixo do “escudo”, parcialmente apagado, na segunda fileira à direita. Notamos que, sobre esses litoglifos, os objetos são desenhados em perspectiva lateral, isto é, com a indicação de sua espessura, quando os índios, sem exceção, não conheciam nada mais do que a projeção plana.

Foi também no Madeira, porém mais ao norte, no território dos Parintintins — os últimos “maridos” das Amazonas do Jacicurá — que Hernando Silva Ramos, de quem falaremos mais adiante, descobriu, há um cinquentão anos, uma inscrição muito estranha (cf. fig. 11). O leigo poderia ficar tentado a ver ali algumas letras latinas e atribuir-lhes, embora não faça o menor sentido nem em latim nem em nenhuma das línguas contemporâneas, a algum europeu posterior à Conquista. Contudo, essa hipótese é difícil de se admitir devido ao *R* virado, incompatível com o alfabeto latino, mas que era comum na escrita rúnica. Ainda mais porque o conjunto pode pertencer perfeitamente a esta última e a uma transliteração dá *üero*, apesar da anomalia gráfica — o *o* dá a forma de um *o* latino — que já encontramos no Paraguai. Ora, *wer*, em alemão arcaico, significa “homem livre” — homem armado — como o *vir* latino que tem a mesma raiz. Notemos que, nos dialetos do baixo-alemanho como aqueles do Schleswig, o *w* tem a pronúncia de *u*, como no holandês atual.

O que torna esta interpretação definitiva, é que Rivero e Tchudi (20) tinham encontrado a mesma palavra, em meados do século passado, no chapéu de uma estátua descoberta próximo a Timana, na Colômbia, num bosque fechado, repleto de grandes ruínas e situado nas margens do rio Madalena. Desta feita, o *R* é normal, mas o grupo de consoantes é precedido de um outro, claramente rúnico (cf. fig. 12) cuja transliteração dá *utta og*. Os dois *t* são bastante latinizados e o segundo está ligado ao *a* que o segue.

Em ambos os casos, o *ū* do *futhark* pontado, que tem a mesma forma do *A* maiúsculo latino, exprime o som *u*, confusão ortográfica

que já encontramos no Paraguai. Em transcrição normalizada, teremos então:

Utta og Uero

Utta é um nome feminino Viking que ainda é usado nos países germânicos sob a dupla forma de Uta e Ute. Vimos, mais acima, o sentido de *Uer*. Quanto a *og*, é a conjunção norueguesa antiga “e”. Na primeira inscrição, temos, portanto, um antropônimo masculino e na segunda os nomes de um casal, Utta e Uero. A grafia latinizada indica, nos dois casos, um período tardio, posterior à influência da cristianização do Padre Gnupa (16). Não há necessidade de acrescentar que o Uero da Colômbia e aquele do Madeira nada tinham em comum além do nome.

5. VESTÍGIOS DAS ENTRADAS DO IMPÉRIO

O fato de encontrarmos uma mesma inscrição na Colômbia e no Madeira não é, em si, para nos surpreender. Os três “caminhos de água” mais navegáveis que permitiam — e ainda o fazem atualmente — alcançar a Amazônia a partir das terras elevadas da cordilheira dos Andes eram, do sul ao norte, o Madre de Dios, afluente do Madeira, partindo de Cuzco; o próprio Amazonas, a partir do norte do Peru e do Equador; e o Japurá, que nasce na Colômbia e em cujas margens, à altura da fronteira brasileira, ainda encontramos um núcleo de população de língua Tupi-Guarani. Na época da Conquista essas entradas eram conhecidas perfeitamente através, é lógico, das tradições incaicas. Foi por isso que o Padre Joseph de Acosta (29), um cronista dos primeiros tempos, escreveu que o Maranhão passa pelas “planícies do Paytiti, do El Dorado e das Amazonas”, enquanto que Antonio de León Pinelo, no seu *Tratado do Chocolate* que é citado pelo Padre Feijó y Montenegro (30), fala sobre as “terras de Tepueris e do Paytiti que, pelo Arixaca, descobrimos nas nascentes do Grande Rio Maranhão”.

Ora, foi precisamente nas nascentes do Amazonas, próximo de Chachapoiás, na região onde Victor von Hagen (31), em 1953, viu, sem poder estudá-las, se ruínas de uma cidade pré-incaica, que Bertrand Flornoy (32), quando de sua expedição em 1943, fez uma descoberta

que somente hoje atinge um significado pleno. “No pequeno caminho que acompanha o curso do Utcubamba, escreve ele, encontramos alguns grupos indígenas de pele clara, porte fidalgo, a testa rodeada por uma faixa vermelha. Foi, mais ou menos à altura de Kuelap, o mais importante testemunho deixado pelos Chachapoiás. Numa área relativamente espalhada ao redor da cidade, encontramos alguns índios tendo as mesmas características, falando, não o Quíchua — coisa excepcional nos Andes peruanos —, mas um espanhol ciciante. São os únicos habitantes das montanhas que nunca abaixam o olhar diante de nós. Aqueles que, entre eles, usam bigodes têm, realmente, a atitude de europeus disfarçados.”

“Pelo que pudemos descobrir de seus antepassados, acrescenta Flornoy, eles formavam um povo organizado, religioso e marcado pela civilização de Tiahuanaco. Muitos dos nomes de aldeias ou planícies nada têm em comum com o Quíchua, mas ao contrário, permitem-nos aproximar os primitivos habitantes da região aos Aimarás do Norte boliviano”, isto é, da zona do Titicaca. Esses curiosos índios não são o produto de uma mestiçagem com os espanhóis; Flornoy menciona, segundo um cronista que não identifica, que, quando da reconquista de Chachapoiás por Huayna Kápac, algumas mulheres da tribo foram enviadas a Cuzco, “por serem bonitas e muito brancas”.

Na margem direita do Utcubamba, no local chamado Angulo, a uma dezena de quilômetros de Chachapoiás, existe uma falésia de rocha calcária, inclinada a 45 graus. A parede está cheia de pequenas grutas, protegidas por uma saliência rochosa. Cada uma delas contém uma estátua antropomorfa com 1,40 m de altura e 2 m de circunferência na base, em média, feita com uma mistura de argila branca, pedras e ervas. É um monumento funerário: ele é oco e aberto pela parte posterior e no seu interior encontra-se uma múmia agachada, suspensa numa rede que é sustentada por duas estacas. Esculturas como essas na parede de penhascos só encontramos na América do Sul, na região explorada por Bertrand Flornoy, e elas lembram estranhamente as descobertas por Francis Mazière, em 1956, em Fatu-Hiva, uma das ilhas Marquesas, embora ali as múmias estivessem colocadas em pirogas-funerárias. Mais uma prova de povoamento parcial da Polinésia pelos Vikings de Tiahuanaco.

Pois, no tocante à região de Chachapoiás, não é possível a mínima dúvida. Basta olhar a estátua funerária, descida de seu nicho, que Flornoy fotografou em Angulo (cf. foto 2). O homem representado nela tem feições nitidamente européias, uma barba comprida e farta.

Além disso, e aí está um fato decisivo, ele usa um capacete cônico que somente os Vikings tinham.

Fora as três entradas que mencionamos mais acima, existe uma quarta via de acesso ao Paytiti; a do alto Orenoco. Para dizer a verdade, esta via de acesso seria muito mais um ferrolho, se julgarmos pelas diversas expedições que, em vão, desde a Conquista, tentaram atravessar a serra Parima onde se encontram as nascentes do Orenoco, a oeste, e as do Uraricoera — o Velho Veneno —, a leste, afluente do Rio Branco que, por sua vez, é um tributário do Amazonas. Porém isso só acontece com os brancos pós-colombianos que deviam enfrentar, não apenas a natureza hostil, pelo menos com relação a eles, como ainda alguns indígenas belicosos. Quanto aos índios, esses deslocam-se tranqüilamente de um lado para o outro da cadeia de montanhas. Por outro lado, a serra Parima é um dos pontos onde as tradições incaicas situavam com maior freqüência a “cidade perdida” de Manoa. Ora, é precisamente próximo a Taramé, um pouco ao norte do Uraricoera, a uns 500 quilômetros em linha reta de sua foz, que se encontra a Pedra Pintada, um enorme rochedo em forma de ovo (cf. foto 3), com 91,44 x 85,24 m de diâmetro e com 36,67 m de altura, colocado no meio da savana. Marcel Homet (33) que em 1950 procedeu ao seu levantamento, notou ali diversas grutas, duas das quais para uso funerário, uma profunda galeria obstruída que deixa supor a existência de uma sala interior, diversos dólmenes pequenos e 548 m² de paredes cobertas com inscrições. Nelas (cf. figs. 13 e 14) vêm-se suásticas, cruces célticas, cruces mais ou menos latinas, uma cruz de Malta e alguns caracteres rúnicos ou runóides isolados. Também encontramos ali, no meio de desenhos impossíveis de serem identificados, máscaras humanas, silhuetas de animais e uma carroça de duas rodas, carregada com duas embarcações cujas extremidades são curvas, do tipo daquelas que os Vikings usavam para transportar seus *snekkars* de uma margem à outra. Que Marcel Homet atribua tudo isso a homens de Cro-Magnon que teriam atravessado o oceano, por terra, pela Atlântida e que calcule a olho nu a idade, segundo ele, multimilenar, da pátina dos litogramas, é uma outra estória. Porém nada nos permite colocar em dúvida sua honestidade de pesquisador, muito pelo contrário.

Durante a sua longa expedição através da Guiana brasileira, Homet descobriu numerosos sinais, gravados ou pintados sobre outros rochedos, especialmente sóis errantes, sob todos os aspectos parecidos com aqueles que nós mesmos notamos em Cerro Guazú, no Paraguai. Numa das fotografias tiradas por ele que, infelizmente, não situa de uma maneira precisa — “ao norte do Amazonas” —, vemos um desenho (cf.

fig. 15) que lembra irresistivelmente um navio escandinavo exatamente como aqueles que observamos nos litoglifos de Bohuslän, na Suécia.

Além disso, também existem as casas de pedra. Homet descreve uma em seu trabalho. Encontram-se espalhadas por toda a Amazônia. Não se pode ver nelas a obra de índios e, ademais, estes não a atribuem a si. A fotografia que reproduzimos (cf. foto 4) foi tirada por João A. Péret — grande conhecedor profissional da floresta brasileira — muito mais para o leste, num afluente do Xingu, próximo à aldeia Caiapó de Kuben-Kran-Krein. Ele parece-se enormemente com as construções de pedra estudadas por William B. Goodwin (34), na Nova Inglaterra, que vê nelas vestígios do *Huitrammanaland*, a Grande Irlanda de que nos falam as sagas escandinavas e que, na realidade, estava situada muito mais ao sul. O erro reside no fato de que os Vikings noruegueses que se estabeleceram no Vinland, tinham-se acostumado, na Islândia e na Escócia, às casas de pedra irlandesas e copiavam-nas onde a natureza o permitia. Com muito mais razão, deve ter sucedido o mesmo com os dinamarqueses que vieram para a América do Sul a partir das suas colônias na Irlanda e na Inglaterra, como o prova o emprego, nas suas inscrições no Paraguai (16) e — como iremos ver no Brasil — de runas tiradas do *futhorc* anglo-saxão. Não é sem razão que os índios da Amazônia dizem, unanimemente, que aqueles abrigos foram construídos por Deus. É provável que essas “casas de pedra” eram postos de guarda situados nos pontos estratégicos da região. A menos que tenham sido feitas, após a derrota da ilha do Sol, pelos Vikings refugiados na floresta, hipótese que não exclui, necessariamente, a anterior. Além disso, temos boas razões para pensar que a arte escandinava das construções em madeira tenha se perdido no Altiplano desprovido de florestas.

Quer dizer que não existe, na Amazônia, nenhum outro vestígio arquitetônico desses abrigos primitivos? As recentes descobertas, no leste peruano, de ruínas de diversas cidades pré-incaicas provam o contrário. Talvez, um desses dias, descobriremos Manoa, a capital de Paytiti, em alguma região ainda inexplorada da floresta brasileira, ou, ainda, na serra Parima onde os Makus, que ali vivem, situam-na e descrevem-na, segundo o testemunho de Marcel Homet (33). Não mais a Manoa lacustre com palácios de ouro, simples transposição mítica de Tiahuanaco, mas uma cidade-fortaleza bem real, construída pelos Vikings como base de operação na Amazônia. A mesma Manoa que o Padre Tomás Chávez, em 1654, afirmava ter visitado, levado pelos índios, como a conclusão de uma viagem de dois meses, a pé, em liteira e em canoa, a partir da planície dos Moxos.

6. A MONTANHA E A PLANÍCIE

O que estabelecemos no decorrer deste capítulo? Em primeiro lugar, que a lenda do Paytiti, estreitamente ligada à do El Dorado e das Amazonas, tinha bases reais. Os Incas transmitiram aos espanhóis a lembrança — melhorada com o passar do tempo — que guardavam de um território situado a leste dos Andes. Ignoravam, provavelmente, que seus antepassados — os Vikings — possuíam ali vias de comunicação de capital importância, pois Manko Kápac e seus sucessores tinham falsificado cuidadosamente a história do império, com o intuito de fazer esquecer às populações indígenas a vitória diaguita da ilha do Sol. No entanto, os soberanos deviam transmitir entre si, como um segredo de Estado, informações precisas sobre as terras perdidas, já que o imperador Yupanki, decidido a terminar a reconquista, embarcou, com suas tropas, no rio Maranhão. Mas o povo e os próprios Incas — isto é, a aristocracia branca — tinham transformado as províncias do leste num ímpeto legendário, no qual se confundiam o vago reflexo de acontecimentos históricos, as lendas nascidas da imaginação infantil dos índios, até mesmo a miragem produzida por sua antiga capital, a cidade dos palácios de ouro, no centro de um grande lago.

Está claro que o império do Paytiti jamais existiu e o Pai-Deus nada mais era do que o soberano de Tiahuanaco, já divinizado pelos Guaranis. O que havia ao pé dos Andes era a planície imensa, feita de florestas e savanas e sulcada por rios navegáveis, que se estendia até o oceano. Os Vikings não podiam esquecer o mar. É bem verdade que tinham o Pacífico ao alcance de suas mãos e não deixavam de singrar suas águas. Mas o Pacífico não levava a parte alguma. O seu oceano era o Atlântico, que banhava as costas da pátria distante. Podiam alcançá-las dobrando o cabo Horne ou atravessando o estreito de Magalhães, e o mapa de Waldseemüller (16) prova que o fizeram. Porém a viagem era longa e perigosa. Sua lógica de marinheiros impunha-lhes o estabelecimento de portos fixos no Atlântico, à altura de suas possessões na montanha e, para tanto, ter o controle de vias de comunicação seguras através da planície. Seus primos suecos não faziam o mesmo na Rússia?

A Montanha e a Planície, *Berg e Matt*: não inventamos esta terminologia toponímica. Em Cerro Polilla, no Paraguai, os dinamarqueses refugiados na floresta deixaram-nos uma magnífica imagem de Odin, sobre a qual podemos ler, em caracteres rúnicos: *sakh ob berg*, “o que está (ou: estava) acima da montanha”, e seus descendentes degenerados têm o nome de Guaiaquis, isto é, em Quíchua, “os alvacentos da pla-

nície". E teremos oportunidade para ver no capítulo IV que a Planície, que se estendia até a foz do Amazonas, chamava-se *matt* no dialeto germano-dinamarquês dos homens de Tiahuanaco.

O império legendário do Grande Paytiti não parece, entretanto, ter ocupado toda a planície, mas apenas a zona norte. O território que se estendia de Santa Cruz até o Guairá (16) não podia, efetivamente, ser desconhecido pelas populações incaicas, pois os Charcas, que delas fluíam parte, sofriam ataques periódicos das tribos Guaranis da savana. Em compensação, no norte, a floresta virgem constituía uma fronteira natural quase intransponível que favorecia o nascimento das lendas. Parece que foi pelos Guaranis do sul que os Incas, como mais tarde Inala, ouviram falar sobre as Amazonas, que estavam realmente na Planície e sobre o Grande Paytiti que situavam na região dos Musus (ou dos Mosos, já que o *u* e o *o* são uma única e mesma vogal em Quíchua), nas terras úmidas e inundáveis da Amazônia (*mose* significa pântano em dinamarquês), porque não podiam sequer imaginar que o legendário soberano fosse outro, para os Guaranis, senão o imperador de Cuzco.

Para manter abertas em terras hostis algumas vias de comunicação, terrestres ou fluviais, é preciso manter guarnições nos locais. Os Vikings de Tiahuanaco não faziam questão de subjugar a totalidade das tribos da Planície. Aliás, eles teriam grande dificuldade em consegui-lo, já que os brasileiros, quinhentos anos, ou quase isso, depois do desembarque de Cabral, ainda não o conseguiram. Era-lhes suficiente poder se deslocar sem perigo ao longo dos Caminhos Macios (16), pelo Amazonas e pelo Orenoco, e utilizar livremente seus portos no Atlântico. Para tanto, empregavam, à maneira de todas as potências coloniais, tropas indígenas comandadas por brancos e apoiadas por destacamentos brancos: algumas recrutadas localmente — os Guaranis do sul e os Tupi-Guaranis do Amazonas e de outras regiões — as outras especialmente enviadas para as áreas onde as populações não eram dignas de confiança — os Aruaques da bacia do Orenoco. Evidentemente, devemos algumas das inscrições descobertas na Amazônia e na Guiana aos oficiais Vikings. Outras devem provir, como no caso do Paraguai, dos refugiados de 1290.

Preencher, em Tiahuanaco, os principais cargos políticos e religiosos do império, fornecer seus quadros administrativos e militares às províncias que se estendiam de Valparaíso até Bogotá, assegurar a guarda dos portos e de suas vias de acesso: para tanto, era necessário muita gente. Nem tanto quanto possamos acreditar, pois sabemos que os Ingleses eram cerca de 30.000 nas Índias, em 1939. Será que podemos fazer uma idéia do número de Vikings em Tiahuanaco? Sim, sob a

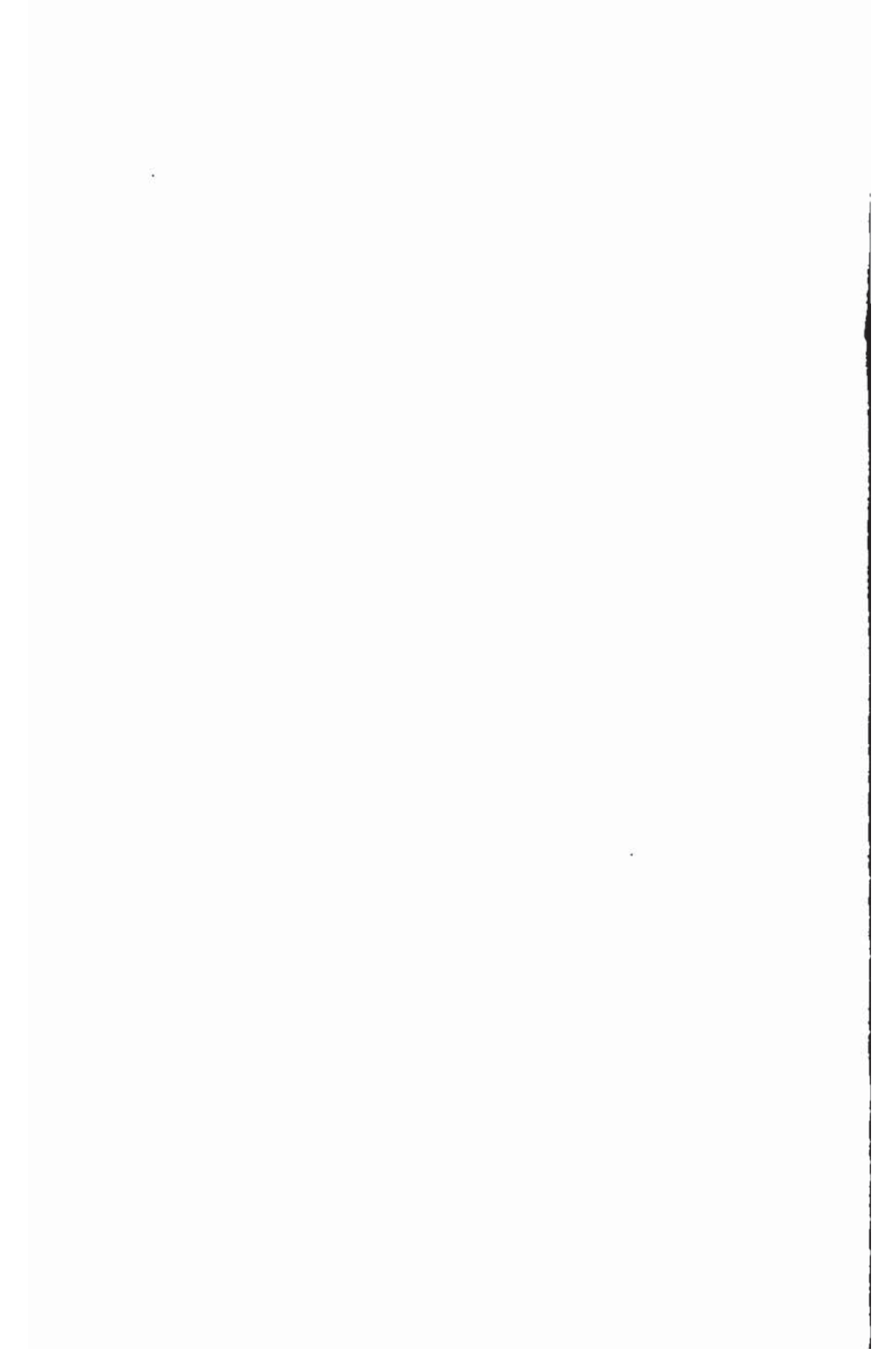
condição de nos contentarmos com uma ordem de grandeza desprovida de qualquer precisão.

O *yarl* Ullman, apelidado Quetzalcoalt pelos índios, desembarcou em Pánuco, no golfo do México, no ano de 967 (14). Segundo o Padre Bernardino de Sahagún (36), o cronista mais inteligente e mais culto da América Central, ele comandava uma flotilha de sete navios. Ora, sabemos que cada *drakkar* podia transportar até cento e quarenta homens, incluída a tripulação. Contudo, este número não devia ser alcançado quando se tratava de uma travessia oceânica. A *Eiriks Saga Raud* dá-nos uma indicação precisa a respeito deste aspecto. Quando Thorfinn Karlsefni, nos primeiros anos do século XI, partiu para colonizar o Vinland, dispunha de três navios que levavam sessenta tripulantes, alguns, conforme o costume, com suas esposas, e cem colonos dos dois sexos. Porém, além disso, transportava alguns “animais de criação” que, é claro, deviam ocupar muito espaço nos barcos sem cobertura e com pouco calado. Os *drakkars* de Ullman certamente não tinham levado gado, pois não encontramos traços de bovinos no México antes da Conquista. Nessas condições, podemos calcular em cerca de cem pessoas o efetivo de cada navio. Ou seja, setecentos homens e mulheres no total. Sabemos que o *yarl* abandonou no Anahuac um certo número de celibatários que durante a sua expedição ao Yucatan tinham se unido a mulheres indígenas e já tinham tido filhos com elas. Além do mais, ele perdera alguns homens durante os combates de Chichén-Itzá, que o obrigaram a abandonar o país maia, e provavelmente também, antes, quando do desembarque no México e da conquista do planalto central. Digamos que no momento da sua partida restavam-lhe cerca de quinhentos homens e mulheres, com uma divisão de sexo mais equilibrada do que quando da sua chegada, mais as crianças brancas nascidas em terra americana durante os vinte e dois anos que durara sua estada no México.

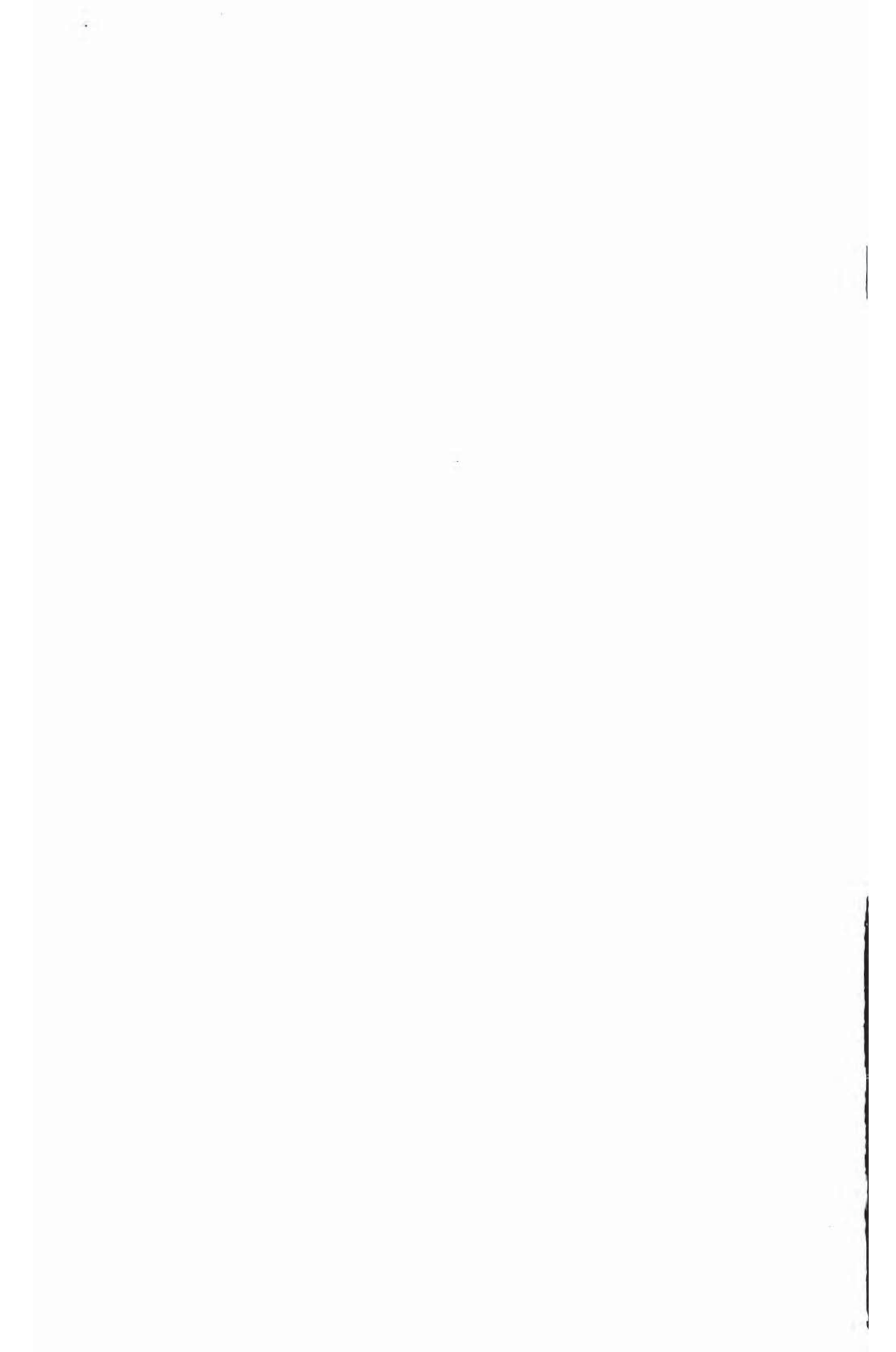
Tomemos, para o ano de 967, a cifra de quinhentos “reprodutores ativos” e apliquemo-lhes o índice de crescimento demográfico correspondente aos franceses do Canadá durante os duzentos anos que se seguiram à ocupação inglesa de 1763. Esta escolha não é arbitrária: trata-se aqui de conjuntos de população pertencente à mesma raça — os canadenses-franceses são, em grande parte, de origem normanda — vivendo sob um clima duro porém sadio e submetidos a uma seleção natural cuja limitação no Quebec, desde o início do século, é compensada, do ponto de vista estatístico, pela redução da taxa de nascimentos, especialmente nas cidades. Baseado nisto, chegamos à cifra de 80.000 Vikings em 1290. Mesmo se o dividirmos por dois, o que, sem

dúvida alguma, é abusivo, devido a uma prolificidade inferior a dos canadenses-franceses, e aos efeitos desfavoráveis que, possivelmente, a altitude teve nos partos no decorrer das duas ou três primeiras gerações e das guerras de conquista, ainda nos restam 40.000 brancos, dos quais cerca de 10.000 em idade de pegar em armas.

Se todos os guerreiros dinamarqueses estivessem concentrados em Tiahuanaco no momento do ataque diaguita, teriam conseguido, sem dúvida, uma vitória fácil. Todavia, eles estavam dispersos por todo o império e, mais longe ainda, nas guarnições que protegiam os caminhos de acesso ao Atlântico. A maioria deles não teve tempo de alcançar a capital, supondo-se que tenham recebido tal ordem. Aqueles que se encontravam com suas famílias — segundo o costume Viking —, no Paraguai e no Guairá, na Amazônia e na Guiana, tiveram que se instalar ali para ficar e, para conseguirem subsistir, foram adotando pouco a pouco a maneira de viver dos índios. Conhecendo o espírito de independência dos escandinavos, podemos supor que eles aceitaram a má sorte de bom grado e, mais tarde, mostraram-se pouco preocupados em lembrar sua existência a Manko Kâpac.



III. OS SOBREVIVENTES DA GUARDA BRANCA



1. OS "ÍNDIOS BRANCOS" DA AMAZÔNIA

A partir da Conquista, inúmeros são os testemunhos que assinalam no Brasil e nas Guianas, como também em todo o resto do continente americano, a presença de índios brancos. Infelizmente, a maioria deles provêm de missionários, "viajantes", exploradores, todos eles desprovidos de qualquer formação antropológica, e, mais recentemente, de funcionários da FUNAI brasileira (Fundação Nacional do Índio, antigo Serviço de Proteção ao Índio), cuja razão de ser é pacificar os índios e não estudá-los, o que, aliás, seriam incapazes de fazer. Ora, existem muitas maneiras de ser branco na floresta amazônica. Sem falar nos albinos, que são em geral — mas nem sempre — fáceis de reconhecer, encontramos ali numerosos mestiços, produtos da união acidental de índias e europeus de passagem, até brancos puros que, por uma razão ou outra, ali se refugiaram e foram adotados pelos índios. Por isto, pequenos grupos isolados de silvícolas puderam até receber uma contribuição de genes arianos suscetível de fazer aparecer, de tempos em tempos, um indivíduo louro com olhos azuis. Porém já não é assim quando se trata de tribos nas quais as características européias se manifestam de uma maneira generalizada e cuja mestiçagem eventual é, por conseguinte, muito antiga, se a mistura é homogênea, como acontece aos Iurakarés do Beni ou, ao contrário, muito recente, se os traços mongolóides só aparecem esporadicamente, como acontece com os Guaiáquis do Paraguai.

Não faremos referências a estes últimos, aos quais já dedicamos um capítulo inteiro no nosso trabalho anterior (16), uma vez que não pertencem à região que focalizamos aqui. Recordemos, apenas, que um

estudo antropológico completo permitiu-nos estabelecer se tratar de uma nação de origem européia nórdica, degenerada e mestiçada muito ligeiramente, a partir de duas ou três gerações, com mulheres Guaranis, e que as inscrições rúnicas, por nós descobertas na floresta, provam que estes “índios brancos” descendem dos Vikings de Tiahuanaco. Em compensação, temos que voltar àquilo que escrevemos (14) a respeito dos Iurakarés do Beni boliviano, já na bacia do Amazonas, e que devemos ao naturalista francês Alcide d’Orbigny (37) que, no início do século XIX, passou trinta anos da sua vida na América do Sul. Infelizmente, não se trata de um trabalho de antropologia — não o permitiam nem a época nem a especialidade do “viajante” — mas de um conjunto de observações feitas por um sábio num meio ambiente muito conhecido por ele. Daí a sua importância.

Naquela época, havia na região que começa no rio Beni, afluente do Madeira, cinco tribos chamadas de antisianas que habitavam os últimos contrafortes da cordilheira, numa floresta tropical quente e úmida, totalizando 14.557 indivíduos. A mais interessante para nós, a dos Iurakarés, contava com 1.337 membros, dentre os quais 1.000 “selvagens” isto é, não batizados. A cor desses índios, diz-nos d’Orbigny, era muito mais clara do que a dos Quíchuas e dos Aimarás do Altiplano. Os Maropas e os Apolistas tinham a pele ligeiramente morena, um pouco amarelada. Os Iurakarés, os Mocetenes e os Tacanas eram praticamente brancos. Sua estatura média variava entre 1,66 m na tribo dos Iurakarés — alguns alcançavam 1,76 m — e 1,64 m na dos Apolistas, consideravelmente maior do que a dos outros silvícolas da região. Não eram desproporcionados, como os homens do Altiplano, que possuem um tronco enorme e pernas curtas. Muito pelo contrário, possuíam “bonitas formas, proporções masculinas e, ao mesmo tempo, graciosas; seus corpos são robustos, são bastante altos, parecidos com os europeus. Os Iurakarés são os mais harmoniosos; as outras nações são, em geral, menos esbeltas”.

“Os Iurakarés, diz ainda d’Orbigny, possuem formas muito bonitas, aspecto vigoroso, ombros largos, peito desenvolvido, corpo bastante esbelto e boa musculatura. Tudo neles demonstra força e agilidade. São bem apumados e bem plantados. O seu ar orgulhoso e arrogante está bem de acordo com seu caráter e com a alta apreciação que têm de si mesmos. As mulheres também são muito bem constituídas, mais fortes e robustas do que os homens, proporcionalmente, seus membros são grossos e musculosos, sem influenciar na graciosidade das suas formas.”

O rosto dos Iurakarés, acrescenta nosso autor, “é praticamente oval, as maçãs do rosto pouco salientes, a testa é estreita, ligeiramente

arqueada, nariz bastante longo, geralmente aquilino, não é esborrachado nem muito largo na base, as fossas nasais pouco abertas; os olhos são negros, muito pequenos e horizontais; as orelhas pequenas, sobranceiras retas e arqueadas, quando não as depilam; a barba dura, em pouca quantidade, aparece tarde e apenas no queixo e sobre o lábio superior; costumam arrancá-la. Os cabelos são negros, duros e compridos. Sua fisionomia é fina, cheia de vivacidade, orgulho e não lhe falta uma certa expressão alegre . . . As mulheres . . . podemos considerá-las bonitinhas”.

Os Iurakarés viviam exclusivamente da caça e de algumas culturas desenvolvidas pelas mulheres. É muito provável que a guerra tenha sido, antigamente, a sua principal atividade. Aliás, é o que parece indicar o seu nome: vem do Quíchua *yurak*, branco e *kari* (ou, mais exatamente, *k'kari*) traduzido por d'Orbigny como homem, mas que na realidade quer dizer guerreiro. Nitidamente mestiços, com predominância do elemento branco, estavam adaptados à vida livre da floresta. Um pormenor, mencionado por d'Orbigny, chama fortemente a nossa atenção. Esta tribo cuja atividade artesanal era quase nula conhecia a impressão, totalmente desconhecida pelos povos ameríndios, inclusive os seus vizinhos Quíchuas. Na verdade, usavam tábuas de madeira entalhadas para colorir suas túnicas feitas com casca de árvores. Processo idêntico usado na Idade Média européia antes da invenção de Gutemberg.

Os Iurakarés, como os outros Antis, estão desaparecidos atualmente. Contudo, ainda restam na província boliviana de Santa Cruz, entre o Beni e o Paraguai, alguns restos da tribo dos Guaraíes que atraíram também a atenção de d'Orbigny. Seu território deve ter sido muito mais extenso, pois o Coronel Labre, no final do século passado, assinalou a presença de um grupo do mesmo nome no rio Ituxi, afluente do Purus (38). Têm “uma cor amarelada; porém, deste ponto de vista, não extraordinários, pois esta cor é tão clara que existe pouca diferença entre eles e os brancos um pouco morenos. Sua estatura, que nada tem de especial se a compararmos com a das nações do Pampa, é notável em relação à nação Guaraní. Os homens medem, geralmente, mais de 1,66 m . . . ; contudo não vimos nenhum com mais de 1,73 m . . . As mulheres também são muito bem proporcionadas . . . Notamos, nos dois sexos, uma aparência praticamente européia, ainda que um pouco mais grossa; seu corpo é robusto, o porte nobre e franco; suas formas são graciosas, e não receamos afirmar que de todos os Americanos que vimos, os Guaraíes são aqueles que mais nos impressionaram por suas características físicas e morais . . . (Têm) os cabelos negros, longos e lisos; porém, o que os distingue dos outros Guaranis, como dos outros Americanos, é, nos homens, uma longa barba, geralmente farta, que

cobre o queixo, o lábio superior e uma parte da maçã do rosto. Esta barba poderia ser comparada com a da raça européia, se não fosse sempre lisa ao invés de ondulada. Esta anomalia é ainda mais extraordinária e difícil de explicar, numa nação quase sempre imberbe, a não ser que seja devida à influência do local”.

Homem de seu tempo, d’Orbigny era de um lamarquismo* extremo e atribuía com facilidade ao meio ambiente todas as particularidades biológicas. Porém também tinha uma grande tendência em sobrepor muito estritamente raça e língua, o que o levava a confundir os Guaraíos com os Guaranis. Atualmente, possuímos mais elementos que nos levam a notar que esses ameríndios brancos e barbudos eram — e são — de distante origem mestiça, como os Iurakarés. Segundo o costume espanhol, já o vimos anteriormente, *gua* e *va* são formas equivalentes e intercambiáveis e *vari*, em norueguês antigo, significa guerreiro. Portanto, não nos surpreendemos, nestas condições, ao ver d’Orbigny atribuir a esses índios tão especiais “um tipo repleto de bondade, afável, franco, honesto, hospitaleiro, com a soberba do homem livre que contempla os outros por cima dos ombros, mesmo os cristãos, por que os julgam escravos e por terem esses últimos vícios que lhes são desconhecidos, como o roubo e o adultério”. Evidentemente, não faltava a esses selvagens o bom senso.

2. OS GUARDAS BRANCOS DAS GUIANAS

A raiz norueguesa antiga *vari*, que acabamos de descobrir no nome dos Guaraíos como, anteriormente, no dos Guaranis, encontramos novamente, muito mais ao norte do “império do Grande Paytiti”, numa das denominações de uma tribo que vive na zona fronteira que separa a Guiana Francesa do Suriname (ex-Guiana Holandesa). Os franceses acham esses “índios” *Oyaricoulets* (ainda que Jules Crevaux (39) escreva “Oyacoulets”), enquanto que os holandeses dizem Wayacule. A análise dessas três formas levam a pensar que o nome primitivo fosse

* Jean-Baptiste de Monet, Cavaleiro do Lamarck (1744-1829) — naturalista francês, criador do sistema da divisão dicotômica e fundador das teorias da geração espontânea e do evolucionismo, seguida posteriormente por Darwin (N. do T.).

Huaricoulet (Varicoulet) ou Vari simplesmente, já que “coulet”, conforme teremos ocasião de verificar, pertence à língua desses “silvícolas”.

“Diversos autores, escreve Jean Poirier (40), notaram os olhos claros dos Oyaricoulets (Wayacule) ou Triometesem. O etnólogo holandês De Groeje (41) fala de cabelos castanhos ou negros . . . e ‘olhos cinza ou esverdeados’ . . . O engenheiro-geógrafo J. Hurault também notou alguns indivíduos claros (olhos e cabelos). O antigo chefe do serviço florestal do território de Inini, Grebert, numa memória inédita que nos foi gentilmente comunicada por J. Hurault, escreve entre outras coisas: ‘Há pessoas que afirmam não terem esses índios brancos de olhos azuis jamais existido . . . Podemos prestar um pouco de esclarecimento . . . Durante uma missão, em 1935, encontramos na tribo dos Emellons, no Alto Tampoc (Araoua), uma mulher quase branca, com os olhos claros e cabelos negros. Disseram-nos que aquela índia fora encontrada na proximidade da foz do rio Ouaiqui, quando fugia de uma tribo Roucouyenne que tinha exterminado a maioria de sua gente . . . aliás, duas outras mulheres tinham ficado nas mãos dos Roucouyennes. As observações que tivemos oportunidade de fazer sobre as mulheres encontradas permitem-nos afirmar que pertenciam a uma raça muito especial. Elas têm . . . a pele branca, quase leitosa. Os olhos são azuis. Os cabelos grossos e negros’. O conjunto desses fatos é perturbador.” Isso é o mínimo que se pode dizer, embora tenhamos que ratificar um erro de Poirier ou de um dos autores aos quais se refere: os Tiriometesem — e não os Triometesem — nada têm a ver com os Oyaricoulets. São índios puros e simples, estudados muito seriamente por Protásia Frickel, do Museu Emílio Goeldi de Belém, que pertencem ao grupo das tribos Tiriyo encontradas tanto no Brasil quanto no Suriname.

Se os Roucouyennes roubavam mulheres Oyaricoulets, não é de espantar se encontrarmos neles determinados traços brancóides, produto da mestiçagem. É por isto, diz-nos Crevaux (39), que “as crianças não de um branco quase puro ao nascerem. Quando esses índios adoeçam, sua pele torna-se baça e sensivelmente pálida. A coloração da sua pele é amarela-amorenada”. Talvez não seja mesmo uma simples coincidência o fato de encontrarmos ali uma prática que lembra a sauna: “Logo após o parto, a mulher toma um banho de vapor da seguinte maneira: deita-se numa rede sob a qual coloca-se uma pedra bem grande e em brasa: atira-se sobre esta água que se vaporiza”.

Aliás, encontramos adultos brancos na tribo dos Roucouyennes. Assim é Aissu, “um homem jovem, com trinta e cinco anos, conta-nos Coudreau (42), com tez clara, cabelos finos e cacheados, castanhos”.

Assim, em Marière, “um pequeno índio louro muito inteligente e amável”. O mesmo acontece com os Oiampis: “Na oca (choupana) do tamouchi (cacique) vive a sua família, que é numerosa. Laveau e eu notamos, imediatamente, um sobrinho de Ouira, rapazinho de quinze a dezoito anos, com a pele clara, semblante europeu, com membros graciosos e elegantíssimos”. Este “encantador rapaz, verdadeiro Apolo índio” ia demonstrar que a sua brancura não era uma simples aparência. Na verdade, alguns dias depois do encontro, a senhora Coudreau saiu em expedição, acompanhada por Oiampis. No percurso, o grupo foi atacado por alguns Coussaris, e os índios que faziam parte da expedição fugiram. Nossa exploradora ferida por pequenas flechas disparadas como zarabatanas, envenenadas com curare, sentiu-se sustentada por alguém. “Era um índio, o índio branco”, o único que “permanecera fiel”. Também não é por acaso que os Oiampis decoram suas cestas com motivos pertencentes claramente à civilização de Tiahuanaco (cf. fig. 16).

Contudo, voltemos aos Oyaricoulets que parecem ser homens de raça nórdica sem grande mistura de sangue. Como vivem numa região praticamente inacessível poucos foram os europeus que tiveram oportunidade de entrar em contato com eles. Não acontece o mesmo com os Bonis, negros foragidos que retornaram ao estado selvagem e adotaram o modo de vida dos índios. No começo do século XIX, narra Crevaux, alguns Bonis, perseguidos pelos holandeses e caçados pelos franceses sem a menor piedade, “fizeram uma incursão no alto Maroni. Ao subirem o Itany, encontraram uma tribo de índios que recolhiam ovos de iguana nos bancos de areia expostos durante a estação das secas. Ficaram surpreendidos com a sua estatura elevada, sua tez clara, seus cabelos louros assim como as barbas, que os tornavam parecidos com os holandeses, exceto no que diz respeito às vestimentas.

“Os Bonis gritaram, de longe, *firi* (amigo); os Oyacoulets responderam pacificamente: *coulé-coulé*. Os primeiros aproximaram-se e apresentaram-se aos selvagens, que viam pela primeira vez. Ficaram com eles durante oito dias para pescar, caçar, beber cachiri e dançar durante noites inteiras . . . No ano seguinte, na estação boa, uns doze Bonis voltaram acompanhados por suas mulheres, até a terra de seus amigos, que tinham denominado Oyacoulets. Encontraram-nos num bosque grande, a uma certa distância da enseada do Oyacoulet . . .” Vimos que o nome desses “índios brancos” tem, sem dúvida, uma outra origem diferente da indicada por Crevaux. Com grande probabilidade, os Bonis limitaram-se a transmitir um nome deturpado por eles.

Um novo contato entre brancos e negros acabou mal para os últimos, que foram todos degolados. “Alguns anos mais tarde, os Bonis surpreenderam, por sua vez, uma família de Oyacoulets que recolhiam alguns ovos de iguana no Itany. Seis homens foram mortos e seis jovens aprisionadas e levadas para Cotica.” “Os Bonis, acrescenta Crevaux, não deixam os Roucouyennes, os Emerillons e os Oyacoulets descerem o Aoua.” Durante a segunda metade do século XIX, o próprio explorador escutou, próximo de Caneapo, referências a “índios brancos” feitas por um cacique Roucouyenne que o acompanhava numa expedição ao sul do Tumucumaque: “Na parte da manhã, escreveu, passamos diante de um pequeno afluente da margem esquerda que os Guaianas nunca sobem por causa dos estranhos habitantes que viveriam próximo à nascente. Yacouman conta, jurando pelos seus deuses, que ali se encontram índios com cabelos louros que dormem de dia e caminham à noite”.

As referências, sumárias mas precisas, que devemos a De Goeje, são portanto confirmadas pelos testemunhos dos índios e dos Bonis que não tinham o menor interesse de inventar estórias desse tipo, não importando o que disse Henri Coudreau (43) que fala a respeito dos Oyaricoulets como “uma tribo legendaria de tez clara, olhos azuis e barba loura” que “há uns trinta anos vêm preocupando muito os garimpeiros e os viajantes”, sem que ninguém jamais os visse. Sua própria mulher corrige-o anos mais tarde, quando escreve (42) que a metade oriental do Contestado do Aoua, tirado da França pela arbitragem do Czar, é habitada “por tribos índias, Roucouyennes, Oyaricoulets, Trios, com as quais apenas os franceses mantêm relações, os holandeses nunca”. Apesar de tudo, ela acrescenta, cética, que “os Roucouyennes, que viram os Oyaricoulets, não se referem a eles como se fossem índios brancos, barbados e com orelhas compridas. Isto são fábulas dos velhos Bonis tagarelas... São índios como todos os outros da Guiana”. Quanto aos “outros índios”, veremos que a senhora Coudreau se desmente ao falar sobre os Waiwais. E contradiz-se ao escrever (42): “Estranhas raças essas raças índias e que desorientariam até mesmo o ilustre M. de Quatrefages. Divirto-me observando nossos Roucouyennes girando em volta de potes de cachiri, na praça da aldeia de Marière. Alguns deles são quase brancos, outros amarelo-claro, amarelado, vermelhão, couro velho, vermelho-tijolo, bronze-avermelhado. Será que sofreram cruzamentos? Quanto a isso não restam dúvidas, mas não com brancos, nem com negros. Então, de onde lhes vêm essas nuanças variadas? Talvez a teoria que formulei para mim mesma como uma regra de conduta, com toda a descrição, seja verdadeira. Teria havido, na parte oriental das Américas, primitivamente, um substrato de população de

origem mongolóide. Numa época relativamente recente, algumas populações de origem ibérica ou bérbere teriam se instalado ali como conquistadores, talvez pela Atlântida. Contudo, como provar essas induções? ” Isto seria difícil, pois nem os ibéricos, aliás bem morenos, nem os bérberes jamais foram navegadores, e a Atlântida, já o sabemos hoje em dia, estava situada no mar do Norte. Resta-nos a observar que a senhora Coudreau não pôde senão admitir a realidade de um contato recente, embora pré-colombiano. E é isto o que nos interessa.

Se os Oyaricoulets constituíssem um caso isolado, poderíamos então pensar em algum grupo de “brancos fugidos”, descendentes dos flibusteiros ou bucaneiros das Antilhas, por exemplo, que, fugindo dos holandeses e dos franceses, se esconderam durante muitas gerações na floresta onde, como os Bonis, teriam se adaptado à vida primitiva. Contudo, a hipótese não cabe devido às outras tribos brancas ou mais claras que vivem na imensa região que se estende, ao norte do Amazonas, entre o Atlântico e o Orenoco.

Mencionemos agora, apenas para lembrar, os Guacaris (Huacaris ou Vacaris, de *vaka*, guarda, em norueguês antigo) os primeiros maridos esporádicos das Amazonas, que durante o século XVI viviam no Grande Rio à altura do Jamundá e do Trombetas. Eles desapareceram há muito tempo e tudo quanto sabemos sobre eles, graças ao Padre de Acuña, é que eram altos e brancos. Em compensação, contamos com informações mais precisas sobre os Waiwais, a respeito dos quais Coudreau (42), que os pôde observar na Guiana Inglesa ao final do século passado, afirma: “É a mais bela raça de índios que jamais vi. Os indivíduos louro-laranja com olhos azuis não são raros entre eles . . . A coloração de sua pele é amarelo-claro e nada tem do vermelho-castanho das outras tribos”. Observemos rapidamente que Waiwai é formado pela repetição de *huai* ou *vai*, isto é, segundo a fonética Tupi-Guarani da região, de duas sílabas, *vai-i*, cuja pronúncia se aproxima por demais de *vari*: a eliminação da consoante *r* é corrente nas transcrições espanholas e portuguesas do Tupi-Guarani, devido a maneira imperceptível pela qual os índios a articulam, ou melhor, não a articulam.

Durante a travessia da Guiana Inglesa, em 1933, o geólogo americano William La Varre, acompanhado por sua mulher, encontrou uma aldeia de Huaihuai, um pouco para o leste das nascentes do rio Jauaperi, do lado brasileiro da fronteira. “Há somente um ano, escreveu no seu relato de viagem (44), ninguém sabia se os ‘índios brancos’ em questão eram reais ou puramente legendários. Não nego que há muitos anos falavam sobre eles, porém, por mais que os procurassem, parecia que a terra os engulira. Tive a oportunidade de ler o relatório apresentado

pela expedição enviada pela Comissão Britânica de Fronteiras (British Boundary Commission) para procurá-los, segundo o qual eles teriam encontrado vestígios daquela tribo da qual nos falaram e que, segundo a lenda, dominou todo o vale do Amazonas na sua época. Há alguns anos, o Dr. W. E. Roth organizou uma expedição famosa que se embrenhou na floresta e afirma ter visto alguns índios com a pele notavelmente 'rosa e pálida' ”.

“Assim que vimos pela primeira vez os Waiwais — isto é, quando vieram ao nosso encontro para nos desejarem as boas-vindas na estrada da sua aldeia, tivemos, Alice e eu, uma grande surpresa. Os homens dessa tribo eram de uma estatura elevada e de uma beleza singular (a estatura média dos homens deve oscilar ao redor de 1,83 m e seus traços não muito finos); as mulheres chamavam a atenção pelo branco nacrado de sua pele, e mais ainda pela beleza de suas formas. Esses índios possuem um código moral bastante elevado, se bem que eles pudessem ter três mulheres. A sua língua não tem a mínima semelhança com qualquer uma das outras faladas pelas tribos que habitam a bacia do Amazonas.”

O testemunho de William La Varre é ilustrado com três fotografias que aqui reproduzimos (cf. fotos 5 a 7) e que à primeira vista pareceram-nos um tanto suspeitas. Pois, percebia-se logo, elas tinham sido retocadas. Submetemo-las a dois peritos cujos relatórios coincidem totalmente. Na fotografia do grupo e naquela do adorador do sol limitaram-se a apagar o fundo, segundo o costume da época, a fim de que as pessoas ressaltassem melhor. Em compensação, a garotinha foi muito mais maltratada: os seios foram esfumacados e desenharam uma tanga que ela não usava. Esse puritanismo nada tem de surpreendente: o relato de William La Varre foi publicado, em 1934, no jornal *La Nación*, de Buenos Aires, que até hoje retoca as fotografias dos touros da Exposição Rural a fim de esconder os atributos “chocantes”! O fato de ter sido colocada uma tanga na garotinha prova, aliás, que ela estava nua no momento em que foi tirado o retrato, o que é um argumento a mais em favor da autenticidade do documento. Segundo o *La Nación*, William La Varre foi nomeado membro honorário da Royal Geographic Society de Londres, que não costuma ser liberal com essa espécie de distinção, “por ter descoberto na Guiana uma tribo de ‘índios brancos’ ”.

O que nos revelam essas fotografias do ponto de vista antropológico? Em primeiro lugar, que realmente se trata de uma raça mestiça predominando características européias nórdicas. Os homens que vemos nelas são extremamente longilíneos e os traços de alguns deles (o pri-

meiro, o quarto, o sexto e o sétimo, na fotografia do grupo) não possuem, pelo que podemos julgar, quase nada de mongolóide. A estatura que La Varre lhes atribui — 1,83 m — distingue-os de todos os outros ameríndios, inclusive os Tehuelches da Patagônia, os mais altos entre eles, cuja altura média, no começo do século passado, era de 1,73 m segundo d'Orbigny (37) que passara oito meses na região, naquela época inteiramente selvagem. O rosto da garota, que não foi retocado segundo a opinião dos peritos, é totalmente europeu e seus cabelos são ondulados, o que nunca acontece com os índios. E, no entanto, o grupo de Huaihuai encontrado por La Varre não é um dos que têm uma aparência nórdica mais acentuada, pois o nosso geólogo não menciona nenhum indivíduo louro-alaranjado com olhos azuis como aqueles observados por Coudreau.

A oeste da antiga Guiana Inglesa, no território brasileiro de Roraima, que se chamava Rio Branco até há alguns anos atrás, existe uma outra tribo de índios brancos, os Waikás (grafia inglesa) ou Guaicás, dos quais alguns ramos são conhecidos sob o nome de Xirianás. Pelo que nos consta, e embora alguns grupos dentre eles já tenham sido pacificados, ainda não se fez nenhum estudo antropológico. Portanto só contamos com as impressões de etnólogos e exploradores e nem sempre elas são concordes. Os Waikás possuem uma compleição “branca”, “esbranquiçada” ou “muito clara” e são pequenos. Sobre isso todos estão de acordo. Humboldt (8) que os encontrou no início do século passado, no alto Orenoco, atribuiu-lhes uma estatura média de 4 pés e 6 polegadas a 4 pés e 8 polegadas (1,35 m a 1,40 m) embora se contradiga um pouco, mais adiante, na mesma obra, quando afirma que os membros de todas as tribos brancas da região possuem os traços, a estatura e os cabelos lisos e negros dos outros índios. Marcel Homet (33) viu dois Waikás no Uraricoero, “de uma beleza extraordinária . . . nariz aquilino, testa ampla, cabelos longos e macios com reflexos claros, grandes olhos e pele clara . . . Esses homens eram de raça branca . . .” Também descreve os Xirianás, encontrados na mesma região: “Eram brancos, com olhos azuis ou claros”. É verdade que ele vê nos Waikás “verdadeiros Mediterrâneos”, o que não é muito coerente, do ponto de vista antropológico.

Um missionário alemão, o Padre Wilhelm Saake (45), interrogou longamente, na missão salesiana de Tapuruquara, uma mulher cabocla, raptada aos doze anos por um bando de Waikás no rio Negro e que se tornara uma das esposas do tuchaua (cacique), e vinte anos mais tarde alcançara os “civilizados” na região do Orenoco, na Venezuela. No decorrer da entrevista, essa mulher mencionou que o falecido tuchaua

anterior tinha três irmãos e uma irmã, tendo esta cabelos louros e olhos azuis, com toda a aparência de uma branca. Com raptos de mulheres, é verdade, nunca se sabe . . .

Não sabemos muitas coisas mais a respeito das outras tribos brancas cuja presença foi assinalada por diversos “viajantes” do século passado, próximo ao território dos Waikás, entre as nascentes de seis afluentes do Orenoco: Padamo, Jaó, Ventuari, Erevato, Aray e Paragua. Estes são os Guainares que, diz-nos Humboldt (8), os missionários brancos denominam “índios esbranquiçados ou *indios blancos*”; os Guarahibos, que o Padre Caulin (46) chama “Guarahibos brancos” e o Padre Gili (47), “*Guaivi bianchi*”; e os Mariquitares. Sem falar nos Guahibos dos rápidos de Tabajé: “Alguns tinham barba, diz-nos Humboldt (8); parecem ter orgulho disso e, segurando o nosso queixo, mostram-nos através de sinais que eram feitos como nós. Seu corpo é em geral bastante esbelto”. E acrescenta: “Os *indios blancos* seriam, ao que se diz, mestiços, filhos de índias e brancos. Ora, tendo visto alguns milhares de mestiços, posso assegurar que essa comparação não é absolutamente exata”.

Esta última observação é muito mais importante do que as descrições subjetivas e incompletas que foram deixadas por autores incompetentes os quais só puderam, em geral, observar apenas alguns indivíduos de cada tribo, numa época em que já podia ter se manifestado alguma eventual degenerescência. É bem provável que a pequena estatura dos Waikás seja uma das conseqüências da ação do ambiente e de condições de vida pouco adequadas aos nórdicos. O mesmo fenômeno degenerativo também se desenvolveu entre os últimos groenlandeses: em 1920, Poul Nörlund encontrou nos túmulos do cemitério de Herjolfsnes alguns esqueletos entre os quais parecia que uns “nos contavam seu macabro processo de subalimentação, deformação, doença e morte prematura”, como escreveu Gwyn Dones (48). “Estes descendentes de um ramo nórdico de estatura elevada, forte, vigoroso e fértil mostram-nos uma altura pequena, crânio reduzido, têm a espinha dorsal arqueada e o pelvis estreito. Pelo que parece, nenhuma poderia dar à luz a uma criança viva.” Entre os Waikás, assim como entre os Guaiaquis do Paraguai (16), que também sofrem de nanismo, a limitação degenerativa dos nascimentos origina-se numa outra causa: nascem, entre eles, três vezes mais homens que mulheres. Por um lado, isto produz a extinção da raça e, por outro, impele-os a roubar mulheres índias, portanto gera a mestiçagem.

Seja por que for, todos os observadores falam-nos de índios brancos ou esbranquiçados e esses índios chamam-se Guaicás (*i* separado do

a: Guahycás), Guainares (Guahinares), Guarahibos ou Guahibos, denominações nas quais encontramos, sem esforço, a raiz norueguesa antiga *vari*. Os únicos que fazem exceção são os Mariquitares, porém pode ter ocorrido uma deformação (Variquitares?), ou ainda os espanhóis podem ter lhes dado essa denominação devido a uma certa aparência efeminada por causa da delicadeza de seus traços e da sua compleição. Pois na língua de Castela *marica* significa invertido e *mariquita* é o seu diminutivo.

3. UMA PESQUISA NO PIQUIÁ

A julgar pelos numerosos testemunhos que temos, também não faltam índios brancos ao sul do Amazonas. Por exemplo, o depoimento do sertanista Orlando Vilas Boas que nos é relatado por Lucien Bodard (49) a respeito dos Açurinis do médio Xingu: “São selvagens de pele clara, cabelos ruivos e olhos azuis. São pessoas bem proporcionadas, esbeltas com uma estatura perfeitamente normal para brasileiros. Se usassem terno completo, poderíamos tomá-los por senhores do Rio de Janeiro . . . São atiradores incomparáveis com o arco. Sua valentia é heróica. Não têm o menor medo da morte. Às vezes dizemos que os índios são covardes porque operam por meio de astúcia e surpresa e que evitam enfrentar os brancos armados com fuzis. Os Açurinis não fazem nada disso. Partem para o ataque por vagas, mesmo se tiverem que enfrentar rajadas de balas . . . Desconhecem as suas origens. Ninguém as conhece . . .” O que não impede o funcionário do Serviço de Proteção ao Índio de sugerir que esses Índios são, sem dúvida, os descendentes de “bandeirantes vindos de Portugal”. Hipótese que não resiste à menor análise, pois os portugueses com olhos azuis constituem raríssimas exceções.

Orlando Vilas Boas acrescenta que “Os Açurinis não são, absolutamente, uma lenda. Pois desses índios de pelo clara e pupilas azuis e límpidas, já foram ‘civilizados’ mais ou menos uma centena. Foram integrados no posto de Tucuri pelos funcionários do Serviço de Proteção ao Índio. Diz-se que esses índios têm a pele mais clara do que os agentes governamentais que tratam deles. Não possuem a menor semelhança com os outros índios exceto nos seus colares, plumas, desenhos que trazem sobre os corpos. Ainda recentemente, dois Açurinis foram

aprisionados por uma tribo de pele-vermelha normal. (Duvidamos enormemente que o sertanista tenha empregado o termo pele-vermelha, reservado aos índios da América do Norte.) Estavam para ser sacrificados quando chegaram alguns missionários. Os religiosos acreditaram, à primeira vista, que se tratava de alguns aventureiros brancos... Os Açurinis são o flagelo do Xingu, do médio Xingu que será muito seguro quando esses misteriosos brancos da selva voltarem a ser 'brancos' ”.

No entanto, como acontece freqüentemente, nem todas as opiniões são concordes. Em 1961, Eduardo Barros Prado (12) passou dois dias numa aldeia de Açurinis, na embocadura do Tucuruvi. Alguns colhedores de castanha e de latex tinham lhe dito que se tratavam de índios de alta estatura, que se pareciam muito mais aos neobrasileiros, isto é, a descendentes de colonizadores pós-colombianos, do que aos índios, que não deformavam os lábios nem as orelhas e não usavam estojo para o pênis. Ora, os que ele viu eram de estatura pequena — não ultrapassavam 1,60 m e suas mulheres eram, praticamente, anãs —, tinham a pele tão escura quanto os outros índios, usavam um pequeno enfeite no lábio e cobriam o sexo com um estojo de palha.

Aliás, esses testemunhos não são necessariamente contraditórios. Encontramos, no Paraguai, os Guaiakis divididos em duas variedades bem diferenciadas, sobretudo quanto à coloração da pele: uma delas provinha de uma mestiçagem com índios Matacos. Também foram assinalados alguns Motilones brancos na serra de Santa Marta, entre a Venezuela e a Colômbia, porém outros grupos que usam o mesmo nome, falam o mesmo dialeto, têm as mesmas tradições e se parecem com índios autênticos. Os Waikás também foram objeto de descrições inconciliáveis. Isto significa que algumas tribos da mesma origem divergiram-se racialmente, com o passar do tempo, devido à mistura de algumas de suas partes com elementos heterogêneos. Assim mesmo não devemos excluir a possibilidade de que algumas testemunhas incompetentes tenham se deixado levar pelo entusiasmo. No entanto, não é certamente o caso de todos aqueles que nos falaram sobre índios brancos.

Barros Prado, de quem já constatamos a escrupulosidade, realizou em 1951, mais para o oeste, uma investigação minuciosa cujos resultados, infelizmente, não conseguiu verificar pessoalmente. Sua irmã mais velha possuía no Piquiá, no alto Acari, afluente do Canumá, do qual um dos ramos se lança no Madeira e o outro diretamente no Amazonas à altura do Jamundá, uma enorme extensão de terras na qual explorava a seringueira e o pau-rosa. Alguns caçadores a seu serviço tinham encontrado, por mais de uma vez, alguns “índios” estranhos que

falavam o dialeto Tupi-Guarani dos ferozes e pequenos Caiabis da região mas, do ponto de vista antropológico, nada tinham em comum com eles. Eram mais altos, tinham a pele branca, olhos claros e traços nitidamente europeus. Falava-se até em cabelos louros. Colocado a par daquilo quando de volta de uma viagem à África, Barros Prado achou que valeria a pena ir estudar o problema e, em primeiro lugar, interrogar as testemunhas.

A primeira delas, Deodoro Cavalcanti, era um velho conhecedor da região, onde passara toda a vida a serviço de grandes proprietários de seringais e de comerciantes. Sério, possuidor de uma certa cultura, o homem contou, com uma descrição extrema, que tomara parte, em 1918, de uma expedição punitiva organizada no alto Sucunduri para acabar com os índios que, freqüentemente, atacavam os seringueiros. O grupo avançava em linha reta desde o Acari e quase nas nascentes do Sucunduri, depararam inesperadamente com uma aldeia contando umas quarenta cabanas cujos habitantes, brancos e louros, tinham a aparência de europeus. Viviam inteiramente nus, à maneira indígena, e falavam o dialeto Caiabi. Receberam os caçadores de homens amigavelmente os quais, é claro, não lhes fizeram nenhum mal e passaram quatro dias entre eles, o que lhes permitiu observarem-nos com cuidado. Deodoro Cavalcanti pensou que se tratava de descendentes dos primeiros seringueiros da região, vindos do Ceará, estado que fora colonizado por holandeses. Barros Prado não teve muito trabalho para destruir esta hipótese: os primeiros trabalhadores recrutados no Ceará tinham chegado em Manaus em 1877 e, ainda que alguns tivessem se perdido ou refugiado na floresta, não teriam tido o tempo material, em quarenta anos, para mudar tão completamente seu modo de vida e a língua. Não deixa de ser interessante assinalar a presença, na região, dos índios Coborós, ou Orelhas de Pau: uma tribo de orelhas compridas.

Outros testemunhos relacionavam-se a alguns fatos mais recentes. O índio Karinú tinha visto, no Sucunduri, algumas pirogas tripuladas por alguns Coborós e alguns "índios bracos". Estes falavam o Tupi-Guarani na perfeição. Não eram seringueiros. O índio Kutlié tinha notado, próximo às cataratas do Sucunduri, um grupo de "índios brancos" que tinham passado a pequena distância do local no qual se encontrava com seus companheiros. Os índios Kanteú e Bariú tinham acompanhado, como remadores, quatro missionários até uma aldeia povoada por silvícolas "tão brancos quanto o *pay* (padre) que nos tinha contratado". Os índios Taneiyú, Kuaitá, Tariú, Mopai e Burilá asseguravam ter subido o Arinos, sempre na mesma região, a serviço de dois franciscanos e tinham atingido, após algumas semanas de viagem, uma aldeia de "índios

Caraíbas” (brancos) que aravam a terra e sabiam extrair açúcar da cana. Uma observação, entre parênteses: os missionários, em geral, observam o mais religioso — é o caso de assim defini-lo — dos silêncios a respeito das regiões por eles percorridas; receiam atrair para lá aventureiros e assim provocar a queda moral e física dos índios.

Em Borba, às margens do Madeira, Barros Prado interrogou, demoradamente, Claudionor Soares, um branco que, em 1950, tinha palmilhado toda essa região para fazer um recenseamento da população. Alcançara a aldeia dos Caraíbas através do Arinos, onde tivera a surpresa de encontrar um jesuíta alemão que ia até lá com regularidade vindo de uma missão no Tapajós. A aldeia devia contar com cerca de duzentos habitantes, contudo o missionário disse-lhe que existiam outros grupos, mais adentro pela floresta, e que a tribo, no seu todo, compreendia mais de mil pessoas. Sem ser antropólogo, Soares podia afirmar que esses índios não possuíam nenhum dos traços mongolóides que são característicos dos índios e não tinham a menor semelhança com os caboclos, os mestiços do Nordeste e da Amazônia. Usavam bigodes, tinham pouco pêlo e, pelo seu tipo físico, “não diferiam em nada dos anglo-saxões, sem serem sangüíneos”. Sua estatura variava entre 1,60 e 1,70 m, enquanto que seus vizinhos Caiabis têm uma altura média de 1,20 m.

Segundo o Padre Agustín C. Martín, então reitor do Colégio Dom Bosco de Manaus e antigo professor de Barros Prado, seu amigo, e Padre Angel Carri — um argentino —, tivera oportunidade de ver, convidado por um confrade alemão, os referidos índios brancos. Numa outra aldeia, no Demeni, ele encontrara outros, muito mais bonitos e, esses também, com aspecto nitidamente europeu, cuja aldeia era praticamente inacessível devido aos grandes rápidos do rio e ao terreno acidentado que a rodeava. O Padre Martín tinha ouvido o comandante Braz, célebre explorador da Amazônia, contar que uma vez, no Arinos, encontrava alguns brancos atléticos, inteiramente nus, falando Tupi-Guarani. Anteriormente, Barros Prado (50) recolhera os testemunhos de índios Nhambiqueras que, prisioneiros dos Xavantes, tinham conseguido escapar e, na floresta onde passeavam, tinham encontrado índios quase brancos, da alta estatura, cujo tuchaua comia, conforme contaram, em vasilhas de ouro. O Coronel Fawcett, quando de sua estada em São Paulo, em 1925, antes de partir para a expedição que iria lhe custar a vida, declarou ter conhecimento de tuchauas brancos no Bananal e no Araguaia que, eles também, usavam pratos de ouro.

No trabalho compilado por seu filho, Fawcett (35) transcreve, entre outras coisas, o relato do diretor francês do seringal de Santa

Rosa, no rio Abuna, afluente do Madeira: "Havia ali, nas proximidades do rio Acre, alguns índios brancos. Meu irmão subia o rio em canoa (em 1906). Um dia, asseguraram-lhe que havia alguns índios brancos nas redondezas. Ele não acreditou na informação e chegou até a rir daquelas histórias, porém desembarcou assim mesmo e notou vestígios indiscutíveis da presença de índios. O segundo fato certo é que ele próprio e seus homens foram atacados por selvagens grandes, bem constituídos e muito bonitos, com a pele completamente branca, cabelos ruivos e olhos azuis. Lutavam como demônios. Há muita gente que não acredita na existência de índios brancos e, quando os mostramos, teimam que são mestiços de espanhóis com índios. Somente quem não os viu pode falar assim: os que os viram têm uma opinião completamente diferente". Aí está, quase que palavra por palavra, a conclusão de Humboldt, que mencionamos mais acima.

Levemos em conta o exagero, até mesmo a mentira. O que resta deste conjunto de testemunhos é que existe alguns homens de raça branca na Amazônia, parecidos em tudo por tudo com os europeus, que vivem da maneira indígena, falam tão somente o Tupi-Guarani e não descendem dos colonizadores pós-colombianos. Aliás, alguns foram vistos recentemente.

Em dezembro de 1973, o sertanista Raimundo Alves, da Fundação Nacional do Índio — FUNAI — encarregado de se antecipar às equipes do DNER ocupadas na construção da Transamazônica e de pacificar as tribos indígenas que se encontravam na região, deparou, nas proximidades de Altamira, no baixo Xingu, com um grupo de oito indígenas que estavam se banhando no igarapé de Ipixura. Eram "totalmente brancos", diz o relatório original que o Coronel Nogueira, delegado da FUNAI em Belém do Pará, teve a bondade de nos deixar copiar, e tinham cabelos "castanhos claros". Eram de "estatura média", o que equivale, para os indivíduos do sexo masculino, a uns 1,70 m, talvez um pouco menos no Brasil, onde os descendentes dos portugueses são quase sempre baixos. Três homens e três mulheres tinham os "olhos azuis". Para definir a cor da sua pele, o relatório emprega a palavra "alva", em princípio, sinônimo de branco, mas que ali implica uma cor mais definida e significa na verdade, branco leitoso. Em setembro de 1974, ao findar a estação das chuvas, a FUNAI mandou um avião para sobrevoar a área e este localizou três aldeias desconhecidas nas proximidades das quais foi erguido posteriormente um acampamento. Vinte e três índios, parecidos com aqueles vistos em dezembro, não demoraram a/ali se apresentarem, com mulheres e crianças, contrariando os costumes dos verdadeiros índios. No momento em que escrevemos estas páginas,

ainda não soubemos outras coisas. A FUNAI não conta com um antropólogo, no sentido exato da palavra, e o Museu Emílio Goeldi não possui fundos. Mesmo assim procura-se explicar a existência dessa tribo pela mestiçagem. Contudo, o indianista Hélio Rocha, diretor da Comissão dos Assuntos Amazonenses, que emitiu essa hipótese (51), foi obrigado a reconhecer a pouca probabilidade de ser ela verdadeira, já que "possivelmente a maioria desses índios têm a pele clara".

4. OS CABOCLOS LOUROS DO PIAUÍ

Muitos autores, como acabamos de ver, fizeram alusão aos "índios brancos" selvagens das Guianas e da Amazônia. No entanto, com apenas uma exceção, jamais se referiram aos caboclos louros do Piauí, que constituem a maioria dos habitantes daquele Estado brasileiro. Na verdade, trata-se da região mais pobre do país e a mais abandonada, apesar de alguns esforços dignos de nota feitos recentemente no domínio da infra-estrutura. Ninguém jamais pensou em estudar uma população que vegeta sem se fazer notar.

Quando chegamos à Teresina — capital do Piauí —, por ocasião da nossa expedição em 1974, sobre a qual daremos os resultados no capítulo seguinte, ficamos surpresos com a extraordinária proporção de crianças e adolescentes louros que víamos nas ruas. O percentual parecia ser ainda mais alto no interior. Não estávamos em condições de efetuar um levantamento antropológico por amostragem que exigiria mais tempo do que dispúnhamos e meios materiais com os quais não contávamos. Portanto tivemos que nos contentar com uma estimativa: no norte do Estado, se deixarmos de lado os mulatos, pouco numerosos, cerca de 80% das crianças de dez anos têm os cabelos que vão do castanho-claro ao louro-acinzentado, passando pelo louro-dourado; aos quinze anos, a proporção ainda continua em 50%. Está claro que também encontramos adultos louros, sobretudo mulheres. Os olhos azuis claros não são raros e nota-se, em determinados indivíduos, olhos azuis escuros que não nos lembramos ter visto em outros lugares.

Esta confirmação inesperada da hipótese do trabalho que tínhamos realizado na região não nos impediu de nos assombrarmos quando fomos recebidos, no lugarejo de Sete Cidades, pelo encarregado do lugar que era o objetivo da nossa expedição, e o ouvimos dizer seu nome:

Valquir Pereira. Uma das suas filhas, com cabelos castanhos claros, tinha o nome de Valquíria, muito comum no Nordeste brasileiro, como tivemos oportunidade de constatar posteriormente.

A alta percentagem de cabelos louros que pudemos observar é ainda mais normal, pois a população do Piauí, exceto alguns europeus e “brancos brasileiros”, tanto uns quanto outros pouco numerosos e quase todos concentrados em Teresina, é constituída por caboclos com a pele bronzada e o rosto com as características bem conhecidas dos nordestinos: caixa craniana achatada, marcantes arcadas superciliares, testa estreita, maçãs do rosto ligeiramente salientes, olhos pequenos e quase sempre um tanto apertados. É um espetáculo desconcertante ver indivíduos mais próximos aos índios do que do branco, devido a seu aspecto físico, porém com esplêndidos cabelos louros que nada têm a ver com os dos sararás, aqueles mestiços, quase sempre um pouco negróides, dos outros estados do Nordeste, que possuem mechas de um amarelo sujo e irregular, entremeados com cabelos negros ou castanhos, às vezes encarapinhados. Mesmo os raros sararás totalmente louros dão a impressão de que a tonalidade é o resultado de uma descoloração artificial mal feita. Esse não é, de modo algum, o caso dos habitantes louros do Piauí, cujos cabelos são idênticos aos das populações nórdicas da Europa.

De onde pode se originar uma anomalia do gênero? Nos outros estados do Nordeste, atribuem de bom grado os cabelos horríveis dos sararás aos holandeses que colonizaram o Ceará e ocuparam as costas de Pernambuco no século XVII. No Maranhão, os franceses que dominaram a região nos séculos XVI e XVII fornecem uma explicação plausível. Contudo, nem estes nem aqueles jamais puseram os pés no Piauí.

Aliás, foi somente em 1661 que o primeiro português — um bandeirante de São Paulo chamado Domingos Jorge Velho — estabeleceu-se na região que, até então, tinha permanecido em poder de tribos indígenas insubmissas, exceto uns 12.000 Tupis das missões que os jesuítas mantinham na costa (52). Com ele ou depois dele, somente umas poucas dezenas de portugueses chegaram do Sul, e, assim mesmo, uma boa parte deles foi morta no Rio Grande do Norte, na guerra contra os negros fugitivos refugiados no Quilombo de Palmares. Entre 1670 e 1825, cerca de uns mil brancos adultos vieram do Maranhão para se estabelecerem no Piauí, como o prova a cifra de seiscentas sesmarias concedidas pelos governos do Pará, Maranhão e Piauí, além de trezentos degredados portugueses aos quais também foram cedidas terras. Tratava-se quase sempre, em ambos os casos, de solteiros, a tal ponto que o governo de Lisboa e o de São Luís do Maranhão tiveram que, por

diversas vezes, especificar por meio de ordenação que os portugueses que se casassem com índias não perderiam seus direitos de súditos do Rei. Em 1762, o recenseamento geral da nova capitania do Piauí dá-nos a cifra de 8.102 residentes livres (brancos e índios submissos) e 4.644 escravos negros. Depois de 1825, houve uma pequena migração de habitantes do Ceará, expulsos de sua terra pela seca crônica (pequena, pois o Piauí é ainda mais pobre do que o Estado mencionado acima), e a chegada de alguns milhares de negros do Maranhão logo após a abolição da escravidão. Porém essa quota da população é largamente compensada por uma constante migração na direção de São Luís, Fortaleza, Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Enfim, jamais houve uma imigração européia — nem mesmo de portugueses — exceto alguns casos individuais raríssimos: os colonos sempre dirigiram-se para os estados do Sul.

Se aplicarmos aos 13.000 habitantes recenseados em 1762 o índice de crescimento demográfico dos canadenses franceses — 10.000% em duzentos anos — obteremos a cifra de 1.023.000 pessoas no ano de 1920. Mas o Piauí é a mais pobre das terras brasileiras e a subalimentação é ali endêmica até hoje. A raça é prolífera, porém macilenta, e a mortalidade infantil impera. Portanto, a comparação não é válida se levarmos em conta esses fatores negativos e é preciso, mesmo sendo otimistas, dividir por três a cifra anterior, o que nos dá 342.333 habitantes. Ora, quando do recenseamento de 1920, havia 738.740 pessoas. É assim mesmo esse número está muito aquém da realidade — como sempre no Brasil — e, com muito mais razão, num estado quase que totalmente desprovido de meios de comunicação e onde o próprio Registro Civil não oferece muita garantia. Mesmo aceitando como válido o resultado do recenseamento, constatamos, baseados nas nossas estimativas anteriores, um excedente de população da ordem de 396.407 indivíduos. Para obter os 738.740 habitantes em 1920, era preciso que em 1762 hguvesse, não 13.000 residentes, mas 28.000 e até mais, sem dúvida, se levarmos em consideração algumas campanhas realizadas durante o século XVIII pelos portugueses contra determinadas tribos insubmissas e as perdas humanas que delas resultaram.

De onde provém essa enorme diferença? Está claro que dos indígenas ainda “selvagens” em 1762. Ora, os índios do Piauí pertenciam a duas grandes raças: os Tapuias, muito escuros de pele, e os Tupis que eram amarelados. Tanto uns como outros tinham cabelos pretos e duros. Portanto é a eles, e especialmente aos primeiros, que a população atual deve sua cor geralmente escura. Restam os cabelos louros e os olhos azuis. Certamente não são devidos aos portugueses que, salvo raras exceções, não apresentam nenhuma dessas duas características.

Portanto temos que admitir a existência no Piauí, antes da Conquista, de uma população nativa de raça nórdica.

A primeira pessoa a elaborar um raciocínio desse tipo, embora seus cálculos estivessem errados e suas conclusões falsas em parte, foi Ludwig Schwennhagen (53), um austríaco que viveu durante longos anos naquela região. Ele quis ver Tupis, nos índios brancos e louros dos quais descende — dentro de uma certa medida — quase toda a população do Piauí, o que evidentemente não é exato. Schwennhagen nada tinha de antropólogo. “Os povos Tupis eram brancos, o que prova, não apenas o nome de *cari*, como também cada família legítima do sertão do Piauí e do Ceará. Em média, 90% das crianças nascem brancas e loiras e o estado ao nascer indica a raça. Com o passar dos anos, a cor da pele torna-se amarelada e a tonalidade dos cabelos escurece; mas se essas crianças são bem tratadas, com higiene, limpeza e uma alimentação racional, elas conservam todos os traços característicos da raça branca e, na terceira geração, não diferem mais das mais puras raças da Europa . . . Os filhos dos Tapuias autênticos nascem com a pele meio morena e os cabelos negros e lisos: não há nenhum tratamento que possa destruir esses dois traços característicos. Quando os Tapuias vivem na cidade, num ambiente civilizado, como podemos observar frequentemente em Belém, os traços Tapuias atenuam-se porém não desaparecem, jamais, por completo”.

Na realidade, os Tupis têm a pele menos morena e os traços mongolóides menos acentuados que os Tapuias, porém possuem cabelos negros e duros como estes. E a cor no momento do nascimento não indica, de forma alguma, a raça. Ademais, os caboclos do Piauí são, em geral, mais escuros de pele do que os Tupis: devem isso aos Tapuias que dominavam, numericamente, entre os índios da região. Os cabelos loiros e os olhos azuis não podem ter senão outra origem. Os caboclos são mestiços de índios — Tapuias e Tupis — e de brancos do tipo nórdico que se estabeleceram, antes da Conquista, no atual território do Estado. Não pode haver outra razão.

5. OS VIKINGS DA FLORESTA

Vimos no capítulo precedente que as *skjöld-meyar*, as Virgens do Escudo — virgens ou não —, de Tiahuanaco tinham se refugiado nas

províncias amazonenses e guianenses do império destruído após a batalha da ilha do Sol. Talvez alguns homens tenham-nas acompanhado até ali. Contudo, já havia na região alguns índios leais, encarregados da guarda das vias de comunicação. Alguns dentre eles eram Tupis-guaranis recrutados no local; outros, os Aruaques e os "Orelhas Compridas" tinham sido enviados do Altiplano.

Como sempre acontece quando se trata de tropas coloniais, os quadros dessas unidades indígenas pertenciam à raça dos conquistadores. Agora já temos uma prova disto, pois os "índios brancos" atuais só podem ser os descendentes dos europeus de raça nórdica chegados antes da Conquista. Segundo as descrições que nos são dadas pelos "viajantes", missionários e exploradores, alguns dentre eles — os Oyaricoulets, por exemplo — parecem ter conservado todas as características exteriores de seus antepassados. Outros, como os Waikás, degeneraram lentamente num meio ao qual não puderam se adaptar do ponto de vista biológico. Outros ainda incorporaram-se a determinadas tribos indígenas no seio das quais ainda encontramos os seus traços, como acontece, de modo especial, com os Canelas da Amazônia. Se tirarmos as penas do indivíduo da fotografia (cf. foto 8), tirada em 1935, pelo etnólogo alemão que se assinava Kurt Nimuendajú, não nos será difícil reconhecer o tipo de um camponês europeu. A fotografia (cf. foto 9), da mesma origem, mostra-nos um índio de cabelos claros — comparem com o pelo do púbis — totalmente incompatíveis, sejam eles louros ou grisalhos, com as características fundamentais da raça ameríndia.

É claro, e isso nós assinalamos anteriormente, que o aparecimento de indivíduos, ou melhor, de pequenos grupos brancóides não exclui absolutamente a possibilidade de uma mestiçagem contemporânea, mesmo que ocorra em regiões até então inexploradas. Porém uma explicação desse tipo não vale, é lógico, no caso de tribos inteiras, e menos ainda se todas essas tribos, sem exceção, usam nomes que as ligam aos Vikings de Tiahuanaco, como é o presente caso: Iurakarés (guerreiros brancos, em Quíchua), Guacarís (de *vaka*, guarda, em norueguês antigo), Guaraios, Oyaricoulets, Waiuais, Waikás, Guainares, Guaráibos, Guaráibos (de *vari*, guerreiro, em norueguês antigo). Nós mesmos, que somos muito rebeldes diante das evidências, muitas vezes enganosas, da filologia, temos que admitir que o cálculo das probabilidades exclui aqui o acaso.

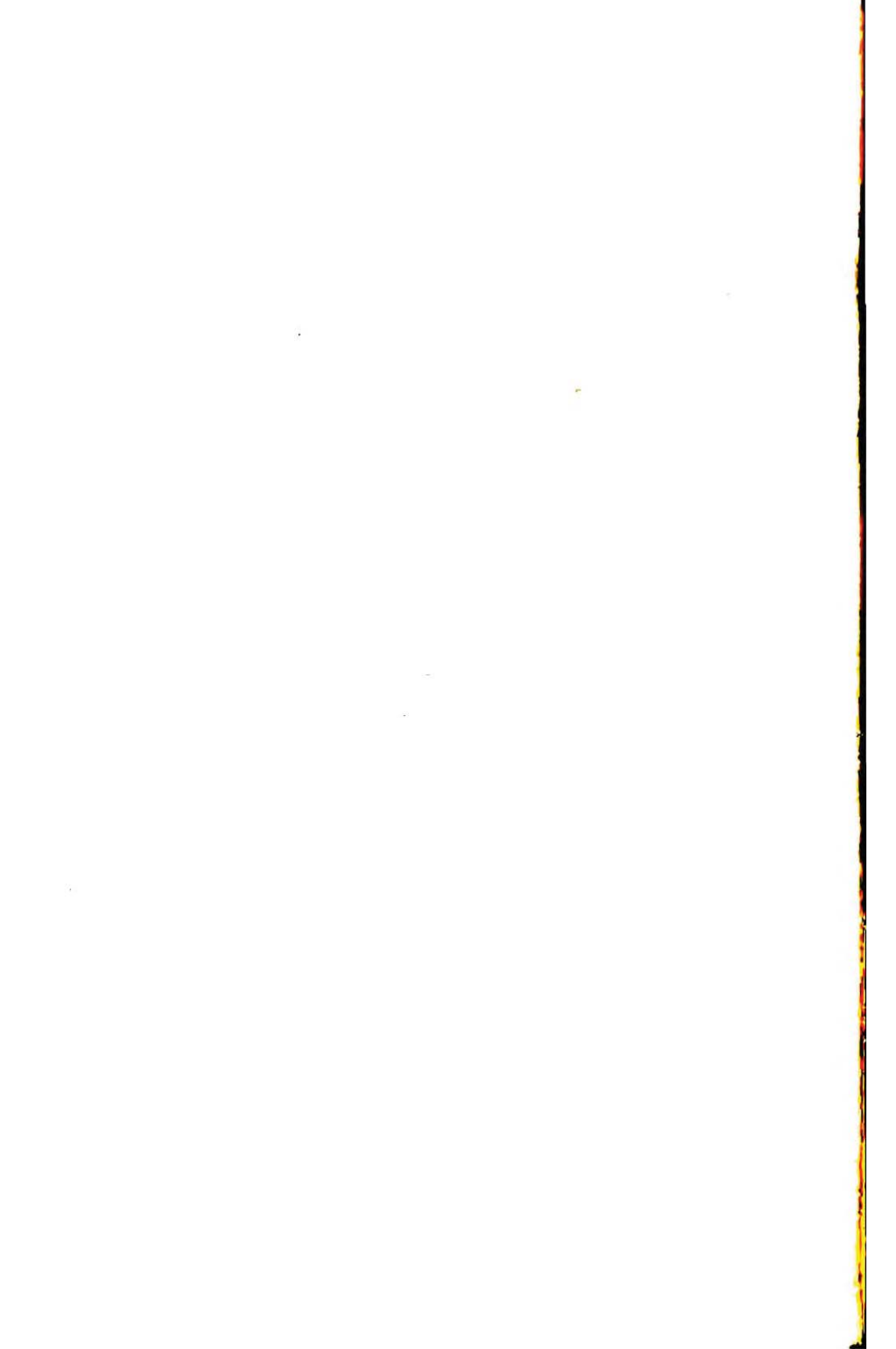
Aliás, esses nomes permitem-nos traçar um esquema bastante claro da organização militar dos Vikings. Ela compreende algumas tribos indígenas cujos guerreiros (*vari*), chefiados por oficiais brancos, formavam, em caso de necessidade, unidades territoriais, e um corpo de elite

permanente, sem dúvida, a Guarda (*vaka*). Esta devia ser constituída exclusivamente por Vikings. O que nos leva a acreditar nisso é o nome usado pelos Aruaques: Guarda de Honra. Não uma “guarda para prestar homenagens”, o que não teria o menor sentido nas Guianas, mas uma “guarda a título honorífico”, uma tropa indígena que, por seu comportamento, tinha merecido usar o nome reservado às unidades brancas. Assim, mais tarde, Manko Kápak dará o título de Inca (Inca por privilégio, diz Garcilaso) aos chefes indígenas que tinham contribuído para a reconquista.

Havia por todos os cantos do império unidades de guerreiros, inclusive na “Planície” onde asseguravam a proteção dos caminhos e dos rios. Quanto à Guarda devia ter sua guarnição em Tiahuanaco, na “Montanha”, sem por isso deixar de fornecer seus quadros aos corpos supletivos, como parece indicá-lo o nome do herói civilizador dos Tamanaques, Emílio o Guarda. Após a derrota da ilha do Sol, os oficiais brancos das unidades de guerreiros, que viviam com suas famílias nos territórios por eles administrados, tiveram que se reagruparem como uma medida de segurança: provavelmente deram origem às tribos brancas cujos nomes vêm de *vari*. Quanto à Guarda, ou aquilo que dela restava, deve ter-se retirado, sem desordem, até a floresta amazônica, ao mesmo tempo que as Virgens do Escudo, estabelecendo-se próximo a elas, no Jamundá e na região. Com toda a certeza seus soldados profissionais não tinham podido levar suas mulheres junto. Não era para enxovalhar a sua memória, muito pelo contrário, se supormos que esta circunstância ajudou-os enormemente a se tornarem cavaleiros a serviço das Amazonas. Os descendentes desses guardas, eram os Guacarís “altos e brancos” que mencionava o Padre de Acuña: os únicos índios brancos cujo nome deriva de *vaka*, guarda em norueguês antigo.

Restam os brancos do Piauí, esta região perdida do Nordeste brasileiro, a uns 1.000 quilômetros em linha reta a sudeste do Amazonas. Se julgarmos pelas características raciais dos caboclos atuais, os nórdicos pré-colombianos contribuíram numa proporção bem grande para o povoamento de uma zona onde, é verdade, os índios eram pouco numerosos (52). Seriam eles refugiados de 1290? Isto seria inexplicável, pois o Piauí, além de estar muito afastado das principais rotas dos Vikings, não possui uma fauna capaz de deter, e ainda menos atrair, homens cuja alimentação podia depender somente da caça. Portanto temos que admitir que os dinamarqueses de Tiahuanaco tinham se instalado para sempre na região antes da batalha da ilha do Sol. Mas, por que razão?

IV. AS SETES CIDADES DO PIAUÍ



1. A INACREDITÁVEL FANTASIA DA NATUREZA

A uns 250 quilômetros de Teresina, capital do Estado do Piauí, encontra-se a vila de Piracuruca (cf. mapa, fig. 17), construída no século passado — e nada mudou desde então — no local da aldeia onde, por volta de 1780, o bandeirante Domingos Afonso Sertão, mais conhecido na história do Brasil sob o nome de Mafrense, tinha fixado uma tribo de Genipapos. Seus caboclos louros já falavam, há cem anos, aos raros viajantes que se aventuravam na região, das ruínas de uma cidade encantada. O fato foi revelado por um tal de Jacome Avelino num artigo publicado, em 1886, no jornal *Constituição* de Fortaleza, capital do Ceará, estado vizinho ao Piauí. No ano seguinte, uma missão do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil foi até à região e constatou efetivamente a existência de um enorme conjunto de rochedos de aparência fantástica. Não se falou mais nada a respeito até que, em 1926, Ludwig Schwennhagen (53) publicou uma planta minuciosa (cf. fig. 18) seguida de uma explicação delirante sobre a qual voltaremos a comentar mais tarde, e deu-lhe o nome de Sete Cidades. Em 1961, o governo federal desapropriou a zona — mais de 6.000 hectares — e transformou-a em parque nacional, com a dupla intenção contraditória de proteger o local e transformá-la num centro de atração turística. As depredações que não tardaram a ser feitas levaram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal a proibir o acesso do público à maior parte do parque. O resto — o setor mais pitoresco — parece, infelizmente, fadado a uma rápida destruição.

Assim que nos aproximamos da zona, partindo de Piracuruca por um caminho de terra de 23 km transitáveis durante o tempo seco,

notamos uma linha de fortificações de 3 a 5 metros de altura, que logo se revelam não passarem de rochedos de arenito curiosamente modelados pela erosão. Em seguida entra-se numa passagem estreita, flanqueada por “muralhas” cujas “seteiras” são ocupadas por “canhões” com canos salientes. É a “Fortaleza”: simples conjunto de rochedos com formas fantásticas, com cerca de 10 m de altura, ornadas com placas de ferro puro enroladas que dão a impressão de peças de artilharia. Em seguida, têm-se dois conjuntos de rochedos imensos carcomidos nos quais a imaginação popular, reforçada por Schwennhagen, quis ver duas cidades, com suas praças, ruas e uma avenida. Aliás, temos que reconhecer que, à distância, pensamos ver algumas casas, entre estas umas de dois andares. Porém a impressão desaparece rapidamente.

Mais além da “segunda cidade”, surge o “Castelo”, com 20 m de altura e 150 m de comprimento, dividido em três compartimentos descobertos um dos quais, conhecido entre os caboclos pelo nome de “Biblioteca”, possui, sobre umas espécies de prateleiras, que parecem ser, à primeira vista, placas de pedras cortadas simetricamente — os “livros” — mas que na realidade nada mais são do que blocos cujos lados foram cortados pela erosão. As quatro outras “cidades”, que rodeiam o “Castelo” em forma de meio-círculo, têm, a grosso modo, a mesma aparência das anteriores, embora a sua altura não ultrapasse os cinco metros. Mais ou menos a 3 quilômetros para nordeste, encontra-se uma zona denominada “A Descoberta” que apresenta outros conjuntos rochosos com as mesmas características das Sete Cidades propriamente ditas. Ao norte delas, eleva-se a serra Negra, um pequeno maciço com 120 m de altura máxima com relação à planície cujos flancos também têm em certos lugares, uma aparência de estruturas arquitetônicas.

Em diversos pontos do local, os rochedos têm formas sugestivas entre as quais se reconhece, à primeira vista, um leão, duas águias com as asas abertas, uma tartaruga, um sapo, um pórtico, etc. Vêm-se também quatro enormes falos, um deles na Descoberta, com a glande bem modelada. Mais estranhos ainda são quatro estátuas antropomorfas, isoladas como os monumentos de uma cidade. Uma delas representa o rosto de um homem barbado, com nariz reto e a boca aberta, como se o personagem estivesse gritando, no topo de uma coluna pousada sobre um pedestal cônico. Uma outra (cf. foto 10) mostra-nos uma cabeça barbada com nariz arrebitado, usando uma boina de marinheiro. A terceira é uma espécie de Ícaro (cf. foto 11) cujo aspecto é um tanto surrealista. Assim que vemos a quarta (cf. foto 12), ficamos imediatamente impressionados com a cabeça do homem, cuja silhueta lembra estranhamente aquela de um *moai* da ilha de Páscoa. Vimos, em

seguida, que se tratava de um cavaleiro medieval cuja montaria, empilhada, possui uma longa manta de pano como se usava então, e cuja mão repousa no punho de uma espada suspensa no arçã. A fotografia que temos não ficou muito boa, infelizmente, pois a tiramos sob a chuva. Todavia, ela é suficiente para dar uma idéia da "estátua".

Eliminamos de saída um suposto problema: não há, nas Sete Cidades, nem "Fortaleza", nem "Castelo", nem "Biblioteca": apenas uns rochedos aos quais a laterização e a erosão deram origem a formas fantásticas. Tudo o mais é mera fantasia. Que o gigantesco conjunto assim constituído seja estranho e impressionante, isso não modifica em nada a questão. Em compensação, temos o direito de nos perguntarmos se é a mesma coisa com as figuras de animais e as estátuas antropomorfas que mencionamos. A natureza tem seus caprichos, não o ignoramos, e conhecemos, no mundo, mais de um perfil humano e mais de uma silhueta de animal esculpidos por ela na encosta de uma montanha. Contudo, o cálculo das probabilidades parece tornar muito aleatória a possibilidade de que uma dezena de formas assim reconhecíveis tenham surgido, por acaso, no mesmo local. Ademais, a erosão pode estar levando a culpa. "Se daqui a mil anos forem descobertos em Yellowstone os rostos dos primeiros presidentes dos Estados Unidos, que foram esculpidos no rochedo", dizia-nos no Rio de Janeiro o professor André Selon, "os geólogos não deixarão de afirmar que se trata da obra do vento e da chuva e os leigos ficarão maravilhados que a natureza tenha reproduzido, tão claramente, os traços de Washington". Na verdade, a erosão pode modelar a pedra bruta como também deteriorar a pedra esculpida pela mão do homem, sobretudo se tiver sido, como em Sete Cidades, numa pedra relativamente macia.

Esta segunda hipótese parece ser válida no caso que focalizamos. Veremos, mais adiante, que os rostos europeus das estátuas que mencionamos respondem muito bem a circunstâncias solidamente estabelecidas para ser obra do acaso: se descobrirmos nas encostas do Kilimanjaro um bloco de pedra que faz lembrar Júpiter, pensaremos, logicamente, que se trata de uma obra incongruente da natureza; porém teremos boas razões para ver ali o fruto do trabalho de um escultor se a descoberta tiver lugar nas ruínas de um tempo romeno. Um outro argumento, desta feita geológico, abunda no mesmo sentido. Observemos mais uma vez a estátua de "Ícaro" (foto 11). Verificaremos que a beirada das asas e as da pedra curva colocada no centro da figura, à direita, são talhadas em ângulo reto, com as arestas bem cortadas. Ora, a erosão corrói: ela não talha. Portanto seu trabalho é sempre irregular. Mostramos essa fotografia a um escultor, a cortadores de pedra e a um geólogo: foram

unânicos em afirmar, sem deixar a mínima dúvida, que os referidos ângulos — e que aliás não são os únicos nas Sete Cidades — tinham sido cortados pela mão do homem, com instrumento de metal.

Portanto, Sete Cidades constitui um conjunto natural, causado pela erosão, de rochedos entre os quais alguns foram trabalhados por escultores cheios de imaginação — um só, talvez — cuja técnica era enormemente primitiva. Esses artistas eram brancos, como o prova o tipo físico de seus modelos. Todavia, não eram portugueses: o estado da pedra demonstra que o trabalho é anterior à Conquista, não somente do Piauí, mas do Brasil.

2. OS NAVIOS RUPESTRES

Esses brancos, possuímos as provas, eram os Vikings de Tiahuanaco. Realmente, encontramos nas Sete Cidades algumas inscrições que até o momento não chamaram a atenção dos visitantes que as tomavam, sem dúvida, por rabiscos de índios. Para identificá-las, era necessário ter um pouco de conhecimento a respeito da escrita rúnica. Além do mais, antes de nós, ninguém estudou realmente um local que só assume sua real importância dentro de um esquema de uma pesquisa mais ampla.

Observamos nas Sete Cidades, um pouco por todos os lados, na Serra Negra e na Descoberta, sobre paredes mais ou menos lisas, geralmente protegidas por uma saliência de pedra, ou em abrigos sob rocha, desenhos traçados com tinta vermelha. Mais raramente, notamos a presença de tinta amarela e azul. Mais excepcionalmente ainda, encontramos inscrições gravadas, duvidosas na sua maioria. Em determinados rochedos a tinta é muito clara, a ponto de tornar ilegíveis alguns sinais que adivinhamos mais do que os vemos. Em outros locais, ao contrário, o desenho parece ter sido feito ontem.

A maioria dos “painéis” de inscrições apresentam um aspecto incoerente que faz pensar em grafitos sucessivos sem que tenham uma intenção de conjunto. Raros são aqueles em cuja composição podemos notar um mínimo de harmonia gráfica. Exceto em dois casos, as inscrições “alfabéticas” — colocamos “alfabéticas” entre aspas por se tratar de letras do *futhark* rúnico e não de um alfabeto, no sentido etimológico do termo — estão situadas no centro de sinais diversos que nada têm a ver com elas. Muitas vezes, as paredes pintadas estão semeadas de

impressões de mãos que são reveladoras: algumas são longilíneas, como as dos nórdicos, as outras brevilíneas como as dos índios (cf. foto 13). Portanto, havia em Sete Cidades, duas raças, com diferenças antropológicas bem marcantes, que viviam juntas.

Num rochedo, situado muito perto do “Castelo”, chamado Pedra do Americano, encontra-se uma parede pintada da qual teremos inúmeras oportunidades de falar. Em primeiro lugar, observa-se ali um desenho (cf. foto 14) que não pode deixar de ser um *drakkar*. O navio, no entanto, não tem o contorno a que estamos acostumados. Mesmo se levarmos em conta o fato de ser ele visto por trás de três quartos, o que o encurta, não resta dúvida que é mais profundo, isto é, de fato, mais alto em relação ao nível da água, que os navios escandinavos do período Viking. Na realidade, deve ser um pouco posterior ao *drakkar* da época clássica, intermediário entre aquele e o *knorr*, a nave do século XIV. O desenho da figura 19 dá-nos uma idéia daquilo de que se deve tratar.

Que o navio da Pedra do Americano é escandinavo, não só o sugere a sua forma — especialmente, a proa com cabeça de animal — mas também a inscrição que exhibe (cf. fig. 20) comprova-o, sem deixar um mínimo de dúvida. Embora ela seja redigida com caracteres degenerados que indicam uma origem relativamente recente, nosso colaborador do Instituto de Ciência del Hombre, de Buenos Aires, o professor Hermann Munk, a quem devemos todo o trabalho filológico da nossa pesquisa, pôde transliterá-la:

inka ilo uap

o que significa, com alguma reserva no tocante ao tempo de verbo*,

Incas correndo com armas.

O emprego do termo *Inka* para designar os brancos do Peru é, portanto, anterior a Manko Kápak. Os dinamarqueses de Tiahuanaco sempre se denominaram “Descendentes”: os descendentes dos Vikings de Ullman (14).

* INKA: de *ing*, sufixo que, em todas as línguas germânicas, significa “descendentes” e que encontramos no francês nas palavras dos Merovíngios, Carolíngios e Lotaríngios. Até hoje é um nome muito comum nas ilhas da Frise. ILO: antigo alemão, *ilen*; saxão arcaico, *illan*, correr, apressar-se. UAP: nórdico arcaico, *vapn*; saxão arcaico, *wapan*; frisio arcaico, *wopin*; gótico, *wepna*; alemão arcaico, *waffan*; alemão atual, *Waffen* (plural): arma (s).

O outro navio (cf. foto 15), sem qualquer inscrição, está localizado na Descoberta. É um *drakkar*, visto de frente em seus três quartos. Ainda que seja um pouco mais bojudo do que seria de se esperar, sua proa delgada, encimada por uma cabeça de raposa ou de lobo, é clássica, como o é também o remo — leme que ultrapassa a quilha.

3. OS “BARBADOS DA PLANÍCIE”

Na borda da saliência de um grande abrigo sob a rocha situada na Serra Negra, encontramos duas inscrições idênticas, feitas com sinais longilíneos, traçados com tinta vermelha, com cerca de 50 cm de altura (cf. foto 17 e fig. 21). Enquanto a parede do fundo e o “teto” do abrigo estão cobertos por centenas de pequenos desenhos sumários e de sinais rúnicos ou runóides isolados, esses dois conjuntos de caracteres destacam-se sozinhos, bem em evidência, como se se tratasse de uma espécie de insígnia.

Cada um dos sinais é composto por duas letras rúnicas superpostas — três no que concerne ao último — que é preciso ler de cima para baixo, à maneira dos *samstavrúner* dinamarqueses, de que uma inscrição de Hedeby (54) nos oferece um bom exemplo. Obtemos assim a transliteração:

skea akma an matsis

cuja análise revela um certo número de anomalias. A mais impressionante, já encontrada no Paraguai (16), é a mistura dos “alfabetos” utilizados. O primeiro *k* pertence ao antigo *futhark* e o segundo, ao novo, enquanto que o terceiro caráter, *ea*, corresponde ao *futhorc* anglo-saxão. Por outro lado, o *a* superior do quarto sinal e as duas letras do antepenúltimo estão invertidas, e que também aparece com frequência no Paraguai. Finalmente, os dois primeiros *a* e o segundo *k*, com um desenho muito degenerado, só podem ser identificados graças ao seu contexto. Observemos ainda que algumas manchas de tinta, redondas, cobrem cinco letras, nitidamente perceptíveis a olho nu, como podemos ver comparando a foto com o desenho, executado no local, no qual as eliminamos.

O sentido desta inscrição também é o mais claro possível*:

*Os inteligentes barbados próximo da sua
residência na Planície*

A inteligência e a barba era o que mais diferenciava os brancos dos índios. A Planície, os descendentes dos Vikings de Tiahuanaco chamavam-na assim, por oposição à Montanha, as terras baixas que se estendiam desde a cordilheira dos Andes até ao Atlântico. E o abrigo sob rocha que leva estas inscrições está situado na pequenina serra que domina a planície local e no cume da qual esses nórdicos, tal como os conhecemos, deviam construir suas casas. Apesar da reserva filológica que expressamos na nota, *matsis* deveria exprimir “residência da Planície”. Já encontramos mais de um erro ortográfico nas inscrições rúnicas do Paraguai. Como estas últimas, a que aqui tratamos, ainda que em estilo clássico, pertence à uma época relativamente recente, como o provam, por um lado, o emprego de *m* dinamarquês tardio e, por outro lado, a degenerescência de alguns de seus caracteres. Seja lá o que for no tocante a este ponto de detalhe, a inscrição da Serra Negra constitui uma verdadeira assinatura.

4. O GUARDIÃO DA HERANÇA

Voltemos à Pedra do Americano. Numa pequena depressão de sua maliciosa de pedra, e somente nessa posição, a 1,70 m de altura, aparece um desenho pintado em vermelho, cujo quadro é constituído por um uruz (*u* rúnico), símbolo da força viril, em runologia ideográfica. Esse mesmo sinal, isolado, com cerca de um metro de largura máxima, aparece a meia altura do enorme monolito fálico da Descoberta, sobre a face que domina as Sete Cidades.

* SKEA: nórdico arcaico, *skegg*, barba. AKMA: da raiz germânica *ah*, pensar; gótico, *ahma*, espírito, inteligência; AN: alemão arcaico, *an*: junto de. MAT: maxão arcaico: *matha*, pradaria; dialetos alemães do sul, *matte* (*mat*, *matt*, em numerosas designações geográficas): pastagem nas grandes altitudes. SIS, no sentido de residência, é um tanto duvidoso, pois deveremos encontrar um termo cuja raiz seja *sit* (*Sitz*, no alemão moderno).

As dimensões do uruz da Pedra do Americano são mais modestas: trinta centímetros de largura máxima. No interior, observamos as quatro linhas de uma inscrição rúnica (cf. fig. 22) muito apagadas para sair nas inúmeras fotografias em preto e branco e a cores que tiramos, mas perfeitamente legíveis a olho nu. Sua transliteração dá:

*ulkum ulfs ilska
uba yrta
elgos uk
og kakliuam.*

Trata-se, aí também, de uma inscrição tardia, conforme mostram o *s* latinizado e o *e*, cuja posição está com um desvio de 90°, em relação à segunda linha, as ligações abusivas da primeira, que denotam claramente uma degenerescência gráfica, e da quarta. O *y* da segunda linha pertence ao *futhorc* anglo-saxão.

Apesar dessas anomalias e algumas letras parcialmente apagadas, a tradução não apresentou a menor dificuldade*:

*Pequena fada dos bosques de Ulf,
guardiã deste local sagrado,
astuciosa e vingativa
como o alce divino
e quebradora (de crânios).*

Ulf é um nome Viking muito comum, o alce, já desaparecido atualmente, era um grande veado, parecido com o alce canadense, que, na Idade Média, abundava no norte da Europa. Na última linha, o texto diz simplesmente “quebrador”. O complemento é normal para quem conhece a terminologia — e os hábitos — dos Vikings.

* UL: alemão arcaico, *ul*, domínio ancestral de uma família, de uma tribo, de uma raça. KUM: alemão arcaico *kum* (*me*) e *kumpf*, recipiente (o que conserva. Cf. seus derivados em alemão moderno: *Kummer*, inquietação, sofrimento, e *kummervoll*, inquieto). ULFS: genitivo de *Ulf*, nome dinamarquês. ILS: alemão arcaico, *ils*, fada dos bosques. KA: diminutivo. UBA: nórdico arcaico, *ubar*, astuciosa. YRTA: alemão arcaico, *irri*; anglo-saxão, *yrre*: vingadora. ELG: nórdico arcaico, *elgr*, alce. UK: nórdico arcaico, *auk*; saxão arcaico, *ok*: também, da mesma forma. OS (grafia normalizada, *as*): deus da mitologia escandinava. OG: norueguês, *og*: e. KA: prefixo que indica integridade, reunião, etc. KLIUAM: nórdico arcaico, *kljufa*; alemão arcaico, *klioban*; saxão antigo, *kliothan*; anglo-saxão, *cleofan*: quebrar.

Portanto, eis-nos aqui diante de um personagem concreto, um Viking chamado Ulf, “conservador” de um lugar memorável ao qual as pessoas da sua raça atribuíam uma importância muito especial e cuja natureza veremos mais adiante. É o chefe local, e faz questão que todos saibam disto, já que usa por conta própria o símbolo da força viril que domina o sítio. Um homem de guerra que na sua vida quebrou mais de um crânio com golpes de machado de combate e que, apesar da sua astúcia natural, irrita-se facilmente. Nada tem de modesto e não hesita em se comparar a um alce divino. Porém é bastante sábio e piedoso para invocar a fada dos bosques que o protege. A menos que, de uma forma mais humana, o sinal da força viril diga a uma certa Ilska, a pequena Ilse — esse nome ainda é usado atualmente nos países germânicos — a eleita do seu coração . . .

5. UMA AMEAÇA

Foi ainda na Pedra do Americano que descobrimos uma inscrição um pouco criptografada, ainda que as letras que aparecem embaixo, à guisa de assinatura, estejam bem desenhadas (cf. foto 19), um grupo de runas ligadas, difíceis de serem lidas e, à esquerda, um daqueles “diabos” dos quais já mostramos outra representação (cf. foto 13). A transliteração encontrou diversas dificuldades que, acreditamos, puderam ser superadas:

aulth mik
nialna
ifi ikil
tulsuia.

Nialna parece ser a forma feminina do nome *Njal*, porém não estamos certos disto. *Ifi* — diminutivo, abreviação, sigla? — não faz o menor sentido para nós. O resto, pelo contrário, é muito claro*. Assim temos:

* AULTH: alemão arcaico, *ald*, *old*: forte. MIK: alemão arcaico, *mikil*: poderoso. IKIL: nórdico arcaico, *ikull*; saxão arcaico e alemão arcaico, *igil*: picar. TUL: alemão arcaico, *tulli*, ponta de flecha ou de venábulo. SUIA: saxão arcaico e anglo-saxão, *swingan*; alemão arcaico; *swinkam*: brandir, atirar, bater, chicotear.

Forte e poderoso (a)

Nialna

ifi pique.

Aquela que brande o venábulo.

O litograma sugere a idéia de uma ameaça a alguma guerreira terrível. E, como os Vikings costumavam dar nomes as suas armas, o incompreensível *ifi* poderia muito bem designar o venábulo eficiente de um incompreendido, ou de um marido enganado. Contudo, isto não passa de uma hipótese.

6. GRAFITOS ANTROPÔNIMOS

Fora as inscrições que acabamos de analisar e que, apesar de algumas anomalias na sua grafia, podem ser consideradas clássicas, numerosas superfícies relativamente planas dos rochedos das Sete Cidades são, já o dissemos, cobertas de grafitos. São sinais isolados ou grupos de runas traçadas por mãos inexperientes. Muitos destes últimos tornaram-se ilegíveis com o passar do tempo. Outros puderam ser, totalmente ou parcialmente, decifrados e traduzidos, apesar de uma grafia quase sempre fantasiosa e às vezes degenerada. Trata-se, em geral, de antropônimos provavelmente executados por peregrinos, como veremos mais adiante. Limitemo-nos a dar alguns exemplos.

É na Serra Negra que se encontra a maior quantidade desses grafitos. O da figura 23 (transliteração: *amilhu*, com um *n* fora de propósito) é uma das formas do nome que originou *Emile* (aquele que corre depressa). Um outro, *ull* (cf. fig. 24), reproduz o nome, freqüente à época dos Vikings, do deus dos caçadores. *Natka* (cf. fig. 25), *pequena cobra**, é evidentemente um nome feminino, talvez dado pelo autor do grafito, sob a inspiração do momento, a alguém que acabava de lhe escapar.

Dois outros grafitos da Serra Negra são mais difíceis de interpretar, devido às runas ligadas e deformadas neles encontradas. O primeiro

* NAT: nórdico arcaico, *nadr*; saxão arcaico, *nadra*; alemão arcaico, *natura*: cobra. KA é um diminutivo.

(cf. fig. 26), cuja transliteração parece dar *luka huni* (*h* arcaico), tem uma tradução duvidosa. Por um lado, com efeito, *huni* tem um duplo sentido; por outro lado, a única raiz possível de *luka* não é encontrada em nenhuma das línguas germânicas conhecidas. O professor Munk propõe, com muita reserva, *o garoto flexível*, ou *o gigante flexível**. O segundo (cf. fig. 27) é anárquico ao extremo. Lê-se, ali, com grande dificuldade *letiku isa***. A palavra que aparece em primeiro lugar significa *aquele que fere*. A outra — talvez uma espécie de assinatura — é um nome feminino, ao que tudo indica.

Na Pedra do Americano vimos um outro litograma do mesmo tipo (cf. fig. 28) com uma grafia cuidada ao extremo, cujas runas são clássicas apesar do *u* invertido que encontramos em inúmeras inscrições, tanto no Brasil como no Paraguai. Transliterando, lemos *swalu*, do nórdico arcaico *swal* frio. Se se tratar de um nome ou de um apelido, conforme acreditamos, o sentido deve ser *o sereno*. Num outro rochedo da “segunda cidade” destaca-se um grupo de sinais curiosamente ligados, mas perfeitamente legíveis (cf. fig. 29) cuja transliteração dá *ikilot*, isto é, *o espinhoso****, ou então, em tradução livre, *o chato!*

Depois, há um bloco de pedra (cf. fig. 30), no lugarejo das Sete Cidades, coberto de inscrições rúnicas, ao qual diversas rachaduras deram a forma de um triângulo truncado com cerca de 40 cm de altura. Ninguém pôde nos precisar o lugar exato onde foi apanhado. Sua autenticidade, no entanto, não é duvidosa: as letras vistas nele são de uma grafia semelhante, sob todos os aspectos, às dos litogramas que descobrimos no local e as tintas, marrom e vermelha, com as quais foram traçados apresentam as mesmas características e a mesma pátina desses últimos.

As duas primeiras linhas — as únicas legíveis com exatidão — são compostas por pequenas runas regulares, de cor marrom, quatro das quais, no início, são ligadas, bem como as duas últimas da linha superior. Na segunda, notamos um *n* pertencente ao *futhorc* anglo-saxão. Transliteração provável:

* LUKA: indo-europeu, *lug*, torcer; grego arcaico, *λύγος*, galho flexível. HUNI: nórdico arcaico, *hunn*, ursinho; dialeto norueguês antigo, *hun*, garoto. Ou ainda: em anglo-saxão e alemão arcaico, *huni*, gigante, herói.

** LETI: nórdico arcaico, *letja*; saxão arcaico, *lettian*: ferir, violar. KU: diminutivo. ISA: nórdico arcaico, saxão arcaico, alemão arcaico, *isarn*, de ferro.

*** IKIL: nórdico arcaico, *igull*; saxão arcaico e alemão, *igil*: picar. OT: sufixo do alemão arcaico, *oti*, dotado de.

zaku wifwero
kenu ulil.

Em seguida aparece um *odala* inclinado que poderia ser a primeira letra da palavra *og*, “e”.

Zaku e Ulil parecem prenomes, o primeiro derivado do alemão arcaico *zack*, duro, constante, e o segundo, do alemão arcaico *ul*, domínio ancestral. Se for isso, realmente, teremos*:

Zaku, mulher de armas (guerreira)
Ulil, o audacioso (ou: o sábio).

Mencionemos ainda três monogramas (cf. fig. 31): o primeiro dos quais encontra-se na Pedra do Americano e os outros dois, num dos rochedos da Descoberta. São, quanto à sua feitura, muito parecidos daqueles que abundam nos países germânicos. O primeiro (transliteração: *liubu***) significa o amável; o segundo (*kilt****), o destruidor ou o matador. O terceiro (*Tholf*) é um diminutivo do gótico *Athalwelpo*, do qual se origina Adolfo.

7. CONSELHO E ZOMBARIA

Encontramos na Serra Negra, bem no centro de outros litogramas duvidosos ou incompletos, duas inscrições cuja grafia é muito regular, mas que, entretanto, parecem ter um sentido compreensível que indicamos com a prudência que se faz necessária e com todas as reservas.

A primeira (cf. fig. 32) contém dois grupos de ligações manifestamente abusivas e, o que é mais estranho — mas não é o único caso e é devido, provavelmente, a nuances de pronúncia —, dois *e* que pertencem

* WIF: nórdico arcaico, vivo; frisio antigo, saxão arcaico e anglo-saxão, *wif*: mulher. WERO: alemão arcaico, *wer*, homem armado. KENU: nórdico arcaico, *koenn*: comportado; anglo-saxão, *cene*, audacioso.

** LIUBU: nórdico arcaico, *ljuf*; saxão arcaico, *liof*; alemão arcaico, *liob*: amável, amado, querido.

*** KILT: alemão, *gildiz*, pôr-do-sol; anglo-saxão, *cwield*, queda, destruição, morte; inglês moderno, *to kill*, matar.

cem, um ao *futhorc* anglo-saxão, e outro ao *futharc* moderno. Contudo, a sua transliteração não oferece dificuldades insuperáveis:

lase lei aku.

A tradução é mais aleatória. Pois, se não resta nenhuma dúvida de que *Lase* seja um prenome ou apelido, o tempo do verbo *lei* nos é desconhecido, enquanto que a etimologia não nos fornece nenhuma forma intermediária entre *aku* e sua provável raiz indo-européia, o que é um tanto inquietante. Portanto devemos nos contentar com um sentido provável*:

Lase, largue a sua ponta.

O termo “ponta” é por demais vago. Logicamente, deve estar relacionado com uma arma pontiaguda, provavelmente um venábulo. Porém não estamos certos disto.

O outro litograma (cf. fig. 33) comporta dois grupos de runas ligadas, o primeiro dos quais, claramente aberrante, é o testemunho de uma evidente degenerescência gráfica. Por outro lado, não passa do final de uma inscrição cuja primeira parte está apagada já que a palavra da linha superior, *uk* (os, na grafia normal), significa “e”. Transliteração provável:

uk umilska gluk ul.

A tradução é fácil quanto às duas últimas palavras. *Ul*, é o domínio ancestral, e já vimos anteriormente que os Vikings do Brasil aplicavam o termo às Sete Cidades. *Gluk*** quer dizer forte. *Gluk ul* dá o sentido bem exato do francês *haut-lieu* (lugar memorável, sagrado). Em compensação, *umilska* apresenta um problema gramatical muito sério. *Umil* parece ser uma das formas dialetais do nosso Emile (Emílio), aqui no genitivo. *Ka* é, por outro lado, um diminutivo. Segundo o costume das línguas germânicas, o *s* do genitivo é colocado no final da palavra que ele determina, seja ela simples ou composta. Pois muito bem, no nosso

* LASE: nórdico arcaico, *letja*; gótico, *latjan*: prejudicar fisicamente. Onde: aquele que fere. LEI: nórdico arcaico, *lja*; gótico, *leisen*: deixar. AKU: raiz indo-européia, *ak*: pontudo.

** GLUK: alemão arcaico, *klola*; baixo-alemão, *klok*; médio-holandês, *cloec*: forte.

caso presente encontramos-la entre o substantivo e seu sufixo. O professor Munk considera que esta particularidade torna muito duvidosa uma tradução que, sem ela, seria tão clara quanto possível:

e o local sagrado do pequeno Emile.

Todavia, ele não exclui a possibilidade de uma anomalia dialetal ou um erro gramatical. Pode ser até que devido ao estado de degenerescência gráfica da inscrição, os dois sinais, cuja transliteração em *ka* está longe de ser evidente, não passem de enfeites desprovidos de qualquer significação. Teremos, então, simplesmente:

e o local sagrado de Emile.

Zombaria, no primeiro caso, relativa a um sujeito pretencioso; profissão de fé ou testemunho de dedicação, no segundo.

8. SÍMBOLOS NÓRDICOS

Além dos litogramas entre os quais estudamos os mais claros, os rochedos das Sete Cidades possuem, já o dissemos, milhares de sinais isolados cuja significação nos escapa, e também numerosos desenhos cuja maioria também nos é igualmente incompreensível. Dedicamo-nos a alguns que, muito pelo contrário, têm um sentido muito claro. Todos, devemos deixar bem claro, são contemporâneos das inscrições e foram traçados, embora em épocas diversas, com a mesma tinta.

Mas nem por isso a origem de alguns deles deixa de ser discutível. Talvez, por exemplo, pudéssemos atribuir aos índios o “diabo” da fotografia 13, apesar dos chifres, de inspiração claramente européia. Os incontáveis sóis errantes estão no mesmo caso. Em compensação, não há dúvida no tocante à roda solar da figura 34, esboço de uma suástica. Talvez possamos hesitar à vista de diversas Árvores da Vida algumas das quais (cf. fig. 35) são encimadas por um ninho de águia que simboliza o Walhala na mitologia escandinava, porém não diante de uma estilização como aquela da figura 36, na qual os ramos tomam a forma da runa da vida, no alto, e da runa da morte, embaixo.

Mais significativos ainda, se for possível, são os martelos de Thor que encontramos, em dois exemplares, à esquerda da inscrição da figura 25 e em muitos outros lugares, por exemplo, na Descoberta (cf. foto 20). A forma dos desenhos não deixa a menor dúvida quanto à natureza do objeto que representam, e este constitui o símbolo mais característico da mitologia escandinava.

Finalmente, observamos a fotografia 21. Vemos ali uma cruz, mais larga do que alta, que nada tem de cristã. Ainda mais porque, por baixo do seu braço esquerdo — do ponto de vista do observador —, figura a Serpente do Mundo, representada com tanta freqüência nas estelas e cruzes do período Viking. O desenho duplo, em forma de ampulheta, que aparece mais embaixo não parece ser escandinavo. Contudo, encontramos-lo nos *kellka* “*rezapaliche*” de Tiahuanaco, isto é, nos pergaminhos que usavam os primeiros missionários espanhóis quando iam ensinar aos índios e graças a uma escrita ideográfica pré-existente (14). O sinal significa “terra” ou “mundo”. Um pouco abaixo, à esquerda, o Cruzeiro do Sul simboliza, evidentemente, o hemisfério austral. Portanto o conjunto também é o mais coerente possível.

Todos esses símbolos nórdicos correspondem muito bem às inscrições rúnicas entre as quais reproduzimos, mais acima as mais claras, para que seja útil insistir sobre sua origem Viking. Devemos acrescentar a elas uma imagem, situada num dos rochedos da “Fortaleza”, cujo tema, se não é especificamente escandinavo, não deixa de pertencer exclusivamente à Europa: uma sereia (cf. fig. 37) que só pôde ser originada pela nostalgia de um marinheiro.

9. GIGANTESCOS EXTERNSTEINE

Portanto estamos bem distantes das alucinações históricas de Schwennhagen (53) que, sem apresentar a mínima prova, bem entendido, faz aparecer no Nordeste brasileiro os carianos da Ásia Menor, de quem os Tupis seriam descendentes, os pré-egípcios (?), os fenícios, os etruscos, as Amazonas da Capadócia “que os fenícios convidaram para ir, nos seus navios, para a nova Canaã, descoberta por eles no oceano Atlântico”, e até mesmo os troianos. Da vinda destes últimos, ninguém podia duvidar, pois uma aldeia Tupi na costa chamava-se Tutóia, nome que só pode ser uma deformação de Tur-Tróia: Tyr e Tróia . . .

Nossa intenção nesse momento não é analisar aqui a antiga tese de Onffroy de Thoron (55), que Schwennhagen não deixa de retomar, e segundo a qual as naves de Hiram e de Salomão costumavam vir até às margens do Amazonas, o que aliás não é impossível. Um fato certo é que nem os fenícios, nem os hebreus, nem os troianos, nem os “pré-egípcios” usavam o dialeto dano-alemão do Schleswig, nem tão pouco a escritura rúnica. E muito menos os etruscos, embora o seu alfabeto se pareça bastante, em razão de uma mesma origem, àquele dos escandinavos, como também o era o caso dos fenícios e dos proto-gregos (56). As inscrições rúnicas das Sete Cidades só podem ser provenientes dos Vikings do sul. Com muito mais razão devemos afastar, ainda que continuemos a utilizá-la, já que se trata de uma denominação geográfica atual, o nome que Schwennhagen deu ao local do qual tratamos. Na Idade Média, falava-se muito da *insula septem civitatum*, uma terra situada do outro lado do oceano, onde teriam chegado no século VIII, escapando da dominação árabe, o arcebispo do Porto, seis outros bispos portugueses e 5.000 de seus fiéis e onde teriam construído sete cidades. Não existe a menor prova dessa emigração e o relato que temos significa simplesmente que era conhecida, na época, a existência das terras americanas. E, seja o que for, as Sete Cidades do Piauí nada mais são do que rochedos.

Schwennhagen o sabia perfeitamente. Não tenta na sua obra, de maneira alguma, fazer passar por ruínas os conjuntos naturais de Sete Cidades. Chega até mesmo a se aproximar da verdade quando, após ter descrito a ordem dos druidas, escreve: “No Norte do Brasil, onde os carianos implantaram em primeiro lugar o seu poder colonial, os pajés (sacerdotes dos antigos Tupis) escolheram a região das Sete Cidades como sede da Ordem e centro nacional das populações emigrantes. Era-lhes necessário, para tanto, fundar uma grande cidade, porém a natureza — segundo suas crenças, Tupã (deus) em pessoa — já tinha construído essa cidade com um esplendor e uma amplidão tais que o trabalho do homem não poderia, jamais, criar uma obra que a igualasse. Podemos assim compreender como o grande Castelo do centro, as centenas de altos muros e os rochedos fantásticos foram usados para formar uma cidade sagrada...” Seria daí que teria se originado o nome do Piauí, deformação recente do Piagui, terra dos piagas ou pajés.

Esqueçamos os carianos e pensemos na impressão que devem ter tido os Vikings, que, por uma razão que mencionaremos mais adiante, viram-se um belo dia diante das Sete Cidades. Como todos os homens do norte, inclusive os gauleses, os escandinavos celebravam suas prin-

cipais festas religiosas ao ar livre. Tinham templos, é claro, mas sobretudo bosques sagrados, montanhas sagradas, fontes sagradas, árvores sagradas. Os Vikings, procedentes de Tiahuanaco, que chegaram ao Piauí só conheciam, por tradição oral, esses locais de culto. E eis que bruscamente deparam com um sítio em tudo por tudo parecido, deixando-se o gigantismo de lado, com aquilo que mencionavam as tradições com as quais foram nutridos. Não podiam deixar de utilizá-lo: a vontade de Odin estava manifesta.

Os fatos vão muito além do que o sugerido pelas frases que acabamos de escrever. As Sete Cidades não se limitam a parecer com qualquer um dos locais de culto germânico: lembram incontestavelmente um dos mais célebres dentre eles, os *Externsteine* de Teutoburger Wald, na baixa Saxônia, na atual *Land* do alto Reno — Westfália. Trata-se ali de um conjunto de rochedos, estranhamente trabalhados pela erosão, onde se celebravam as festas do solstício e que a igreja cristianizou mais tarde. Temos uma fotografia dela e, em Teresina, mostramo-la sem dizer nada, durante uma conversa sobre as Sete Cidades, a um grupo de altos funcionários do Estado e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Todos olharam-na sem insistir, de tal forma lhes era familiar, e reconheceram, sem hesitar, os rochedos do seu parque nacional. Os semblantes refletiram a incredulidade geral quando precisamos que não se tratava, no caso, de uma fotografia tirada nas Sete Cidades. Somente uma observação minuciosa do documento pôde convencê-los que dizíamos a verdade.

Não existia, na Idade Média, uma clara separação entre a Dinamarca e a Alemanha. Eram os Vikings do Schleswig dinamarqueses, saxões, frísios? Um pouco de tudo isso ao mesmo tempo; o seu dialeto prova-o. Somente muito mais tarde é que uma fronteira, aliás bastante imprecisa, dividiu em dois uma região, onde ainda hoje, dinamarqueses e alemães estão misturados. Os *Externsteine* saxões não eram, portanto, estranhos para os Vikings Haithabu, antepassados dos homens de Tiahuanaco. Mais ainda: na época, no século IX, quando a Saxônia foi cristianizada por Carlos Magno, graças a argumentos teológicos... enérgicos, já há muito tempo que os antepassados dos verdadeiros descobridores da América do Sul estavam estabelecidos na Irlanda e na Inglaterra. Portanto, suas tradições conservavam intacta a lembrança não só dos lugares de culto que reproduziram cuidadosamente nos seus feudos insulares, mas, provavelmente em especial, do mais célebre deles: o de Teutoburger Wald. O fato de reencontrá-lo, em tamanho maior, no Piauí, deve ter tocado as raias do milagre para eles (cf. fotos 22 e 23).

Seja lá o que for, os Vikings de Tiahuanaco instalaram-se nas Sete Cidades. Algumas famílias de *godí* — sacerdotes — e de guardas ficaram para morar na região e, procurando bem — não tivemos tempo nem os meios para isso —, encontraríamos, com toda probabilidade, os vestígios de suas casas. Por ocasião das festas, deviam vir da costa e de outros lugares para ali assistirem às cerimônias do velho culto solar. Os Tapuias e os Tupis tinham sido dominados e eram utilizados como auxiliares. Razão pela qual vemos mãos indígenas impressas sobre os paredões das Sete Cidades. Com o passar do tempo houve algumas miscigenações, como sempre acontece quando duas raças, sem hostilidade, vivem lado a lado. A atual população cabocla do Piauí é o resultado disto.

10. O PORTO MINEIRO DO PARNAÍBA

Resta-nos saber de que maneira os dinamarqueses de Tiahuanaco descobriram as Sete Cidades, porque freqüentavam uma região tão distante de seu centro no Planalto, até mesmo da foz do Amazonas. Ainda que os seus *drakkars* navegassem ao longo das costas sul-americanas, e o mapa de Waldseemüller (16) o comprova, não tinham nenhuma razão para penetrar profundamente — mais de 100 km em linha reta — para o interior de terras onde não parecia nada haver para atraí-los. Pelo menos é essa a impressão de quem percorre, hoje em dia o Piauí, e estuda o seu mapa. Porém, se considerarmos o estado dos locais como se apresentavam ao tempo dos Vikings, a coisa muda de figura.

Assinalamos, no capítulo II, um fato contemporâneo aparentemente estranho: os Guaranis e os Tupis-Guaranis com os quais os dinamarqueses de Tiahuanaco tinham povoado as margens dos rios por eles utilizados ainda ali estão atualmente, como o mostra o mapa da figura 6; porém, no São Francisco, isso só aconteceu na foz e nas nascentes. A explicação dessa anomalia é ao mesmo tempo a mais fácil e a mais difícil de ser imaginada: o curso médio do rio ainda não existia na época. Em seu lugar, entre a atual cidade de Remanso e as quedas de Paulo Afonso, numa largura média de 200 km (cf. mapa, fig. 38), estendia-se uma imensa lagoa, formada de pântanos e lagos que se enchiam no inverno e de onde emergiam numerosas cadeias de colinas, dentre as quais algumas atingiam uma altitude de 300 m acima do nível do mar. Três rios drenavam suas águas. Dois deles dirigiam-se para o

leste: o Opala, que atualmente tem o nome de São Francisco, e o Reala, do qual jamais se encontrou vestígios. Um outro seguia o vale que corta as serras entre Remanso e São João do Piauí, e se lançava no atual rio Piauí ao qual devia levar um volume de água bem superior daquele que provinha — e que ainda provém hoje em dia — de São Raimundo Nonato. Portanto, o rio devia ser navegável — pelo menos a partir da junção de seus dois braços — e, no inverno, desde a lagoa. Pelo Parnaíba, do qual é um afluente, ele levava até ao oceano.

Em 1587, o cronista Gabriel Soares, citado por Schwennhagen (53), ouviu falar sobre a Grande Lagoa — Upá-Assú — com suas ilhas, nas quais se encontravam enormes minas de prata, pelos Tupis-Guaranis da Bahia, Sergipe e Piauí, que ainda acreditavam na sua existência. Logo a secagem dos pântanos não datava de tempos imemoriais. Porém como aconteceu? Sabemo-lo graças à comunicação apresentada, em 1919, pelo General Ivo do Prado, no Congresso de Geografia de Belo Horizonte, a respeito do rio Reala: as águas da lagoa encontraram, num determinado momento, uma porta de saída suficiente pelas cataratas de Paulo Afonso e, do Upá-Assú, nada mais restava em pouco tempo além do curso médio do São Francisco, tal como o conhecemos. O Reala desapareceu e o Piauí perdeu um dos seus afluentes. Teria sido tal transformação uma obra da natureza? Numa região vulcânica, poderíamos admitir a possibilidade de um tremor de terra que tivesse rebaixado, brutalmente, o solo do escoadouro que dava origem ao Opala. Porém não é esse o caso. Portanto só nos restam duas explicações possíveis: ou o aumento da catarata de Paulo Afonso foi o resultado de uma erosão provocada pelas águas que ali corriam, ou então tratava-se de um magnífico trabalho de engenharia hidráulica. Temos que afastar de imediato a primeira possibilidade, pois o desgaste da rocha exigiria milhares, ou milhões, de anos. Resta-nos a segunda. E, de fato, Ludwig Schwennhagen, cuja imaginação fértil nunca prejudicava os resultados de uma observação precisa e honesta, como nô-lo demonstra muito bem o seu estudo sobre as Sete Cidades, examinou minuciosamente — o termo é empregado por ele — as quedas que a atual usina elétrica ainda não tinha modificado e ali descobriu os vestígios de uma obra extraordinária: “cinco canais simétricos, que lançam suas águas isoladamente numa mesma cavidade quadrangular, com 50 m de profundidade, talhada na pedra viva”. Depois, ele compara, ingenuamente, os trabalhos de Paulo Afonso aos de Kartum e vê ali a obra de engenheiros experientes, saídos de uma escola de hidráulica fundada por Ramsés I . . . Ora, repetimos mais uma vez, a grande lagoa estava ainda presente na memória dos índios no final do século XVI.

Qual seria o interesse dessas obras? Possivelmente, por um lado, criar a jusante e a montante das cataratas zonas férteis para ali fixar algumas populações indígenas vassalas. Porém, sobretudo, para estabelecer uma via de comunicação fluvial permanente — o que não acontecia com a Grande Lagoa — entre uma zona mineira, excepcionalmente rica, e o Atlântico: zona que compreendia, não somente as antigas ilhas do Upá-Assú, como também o território do atual Estado de Minas Gerais, por onde corre o São Francisco e onde encontramos incontáveis minas pré-colombianas. Logo não é por obra do acaso que, segundo um cronista citado por Fawcett (35) sem o denominar, os portugueses teriam descoberto, no século XVI, no referido estado, uma tribo cujos membros eram barbados e tinham pele clara. As mulheres dos Molo-maques eram “brancas como as inglesas, com cabelos dourados, platinados ou castanhos”. Possuíam “traços delicados, mãos e pés pequenos e cabelos bonitos e sedosos”.

Os Tupis-Guaranis da região conheciam perfeitamente, por outro lado, os diferentes metais, embora tudo pareça demonstrar não conhecerem eles o seu emprego. Com efeito, chamavam o ouro de *itá-yubá*; a prata, *itá-tinga*; o estanho, *itá-jycá*; o chumbo, *itá-membeca*; o cobre, *itá-iqueza*; o ferro, *itá-una*; e o aço, *itá-ité*. Todos esses termos são formados com *itá*, pedra, e de um qualificativo de cor, de consistência e, no que se refere ao aço (“pedra dupla”), de composição. Contudo eles parecem artificiais, como acontece com seus equivalentes em Guaraní do Paraguai (*cuarepoti*, ferro; *cuarepotiyu*, ouro; *cuarepotiti*, prata, etc.) cuja raiz é diferente. Teriam sido eles fabricados, segundo acreditam alguns, pelos missionários ou colonos portugueses para o uso dos índios? Claro que não, já que figuram na toponímia pré-colombiana. Portanto foram criados necessariamente pelos Vikings. Resta saber por que estes atribuíam tanta importância a metais que não reme-tiam, é lógico, para o Peru — que deles abundava —, a ponto de secar a Grande Lagoa para conseguirem um acesso mais fácil até as minas do interior brasileiro. Sem dúvida, necessitavam eles, para si mesmos e para as populações indígenas do ferro, do cobre e do estanho para com eles fabricarem armas e ferramentas. Contudo o ouro e a prata, essa prata que, a julgar pelas lendas indígenas, os interessava enormemente, por quê? Aí está um problema que tentamos resolver e que esperamos conseguir solucionar um dia.

Ainda encontramos no rio São Francisco, embora cada vez menos, grandes barcas que servem de transporte para as mercadorias. Suas proas recurvadas levam uma figura em madeira entalhada — a carranca — que representa um monstro, geralmente meio humano, meio animal, cujos

cabelos são sempre pintados em vermelho e aos quais os barqueiros atribuem uma função protetora: a carranca afasta a “negra da água”, um gênio mau que provoca o naufrágio das embarcações, e, se o barco está em perigo, avisa a sua tripulação com três gemidos. Não encontramos essas barcas em nenhum outro lugar do Brasil, e a origem de sua forma e da sua figura de proa tem constituído, até aqui, um mistério que inúmeros etnólogos tentaram em vão esclarecer. Ora basta observar uma (cf. fotos 24 e 25) para se dar conta da sua similitude com os *drakkars*: mesma forma, mais larga, mesma construção em tábuas que se ncavalam, mesma proa, embora o animal dos navios escandinavos sejam aqui substituídos por um monstro semi-humano, isto é, na origem, pela imagem terrificante de um Viking de cabelos louros.

O assunto do Upá-Assú afastou-nos um pouco das Sete Cidades. Porém nem tanto assim pois, apesar de tudo, vimos que antes da seca-gem da lagoa, as suas águas lançavam-se em parte, pelo menos durante o inverno, no rio Piauí, afluente do Parnaíba. O minério, ou o metal já trabalhado, podia ser portanto transportado por essa via até o Atlântico. Aliás, no próprio território do Piauí, não faltam minas exploradas antes da Conquista, principalmente na serra do Sumidouro onde se vêem inúmeras galerias abertas nas rochas argentíferas e já esgotadas ao tempo em que os portugueses ali chegaram. Segundo Schwennhagen (53), as barras do rio Longá, afluente do Parnaíba, nada mais são do que os restos de antigas instalações para a lavagem do ouro fino. Podemos até mesmo pensar que foi o esgotamento das minas do Piauí que impeliu os homens de Tiahuanaco a explorar jazidas mais distantes e, para tanto, a atacar a Grande Lagoa. A drenagem desta teve, no entanto, um efeito secundário prejudicial: sua via de comunicação fluvial com o Parnaíba, cujo volume diminui consideravelmente, foi cortada. Era necessário portanto, substituí-la por uma estrada.

Segundo escreveu Schwennhagen (53), “existe no sul do Piauí dois pontos de uma grande importância histórica. Na estrada que sai da vila de Canto do Buriti na direção de São Raimundo Nonato, a 15 km da sede do município, no lugar denominado Pinga, encontra-se uma casa de pedra que tem o aspecto de uma capela ou de um antigo templo. Esta casa, que os habitantes chamam de “igrejinha” é construída da mesma maneira que todas as casas de pedra do grande caminho de penetração que, desde o litoral do Rio Grande do Norte, se dirige para o sudeste. Nas paredes internas da igrejinha, vêem-se vestígios de inscrições e pinturas; no seu interior há lugares para umas cinquenta pessoas no mínimo, com suas bagagens. A outra casa de pedra encontra-se a 22 quilômetros de São Raimundo Nonato, numa fazenda chamada Serra

Nova. Esta casa é um pouco menor, mas assim mesmo pode abrigar vinte pessoas e seus cavalos. O sistema de construção é o mesmo e as inscrições das paredes internas estão bem conservadas. Se examinarmos o mapa do Brasil, notamos imediatamente que essas duas casas de pedra encontram-se na mesma linha que vai do cabo São Roque em direção do sudoeste (o cabo São Roque é o ponto extremo leste do Brasil, no Rio Grande do Norte, um pouco mais acima da cidade de Natal). A distância de 35 quilômetros entre as duas estações representa um dia de viagem para um comboio de carregadores . . . Não seria difícil encontrar algumas antigas estações na mesma linha do sul do Piauí”.

Pensa Schwennhagen que a rota de Parnaíba, tornada inútil após a secagem da Grande Lagoa, fora substituída por um caminho que terminava próximo ao cabo São Roque. Esta hipótese não nos parece muito verossímil, uma vez que o rio servia para transportar até ao mar o produto das minas que se encontravam, não no sul do Piauí, mas nas proximidades da Grande Lagoa, situada entre esta última região e o Rio Grande do Norte. Se existiu um caminho entre o Upá-Assú e a costa oriental, é uma outra questão. Contudo este caminho não tinha nenhuma razão para se prolongar, além das antigas ilhas argentíferas, através de uma zona desértica e pobre na direção do não menos desértico e pobre planalto de Goiás. Julgamos mais lógico supor que as casas de pedra de São Raimundo Nonato eram postos situados num caminho que acompanhava o rio Piauí e permitia assim alcançar por via terrestre o Parnaíba a partir do Upá-Assú, durante o verão e antes da secagem da lagoa e mais tarde com qualquer tempo. Ou ainda o prolongamento da “estrada do Longá” que, segundo Schwennhagen, partia do lago São Domingos e, depois do rio Pirangi, dividia-se em dois ramos um dos quais dirigia-se rumo ao Ceará e o outro para o Sul.

Se os Vikings tinham substituído por um caminho o rio tornado inútil devido à baixa das águas em razão da secagem da Grande Lagoa, é porque, evidentemente, a foz do Parnaíba constituía, para eles, uma base insubstituível. E uma base, na foz de um rio, é, antes de mais nada, um porto, bem abrigado dos ventos violentos e das vagas. Magnificamente construídos para a navegação em alto mar e para o desembarque nas praias, os *drakkars* da época clássica eram muito vulneráveis na ancoragem, e essa palavra ainda é um eufemismo. Os Vikings, com efeito, ignoravam a âncora. Logo só podiam encalhar seus navios na areia ou amarrá-los, paralelamente à costa, com a ajuda de barras de ferro que enfiavam em buracos cavados anteriormente nos rochedos. Este último procedimento explica-se na Escandinávia onde os fiordes oferecem por todos os lados superfícies d’água perfeitamente abrigadas.

Porém tal processo não era muito seguro em outros lugares. Está aí, provavelmente, um dos motivos da atração que exerciam os rios — fiordes — no fundo, de algum modo — sobre os Reis do Mar.

O Parnaíba, ao se lançar no Atlântico, forma um delta (cf. mapa, fig. 39). Continua seu caminho na direção do oceano através do seu braço principal, onde se abre largamente. Seu braço secundário cerca com suas águas tranqüilas a Grande Ilha de Santa Isabel e constitui, para as pequenas embarcações, um abrigo apreciável. Porém há um outro, muito mais seguro para os *drakkars*, que se encontra na costa da ilha. Esta, na foz do braço principal do rio, é, na verdade, cortada por um canal natural com 3 quilômetros de comprimento, limitado, pelo lado do mar, por um banco de areia (cf. fig. 40). Os veleiros de grande tonelagem podiam, mais tarde abrigarem-se das vagas, mas não do vento, pois a costa do delta é totalmente constituída por uma praia, com uns 30 quilômetros de extensão, sem a mínima elevação, como o é, evidentemente, o próprio banco. Os navios Vikings, muito baixos sobre a água, não constituíam presas fáceis para os ventos e não corriam o risco de encalhar no fundo arenoso, desde que os vagalhões não os fizessem tocar esse fundo. Portanto, este canal parece ter sido muito adequado para eles.

Esta não passaria de mais uma probabilidade entre tantas outras se esse braço de mar não fosse cuidadosamente balizado, desde uma época anterior à Conquista, por dois grandes rochedos que lhe assinalam as entradas. Sua função é tão evidente que, no que está situado a oeste, foi erguido um farol em 1873. O outro é encimado por uma grande pedra esférica que os pescadores denominaram “o globo” e que evidentemente é destinado a tornar o balizamento reconhecível à distância. Em 1924, encontrou-se na areia, ao pé desse rochedo, uma mão de pedra que parece ter se soltado dele e que devia indicar a direção do canal. Que este último era freqüentado, basta-nos como prova os arranjos dos rochedos: no cume estão talhadas algumas cisternas que armazenam água da chuva e, na altura atingida pela maré alta que ocorre três vezes por mês, algumas salinas com 60 a 70 cm de profundidade eram ainda usadas, há cinqüenta anos atrás pelos pescadores da zona e, provavelmente, ainda o são até hoje, na época em que Schwennhagen estudou o local. É devido a esta última particularidade que essas balizas devem seu nome: Pedras do Sal.

Na margem direita do Parnaíba, quase em frente ao rochedo do globo, encontrava-se Tutóia, atualmente Luís Correia, grande aldeia dos Tremembés cujo morubixaba (cacique), no século XVII, tinha autoridade sobre todas as tribos Tupis-Guaranis da região, como o prova o

testemunho do Padre Claude d'Abbeville, segundo o qual os Tupinambás da ilha de São Luís lhe pediram sua autorização antes de permitir que os franceses construíssem ali o Forte do Maranhão. Alguns quilômetros mais acima, um pequeno porto, que atualmente é a cidade de Parnaíba, que há cinquenta anos era denominado Amarração, já constituía, provavelmente, a base marítima dos Vikings. Os primeiros colonizadores portugueses descobriram, nas proximidades de Tutóia, ruínas de grandes muralhas feitas com pedras cimentadas. O historiador Varhagen, Visconde de Porto Seguro (57), acredita que se trata dos restos de fortificações construídas pelo primeiro donatário da região, Antônio Cardoso de Barros. Isso é muito pouco provável, conforme menciona Schwennhagen (53), pois teriam sido necessárias forças respeitáveis para ocupar, efetivamente, uma zona povoada por tribos hostis e instalações duradouras para ali fabricar a argamassa. Ora, sabemos que Cardoso de Barros nem parou no rio Parnaíba durante a única e rápida viagem que fez ao longo das costas do seu "feudo". Quanto aos homens de Tiahuanaco, eles conheciam perfeitamente o emprego do cimento, como o demonstraram mais de um monumento do país dos Maias e do Peru.

É realmente bastante provável, como acredita Schwennhagen, que as estações marítimas de Tutóia e Amarração — que atribuiu aos fenícios — tenham sido completadas por estaleiros e entrepostos situados, a uns cinquenta quilômetros mais acima, no lago de São Domingos no qual se lança o rio Longá e que está ligado ao Parnaíba por um canal de 12 quilômetros. "Atualmente, esse canal não é muito navegável, porém nunca falta água suficiente, e um engenheiro que se dispor a examiná-lo . . . constatará que havia ali, antigamente, uma boa via fluvial. Um meticuloso exame do lago traria à luz vestígios ou restos de antigos estaleiros e de suas plataformas, assim como diversas inscrições já foram encontradas nas cercanias do lago." Por falta de um estudo, que não estávamos em condições de fazer, isso não passa de uma hipótese. Contudo ela é bastante verossímil pois não desconhecemos a predileção que tinham os Vikings pelos portos lacustres que lhes lembravam os seus fiordes. Foi na margem de um lago interior, ligado ao mar por um rio que, em 1000, Leif Eriksson estabeleceu sua base norte-americana de Leifsbudir.

Seja lá o que for quanto a esse último ponto, o fato é que as Sete Cidades estão situadas a 100 quilômetros em linha reta da Amarração e dos portos da atual vila de Piracuruca, edificada na margem de um afluente do Longá. Logo, os Vikings devem tê-los descobertos ao se estabelecerem na região. O local atendia bastante bem aos seus costumes religiosos para que não o transformassem num centro de culto.

11. O PORTULANO DAS SETE CIDADES

Num pequeno painel de pedra da “quarta cidade”, em frente ao Castelo, vemos um grupo de desenhos isolados cuja composição harmoniosa é diferente dos conjuntos incoerentes que cobrem uma quantidade de paredes. À esquerda, duas faixas verticais, ligeiramente deslocadas, uma em relação à outra, com um traçado geométrico muito bem feito, não fazem o menor sentido para nós. Embaixo à direita, acima de uma Árvore da Vida cujos galhos têm uma regularidade extrema (cf. fig. 35), parecida com aquela que notamos na Posta* Viking de Cerro Polilla, no Paraguai (16), está pintado um desenho idêntico, no que diz respeito à concepção, ao portulano descoberto no dito local e na mesma posição. Trata-se de um conjunto geométrico constituído de um círculo central do qual se destacam seis linhas retas, de diferentes dimensões, que terminam em círculos completos (cf. foto 26).

Uma coincidência como essa muito dificilmente poderia ser atribuída ao acaso. Aplicado sobre o mapa, o portulano de Cerro Polilla indicou-nos os pontos mais importantes do Paraguai pré-colombiano. Para alcançar esse resultado, foi-nos suficiente endireitá-lo, levando em conta o fato que o leste — o Levante — fique ali situado, como acontece nos mapas astecas, no local em que estamos acostumados a colocar o Norte. Portanto, usamos do mesmo procedimento no tocante aos desenhos das Sete Cidades e, imediatamente, constatamos que não nos tínhamos enganado: realmente tratava-se de um “mapa de rumo” terrestre.

Com efeito, apliquemo-lo no mapa do Piauí, com o centro nas Sete Cidades (cf. fig. 41). Ele mostra: ao norte (1), a foz do Parnaíba; a nordeste (2), um ponto da costa do Ceará, entre as vilas de Trairi e Paracuru, onde se encontra uma lagoa marítima ligada ao oceano por um canal ou, mais provavelmente — pois o desvio angular seria mínimo — a própria vila de Paracuru, situada no rio Curu, entre um lago e o mar, cujo nome Tupi-Guarani parece indicar a sua existência antes da Conquista; a sudeste (3) com um desvio angular insignificante, a localidade de Inhamuns, no Ceará, onde, como teremos oportunidade de ver no capítulo seguinte, encontram-se diversos litogramas que assinalam a existência de um centro Viking importante; a sudoeste (4), um ponto do rio Poti, afluente do Parnaíba, que constitui a fronteira

* Posta — lugar onde podiam descansar (N. do R.).

natural da região norte do Piauí, local onde a “estrada do Longá” talvez atravessasse o rio; a sudoeste (5), a atual cidade de Caxias, no Itapecuru, um rio navegável que lança suas águas na baía do São Marcos, bem em frente à ilha na qual se localiza São Luís do Maranhão; a noroeste (6), a confluência do Munim e do Prato, sobre uma outra via navegável que também conduz à baía de São Marcos, onde, provavelmente, já se encontrava o excelente porto de Icatu, no fundo de um verdadeiro fiorde. Se considerarmos as elevações do terreno, as distâncias relativas a esses seis itinerários são impecáveis, se calculadas em dias de viagem e não em unidades lineares, pois trata-se de um portulano. As direções estão indicadas com uma precisão que não possuíam absolutamente os mapas portugueses do século XVIII.

Como o *Parehá* de Cerro Polilla, as Sete Cidades eram portanto um local de culto e ao mesmo tempo uma “placa giratória” da rota, situada quase que no centro geográfico da vasta região que limitam ao norte a costa, a oeste o rio Parnaíba, ao sul o rio Poti, e a leste a serra do Ibiapaba, fronteira entre o Piauí e o Ceará. Porém, enquanto no Paraguai a pequena pedra onde está o “painel indicador” não servia a não ser para as cerimônias religiosas dos Vikings de passagem, foram verossimilmente seus gigantescos *Externsteine* que tornaram as Sete Cidades uma etapa obrigatória para os viajantes e, em consequência, um ponto de convergência dos caminhos que vinham de todas as direções. A menos, e isso vem dar no mesmo, que o centro rodoviário já tivesse sido a Piracuruca, onde se encontra atualmente, e que o portulano se refira a essa vila.

12. UM LUGAR SAGRADO DO OCIDENTE

O que nos serviu de ponto de partida para as nossas pesquisas no norte do Brasil, foi a certeza lógica de que os Vikings de Tiahuanaco de quem conhecíamos a raça e os costumes ancestrais não podiam ter negligenciado o caminho natural que, para eles, constituía o Amazonas. Ocupavam a região onde está a nascente do rio e não ignoravam a existência do Atlântico. Encontramos, no Paraguai (16), a rota terrestre que seguiam para ir, por Potosi e Assunção, desde a sua capital no Altiplano até à costa e encontramos ali, no *Parehá* — a Posta — de Cerro Polilla, algumas inscrições reveladoras. Portanto devíamos, com muito

mais razão, descobrir os vestígios da sua presença, na Amazônia e nas áreas adjacentes. Contudo não esperávamos conseguir tanto e com tanta importância. Procuramos algumas pepitas, e fomos dar num filão que ainda estamos bem longe de esgotar.

Sete Cidades ultrapassa tudo aquilo que poderíamos imaginar. O sítio já seria por demais impressionante se víssemos ali, como o fizeram todos aqueles que nos precederam, nada mais do que rochedos com formas fantásticas e misteriosos rabiscos indígenas. Porém, se o reolocarmos no seu contexto histórico, não podemos deixar de reconhecer nele um dos lugares sagrados do Ocidente. Algumas centenas de homens da nossa raça tinham sabido estabelecer para eles mesmos, na América do Sul, um imenso império que mantinham solidamente em suas mãos graças a uma organização política e militar incomparável. Longe de se deixarem absorver por populações indígenas infinitamente mais numerosas, impuseram-se a elas, sem deixar de lhes transmitir aquilo que seriam capazes de assimilar das suas crenças e técnicas. Adaptando-se completamente às exigências de sua nova pátria, não tinham se esquecido da antiga e souberam manter-se os mesmos. Sete Cidades deve ter lhes parecido um dom dos deuses: *Externsteine* à escala do seu império, que lhes iria permitir restabelecer em toda a sua pureza, com uma magnificência aumentada, o culto de Odin e de Thor. Atraídos pelo Parnaíba, cujo volume de águas indicava vir ele de um interior bem distante, sem dúvida teriam se limitado a mandar os índios explorarem para eles as minas que abundavam na região. Porém as pedras sagradas das Sete Cidades não tardaram a atrair peregrinos que certamente não eram beatos, mas conquistadores. Os homens de Tiahuanaco exploraram a região, descobriram o Opala — o atual São Francisco —, a Grande Lagoa e as imensas jazidas minerais que ali se encontravam e que logo começaram a explorar. Graças às Sete Cidades, o Nordeste brasileiro tornou-se uma colônia próspera cuja importância justificou mais tarde os trabalhos gigantescos exigidos pela secagem do Upá-Assú.

Não faltava mão-de-obra, nem chefes. No entanto, nem se cogitava modificar com edifícios de pedra o lugar sagrado que a natureza fizera semelhantes aos que seus antepassados tinham deixado na Europa. Os Vikings limitaram-se a construir casas de madeira, de acordo com os costumes e hábitos do velho país. Mas os *godí* — sacerdotes — e os peregrinos esculpiram algumas rochas e marcaram com seus grafitos as paredes que para isso se prestavam.

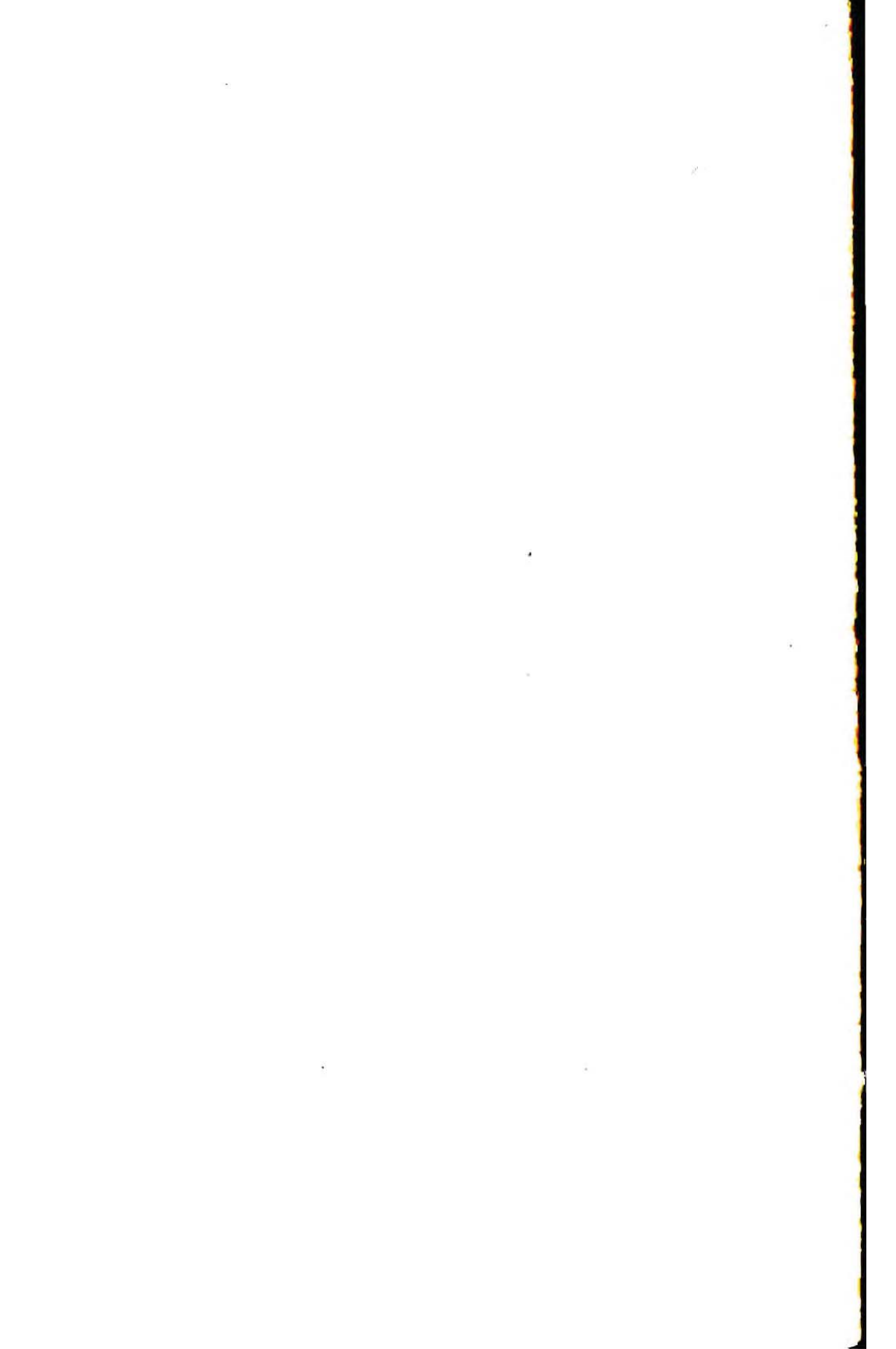
O vento e a chuva destruíram, em parte, a obra dos cortadores de pedra. O tempo esmaeceu muitos dos litogramas. Aliás, estamos bem longe de ter realizado um levantamento exaustivo das Sete Cidades:

teriam sido necessário alguns meses. Contentamo-nos em seguir nosso guia caboclo até às inscrições cuja localização ele conhecia e girar um pouco ao redor dos pontos mais significativos. Apesar do caráter limitado de nossa pesquisa, encontramos dezesseis litogramas que puderam ser traduzidos e que vão do simples grafito antropônimo às longas inscrições clássicas dos subcapítulos 3 e 4. Sabemos, graças a esses últimos, que os Vikings se autodenominavam “os barbados inteligentes da Planície” e que consideravam as Sete Cidades como um domínio ancestral, um lugar sagrado de sua raça. Imagens de *drakkars*, martelos de Thor e outros símbolos nórdicos contribuem para uma definição de que o termo *Inka*, “Descendente”, precisa o mais claramente possível.

Logo não se pode ter a menor dúvida. Os Rochedos Sagrados do Piauí, gêmeos dos *Externsteine* de Teutoburger Wald, seriam amplamente suficientes, se não tivéssemos outras provas para demonstrar a presença dos homens de Tiahuanaco no Brasil. A língua e os caracteres das inscrições — voltaremos ao assunto no capítulo VII — confirmam as conclusões as quais chegamos depois das nossas descobertas no Paraguai (16): os Vikings desembarcados no México em 967 (14) tinham vindo do Schleswig passando pelos seus feudos das ilhas Britânicas. As grandiosas ruínas de Tiahuanaco e de outros sítios peruanos testemunham a sua energia criadora como a imensidão de seu império sul-americano comprova sua capacidade política e militar. Mas Sete Cidades dá-nos a chave do seu sucesso: sua fidelidade à sua origem e às suas tradições.



V. AS PEDRAS QUE FALAM



1. BOSQUES SAGRADOS E TÚMULOS

Os *Externsteine* de Sete Cidades constituem, sem a menor dúvida, o local de culto Viking mais importante no Piauí. Porém existem na região muitos outros lugares que, ao que tudo indica, possuem a mesma natureza e a mesma origem e que mereceriam um estudo mais profundo que não tivemos meios materiais para realizar. Deixemos de lado os numerosos litogramas e litoglifos que mostram, como os da serra dos Arcos, a nordeste de Piracuruca, aquilo que Schwennhagen (53) chama "sinais hieroglíficos e diversas letras fenícias", ainda que essas últimas devam ser provavelmente runas: não podemos nos manifestar a respeito sem tê-las levantado, analisado, traduzido. Passemos também sobre as incontáveis galerias de minas, anteriores à Conquista, que mergulham, por todo lado, no rochedo: já abordamos antes o assunto. Em compensação, façamos uma parada nos bosques sagrados que, segundo os cronistas, possuíam todas as aldeias Tupis. Podemos fazê-lo graças a Schwennhagen que efetuou um cuidadoso levantamento de dois deles.

O primeiro (cf. fig. 42) encontra-se no local chamado Alto Alegre, no município de Piracuruca. É constituído por um meio círculo de morros, com 60 a 80 m de altura, entre os quais serpenteiam dois arroios dentre os quais, o da direita, forma um pequeno lago. Na parte interna do círculo que os morros delimitam, vemos uma grande plataforma artificial, feita com blocos de pedra, sobre a qual devia estar localizado um templo de madeira. Do lado da abertura do semicírculo dos morros, encontra-se, a 5 m acima do nível do lago, o bosque sagrado propriamente dito, no centro do qual encontra-se a entrada de um subterrâneo em forma de poço. A três metros de profundidade, uma

sala, com 4 m de comprimento máximo por 3 m de largura mínima e 2 m de altura, serve de “antecâmara” a uma galeria com 6 m de comprimento que se divide em dois ramos com 10 m e 8 m, respectivamente, as quais levam a duas câmaras, uma com 3,64 m², a outra com 3,36 m², tão baixas que não se pode ficar de pé.

O primeiro problema que apresenta esse subterrâneo é sobre a sua origem. Após estudá-lo minuciosamente, Schwennhagen ficou convencido de que fora escavado por mãos humanas. “Temos contra nós, escreve ele, numerosos incrédulos que sustentam a teoria da erosão. E onde a erosão está totalmente excluída aparecem os holandeses que construíram os reservatórios e as casas de pedra, ou foram os jesuítas que mandaram perfurar os subterrâneos. Em Alto Alegre, não podemos descobrir um único fator de erosão; não existe ali nem pedras calcárias nem salitre. Não passa por ali nenhum arroio que tivesse podido perfurar a terra. Nem os holandeses nem os jesuítas passaram por lá.” Ademais, é evidente que não foi a erosão que ergueu o terraço que mencionamos.

O segundo problema é solucionado, com menos brilho, pelo nosso autor. Por que foi perfurado esse subterrâneo? Schwennhagen supõe tratar-se de galerias de mina. Infelizmente para a sua tese, não existe um só filão metalífero que possa justificar a sua existência. Porém encontramos nos arroios de Alto Alegre, bem como em muitos outros da região, depois das chuvas do inverno, algumas turmalinas e raros cristais octaédricos amarelados. “Talvez existisse no local onde está o subterrâneo um rico filão dessas pedras.” Talvez. Mas nada o comprova. Devia se tratar, e isso nos parece mais plausível, de uma pequena necrópole. O próprio Schwennhagen o admite ao definir as duas câmaras terminais como “depósitos de urnas funerárias”.

Um outro bosque sagrado (cf. fig. 43), mas esse sem subterrâneo, está situado em Guarita, próximo à estação de Bom Princípio da Estrada de Ferro do Piauí que, através de Piracuruca, liga Piripiri à Parnaíba. Ele é constituído por um círculo de rochedos, abertos sobre um arroio e sua pequena queda d’água. O círculo é “tão perfeito que devemos supor que alguns deles foram colocados ou modificados por mãos humanas”, escreve Schwennhagen. No centro vemos um *cairn* de pedras secas no topo do qual está uma lareira e, dispostos simetricamente dos dois lados, mesas de pedra — pequenos dólmenes — que deviam servir como altar. Em volta de todo o *cairn*, distingue-se — ou, pelo menos, distinguia-se ainda no tempo de Schwennhagen — os vestígios de “sinais hieroglíficos” que “mostram o mesmo sistema de escrita usado nas inscrições da serra dos Arcos”. O círculo de pedras, a

água, a lareira, os altares e, é claro, as árvores: aqui não falta uma única coisa para a reprodução de um local de culto escandinavo.

Sempre no Piauí, o túmulo de Marvão (cf. fig. 44) responde muito bem aos costumes dos Vikings para que possamos ter, dentro do contexto histórico que descrevemos, a mínima dúvida sobre a sua origem. É uma pedra isolada com uns 15 m de altura, constituída por um bloco único no qual escavou-se, ou adaptou-se, uma sala que recebe ar e luz por uma clarabóia aberta no seu topo. Entra-se ali por duas portas colocadas uma em frente à outra. No centro encontram-se ainda — ou pelo menos encontravam-se ainda em 1928 — os restos de um altar de pedra. Tudo em volta da sala abre-se na pedra de pequenas cavidades nas quais eram colocadas as urnas funerárias que o bispo do Piauí, no final do século passado, mandou retirar, mas não sem mandar colocar, no fundo, um altarcinho cristão. Schwennhagen supõe, gratuitamente, que o morro foi perfurado por mineiros que esperavam encontrar ali algum filão interessante e que, mais tarde, foi usado como pouso para caravanas e, em seguida, como necrópole. Uma explicação desse tipo é arbitrária. Em Marvão, não se vê um só sinal de mineral de nenhuma espécie, nem no exterior nem no interior. Quanto ao seu emprego como *parehá*, teria sido preciso que fosse escavado naturalmente, o que é possível mas, segundo alguns geólogos por nós consultados, altamente improvável. No caso contrário, era mais simples edificar uma casa de pedra. Sabemos, em compensação, que os escandinavos enterravam seus chefes quase sempre em túmulos artificiais e no seu interior preparavam câmaras funerárias. É perfeitamente aceitável pensar que, dispondo no Brasil de uma mão-de-obra abundante, tenham mandado escavar uma necrópole coletiva para os guerreiros de menor hierarquia numa pedra errática que, no centro de uma vasta planície, atraía o olhar e, de alguma maneira, parecia-se aos túmulos tradicionais.

Parece que encontramos um desses em Buritizal, no município de Valença do Piauí. Trata-se de um morro com 45 m de altura, situado a 200 m do Arroio São Vicente, que somente um estudo detalhado poderia dizer se é natural, como parece, ou artificial. Pensamos ver do arroio, seco durante o verão, uma grande porta com batente duplo, fechada por uma corrente. De perto, percebemos que é feita com grandes pedras mal talhadas cujas junções são cheias de uma mistura de pedregulhos e lama. Circulam na região inúmeras lendas a respeito do morro misterioso, porém são todas coincidentes num ponto: no seu interior morreram muitos homens ou ali foram enterrados. Em 1928, quando Schwennhagen fez o desenho que reproduzimos (cf. fig. 45), ninguém jamais ousara abrir os túmulos. Ignoramos o que sucedeu

depois. Sem dúvida ainda deve estar intato, protegido pela superstição. Será preciso ir até lá para ver.

Em cima da referida porta, uma placa de pedra lisa possui “algumas letras e sinais hieroglíficos”, “numerosos sinais, parecidos com os das grutas da Bahia”, escreve Schwennhagen. Contudo, seu desenho só nos mostra cinco figuras no meio das quais temos a impressão de reconhecer uma sola de pé — ainda que só possua três dedos —, como aquelas com as quais os Vikings marcavam seus caminhos, e um quadrúpede indeterminado. À direita, vemos uma cruz céltica cujos braços se prolongam para fora do círculo dentro do qual está contida. Os outros dois sinais não se parecem com coisa alguma. Este conjunto, por mais indecifrável que seja, tem assim mesmo para nós uma significação: indica, na verdade, que o túmulo era suficientemente importante para merecer uma inscrição que atraísse a atenção do passante. A existência de uma porta sugere, não um túmulo individual, mas uma necrópole. Talvez os sinais que encimam a porta de entrada sejam equivalentes a um brasão de família, incompreensível para quem ignora as regras da sua composição.

Valença parece realmente ter sido um centro muito freqüentado pelos homens de Tiahuanaco. Temos dois testemunhos que se unem à descrição do morro de Buritizal. Ainda é a Schwennhagen, que dedicara à região um estudo que infelizmente desapareceu com todo o seu arquivo, que devemos o primeiro testemunho relativo a uma antiga aldeia, situada a 30 km a sudoeste da referida vila, constituída de ruas quadriculadas e casas construídas em pedras brutas. Um “intelectual do Piauí”, João Ferry, teria encontrado ali “numerosos objetos curiosos e artísticos em pedras lisas e polidas”. Não sabemos nada mais além disso. O segundo testemunho é o do Padre Francisco Correa Telles de Menezes que percorreu, entre 1799 e 1806, o sul do Piauí e os estados do Nordeste limitados pela margem esquerda do São Francisco. Narra ele em seu testemunho *Lamentação brasílica*, citado por Alencar Araripe (58), que no local denominado Vargem da Serra, no Piauí, “comenta-se que existe uma grande pedra talhada, à beira do caminho, na qual, a uma certa altura, encontra-se um nicho onde se vê a imagem de um monge de pé sacrificando um crocodilo sobre um altar, todo o conjunto feito com a própria pedra” e que “esta pedra está inteiramente rodeada por letras e caracteres desconhecidos, gravados com buril e picareta”. Os habitantes da região atribuem as esculturas e as inscrições aos Tapuias. Absurdo, proclama o Padre de quem respeitamos o estilo: “Como se aquela gente rústica jamais tivesse visto monges para que pudessem esculpir a imagem de um deles, eles que, antes da chegada dos holandeses, nem possuíam utensílios para cortar a madeira, e muito menos as pedras”.

2. O DRAKKAR* DE INHAMUNS

Tristão de Alencar Araripe não se limita no seu trabalho de 1886 (58) a relatar as palavras do Padre Menezes. Também reproduz ali, principalmente, numerosos desenhos rupestres descobertos por ele no Nordeste e, de maneira especial, nos estados do Ceará e Paraíba. Os de Inhamuns, situado no primeiro deles, atrai nossa atenção de modo especial, pois estão situados num ponto que nos é assinalado por uma das linhas do portulano de Sete Cidades.

O conjunto mais interessante para nós está traçado em tinta vermelha na encosta de um morro, encimado por uma pedra redonda mais alta que um homem. Vêm-se ali sinais runóides (cf. fig. 46) sem um significado aparente, em cima de um desenho impossível de se identificar, mas que lembra os monogramas, compostos por runas ligadas, dos Vikings: de alguma forma, uma espécie de assinatura. Também encontra-se ali um elemento decisivo, a imagem de um barco (cf. fig. 47) cuja forma é por demais semelhante a um dos *drakkars* de Sete Cidades (cf. fotos 14 e 15) e, além disso, com o mastro central característico dos navios dos Vikings e com figuras humanas estilizadas à maneira de Kivik (Suécia), tais como as vemos nos *kellka* de Tiahuanaco (14).

Também em Inhamuns, na fazenda de Carrapateira, Alencar Araripe descobriu um outro conjunto de desenhos que contam com sinais runóides, dentre os quais reproduzimos os mais nítidos (cf. fig. 48), aliás sem esconder que fora do seu contexto seriam impossíveis de reconhecer. Na mesma região, ao norte do riacho Verde e em cima de quatro lajes dispostas em cruz, encontra-se, ao lado de desenhos geométricos que nada significam para nós, uma figura imprevista (cf. fig. 49), idêntica a um dos sinais de *rongo-rongo*, na ilha de Páscoa. Está claro que poderia se tratar de uma mera coincidência. Mas o fato de termos encontrado no Paraguai outros caracteres com a mesma aparência (16) deixa sem grande valor essa explicação muito fácil.

Qualquer dúvida a respeito da origem dessas inscrições desaparece quando observamos a que o nosso autor copiou no local chamado Cracará, muito próximo dos anteriores (cf. fig. 50). Ali vemos desenhos estranhos a respeito dos quais tudo quanto podemos dizer é que nada têm de comum com os motivos conhecidos da arte ameríndia. Contudo,

* *Drakkar*: embarcação utilizada pelos antigos normandos nas suas expedições (N. do T.).

essas figuras são encimadas por dois medalhões (aumentados na nossa reprodução) que contêm conjuntos de runas, perfeitamente compreensíveis apesar das suas ligações criptográficas.

No primeiro (à esquerda) lemos, conforme a grafia normalizada da figura 51:

thi o toa qilt tia best

O odala (o) para o qual se projeta o *i* do *thi* e que encima o grupo *toa* é o símbolo ideográfico de Odin.

Trata-se de uma oração jaculatória ao principal deus da mitologia nórdica*:

*Que a maior glória lhe pague,
Odin, (tu) que (nos) ajuda.*

O conteúdo do segundo medalhão — a figura 52 mostra-nos a grafia normalizada — dá, na transliteração:

uik uls dui kunta

ou seja**:

local sagrado de duelo.

O local assinalado pela inscrição devia ser, portanto, utilizado para as ordálias (julgamento de deus). Por um lado, indica-se a natureza; por outro, invoca-se Odin. Nada de mais lógico.

No local denominado Poço de Mulungu, sempre em Inhamuns, Alencar Araripe descobriu, sobre uma grande pedra negra triangular, colocada sobre uma espécie de pedestal, uma série de figuras incom-

* THI: nórdico arcaico, *thi*, a *ti*. TOA: nórdico arcaico, *tjoa*: ajudar, assistir. QILT: nórdico arcaico, *gjalda*; anglo-saxão, *gildan*; alemão arcaico, *gëltēn*: pagar, retribuir. TIA: nórdico arcaico, *tirr*; saxão arcaico e anglo-saxão, *tir*; alemão arcaico, *ziari*: glória, honra. BEST: anglo-saxão, *betst*; alemão arcaico, *bezzisto*: melhor, o melhor.

** UIK: nórdico arcaico, *vigja*; alemão arcaico, *vihen*: consagrar, dedicar; saxão arcaico, *vih*: templo. ULS: alemão arcaico, *also*, como, de. DUI: nórdico arcaico, *tve*, *tvī*; frisio arcaico e anglo-saxão, *twī*; alemão arcaico, *zwi*: dois, duplo. KUNTA: alemão arcaico, *gunt*: combate.

preensíveis, dentre as quais se destaca um desenho (cf. fig. 53) que lembra estranhamente a escrita ogâmica da Irlanda. Uma inscrição do mesmo tipo, porém vertical, associada a alguns caracteres rúnicos, está pintada sobre um morro do Sertão de Cratins, também no Ceará (cf. fig. 54). Será que se trata realmente de sinais ogâmicos? Por falta de tradução, não podemos ter certeza. Observemos, simplesmente, que o fato nada teria de estranho, uma vez que sabemos que os Vikings de Tiahuanaco tinham vindo do Schleswig pela Irlanda.

Alencar de Araripe encontrou outras inscrições nas quais abundam os sinais runóides, no Estado da Paraíba, mas que nada trazem de novo à nossa pesquisa. Portanto limitemo-nos a reproduzir aqui (cf. fig. 55) a do rio Banabuiú, entre Santo Antônio e Alma, onde vemos alguns caracteres parecidos com aqueles que ainda hoje traçam os “índios brancos” Guaiaquis do Paraguai (16). Mencionemos apenas como uma lembrança a famosa Pedra Lavrada da Paraíba, mil vezes reproduzida, da qual Alfredo Brandão (59) pensou poder traduzir um fragmento. Por nosso lado, não vemos ali nada mais do que um conjunto incoerente de sinais dentre os quais alguns parecem ser runas, e o são provavelmente, mas sem que tenhamos certeza disso.

3. A MIRAGEM FENÍCIA

Alfredo Brandão é uma das mais recentes vítimas — e com certeza não será a última — daquilo que poderíamos chamar de miragem fenícia. Na origem, conforme afirmamos mais acima, encontramos o opúsculo de Onffroy de Thoron (52) que pensou poder situar na Amazônia o Ofir onde, segundo a Bíblia, os navios de Hiram, rei de Tiro, a serviço de Salomão, iam procurar ouro e madeiras preciosas destinadas ao templo de Jerusalém. Hipótese, tornamos a repetir, que não se deve excluir: os fenícios contavam com naves capazes de atravessar o Atlântico, e sabemos que gostavam de navegar para além das Colunas de Hércules, isto é, do Estreito de Gibraltar. É possível, até provável, que correntes e tempestades tenham, por vezes, arrastado algumas embarcações até à América, barcos esses parecidos aos *drakkars* Vikings, cuja vela quadrada e o remo-leme não permitiam navegar contra o vento. Todavia, não basta que um fato histórico seja possível, nem mesmo provável: é preciso apresentar provas. Foi a isto que o Coronel Bernardo

da Silva Ramos dedicou trinta anos de sua vida, cuja obra gigantesca (60) foi publicada, em 1930, às expensas do governo brasileiro.

Nascido na Amazônia, Ramos possuía ali enormes florestas de seringueiras que o enriqueceram durante os decênios que os economistas chamam, no Brasil, o “ciclo da borracha” e lhe valeram a patente honorífica de Coronel da Guarda Nacional. Desde o começo do século, administrava seu domínio, mas também dedicava-se à arqueologia. Reunia, mais exatamente, todas as inscrições pré-colombianas, ou tidas como tal, descobertas um pouco por todos os cantos do país. Todavia, também revirava a floresta amazonense, que conhecia como ninguém, à procura de litogramas e litoglifos desconhecidos, e encontrou muitos. Teria ele elaborado uma hipótese quanto à sua origem? Parece que não, até a viagem que fez à Grécia em 1919 e da qual retornou maravilhado... e persuadido que um povo com obras tão grandiosas não podia ter ficado estranho à antiga civilização brasileira. Porém Ramos não conhecia o grego. Ora, um dia, travou conhecimento com o rabino de Belém, muito culto, que não teve muito trabalho para convencê-lo de que os helenos não eram nada, apesar de seus méritos, quando comparados aos hebreus e a seus primos, os fenícios.

Com a “ajuda” do santo homem, Ramos começou a traduzir as inscrições pacientemente recolhidas e, até mesmo, inúmeros topônimos da Amazônia. Foi uma loucura. Tudo era grego, hebreu, fenício, até egípcio. Uma inscrição era composta de palavras fenícias e no meio delas um ideograma chinês. Decompôs em letras gregas um retângulo cruzado em diagonal e traduziu-o. Derivou o nome do rio Manhã do hebreu *manâh*, repelir, e *nâh*, residência... Contudo, não sejamos muito severos para com o nosso filólogo amador. O texto de seus dois volumes, com cerca de 600 páginas cada um, é grotesco. Porém as suas ilustrações — fotografias e desenhos — são exatas. A maioria das inscrições reproduzidas, sem falar daquelas cuja descoberta foi devida ao autor, e são numerosas, só nos foram possíveis graças a um imenso trabalho de compilação que ninguém mais além dele foi capaz de efetuar. Também devemos nos lembrar que na época em que Ramos e seu rabino quebravam a cabeça para traduzir esses litoglifos e litogramas, a runologia ainda não alcançara o grau de importância que lhe foi reconhecido alguns anos mais tarde e que, mesmo na Europa, e com muito mais razão no Brasil, pouco ou nada se sabia a respeito da escrita dos Vikings.

Porém Bernardo da Silva Ramos deveria desconfiar de alguma coisa quando descobriu, perto de Manaus, no leito de um arroio, o desenho de uma cabeça de homem usando um capacete com chifres, caracterís-

tico dos escandinavos, e um outro de uma vaca, animal que não faz parte da flora autóctone da América (cf. fig. 56). Ao invés de tirar as conclusões que se impunham, nosso autor não achou nada melhor do que decompor os traços em letras (acrescentadas por ele no desenho que reproduzimos) e traduzir as palavras que disso resultaram! Aliás, também não hesitou em transpor os caracteres das inscrições alfabéticas, descobertas ou reproduzidas por ele, em letras fenícias ou outras que não tinham a mínima relação com elas. Demos um exemplo de tal procedimento. A figura 57, que tiramos do trabalho de Ramos, representa uma inscrição de Lages, na Amazônia, e embaixo a sua “transcrição” em caracteres fenícios e latinos. Não é preciso ser um filólogo para se perceber que as tais letras fenícias nada têm de parecido com os sinais descobertos. Pelo contrário, estes pertencem ao *futhark* rúnico, com um *u* tardio e um *w* tomado do *futhorc* anglo-saxão, coisa já observada no Paraguai (16) e nas Sete Cidades. A transliteração feita pelo professor Hermann Munk, como todas as análises runológicas do presente trabalho, resulta:

uk awki.

A primeira palavra (*og* em grafia normalizada) nos é conhecida: “e”. A segunda (*auki*, em grafia normalizada) quer dizer “rebento” (filho) em norueguês antigo. É o título que usam os filhos dos Incas antes da iniciação (14). Conforme vimos, no capítulo IV, a palavra *Inka* era usada pelos Vikings antes da fundação do segundo império. Acontecia o mesmo com *auki*. A inscrição, evidentemente incompleta, significa:

e filho de Incas.

4. MENSAGENS NA FLORESTA

Não pretendemos reproduzir aqui todas as inscrições descobertas por Ramos na floresta amazônica. Aliás, existem algumas que não passam de simples rabiscos desprovidos de qualquer significação. Outras são nitidamente pré-colombianas. Outras ainda, embora com uma vaga aparência alfabética, não correspondem a nenhum sistema de escrita

conhecido. Algumas, em compensação, são claramente rúnicas, e escolhemos dentre elas algumas que o professor Munk não teve o menor trabalho em traduzir.

Perto da vila de Itacoatiara encontra-se uma grande inscrição gravada numa pedra (cf. fig. 58) cuja grafia é muito irregular, como aconteceu com tantas outras descobertas no Paraguai e em Sete Cidades. Sua transliteração dá:

oleg walt kila us kam.

O que significa*:

Oleg guarda dos navios (vindos) de Kam.

Oleg é um nome sueco. Kam, sem significação, deve ser um topônimo.

Também em Itacoatiara, um outro litoglifo (cf. fig. 59) apresenta as mesmas características do anterior. Apesar da grafia degenerada, podemos ler ali:

ulla fatho kal.

isto é**:

Ulla agarra friamente.

“Friamente” tem aqui o sentido de “com sangue-frio”. Ulla é um nome, o feminino de Ull.

Em Sanguá (que Ramos escreve ora Sangay, ora Sangaris) às margens do rio Urubu, encontramos duas inscrições idênticas, exceto por uma ortografia e uma grafia um tanto fantasiosas, ambas acompanhadas por um rosto masculino desenhado dentro de um triângulo (cf. fig. 60). Sua transliteração é a seguinte:

siue gygil sith in w

* WALT: nórdico arcaico, *valda*; frísio arcaico, *walda*; alemão arcaico, *walten*: guardar. KILE: nórdico arcaico, *kjöll*; alemão arcaico, *kiel*: navio. US: nórdico arcaico, *ut*; alemão arcaico, *uz*: de, desde, fora de.

** FATHO (o *o* é duvidoso): da raiz germânica *fat*, tomar, ter, agarrar. KALT: nórdico arcaico, *kaldr*; alemão arcaico, *kalt*: frio.

e sua tradução*:

Sete (homens) perdidos encontram-se em W.

W constitui, é claro, a abreviação de um topônimo conhecido aos destinatários da mensagem.

Mencionemos ainda duas inscrições de caráter um pouco diverso, já que comportam runas ideográficas. Sabemos que as letras dos *futhark* escandinavos e do *futhorc* anglo-saxão tinham, além do seu valor fonético, uma significação simbólica que, aliás, variava de acordo com a região e a época. A tradução dos ideogramas rúnicos está aqui, bem entendido, sujeito a reservas, pois implica uma escolha entre diversas interpretações possíveis e que não sabemos, *a priori*, a qual tradição estão ligadas a seus gravadores.

A primeira dessas inscrições — descobertas em Lages (cf. fig. 61) — é clássica quanto à grafia, portanto fácil de transliterar:

h g m last.

Last é o verbo anglo-saxão “continuar seu caminho”. As três letras precedentes — consoantes — só podem ter um sentido ideográfico. Elas levam, em alemão corrente, os nomes de *hagalaz*, *gebö* e *mannaz*, respectivamente. O simbolismo do Edda harmoniza-se perfeitamente com o verbo e portanto tem muitas possibilidades de ser o correto: *heil* (salve), *ger* (venábulo) e *mann* (homem). Assim temos:

Salve, homem do venábulo. Continue teu caminho.

Isto, tornamos a repetir, com todas as reservas que exige qualquer interpretação ideográfica.

A outra inscrição do mesmo tipo encontra-se à margem do rio Puraquequara (cf. fig. 62). É totalmente ideográfica.

k h th z g s

* SIUE: nórdico arcaico, *sjan*; frísio, *sigun*; alemão arcaico, *sibun*: sete. GYGIL: nórdico arcaico, *geiga*: hesitar, vacilar; anglo-saxão, *gaegan*: perder-se. SITH: nórdico arcaico, *sitje*; frísio, *sitta*; alemão arcaico, *sizzan*: encontrar-se. IN: dentro.

quer dizer: *kaunaz*, *hagalaz*, *thurisaz*, *ziu*, *gebö*, *solewu*. O *thurisaz* está realmente simplificado. O *ziu* está superposto ao *gebö*, o que indica um genitivo saxão. O professor Munk propõe a seguinte interpretação, conforme a simbologia do Edda:

A audácia ajuda no desastre.

O venábulo de Tyr proporciona a vitória.

Isto sob todas as reservas, é claro. *Ziu* é o antigo nome alemão de Tyr, um dos deuses da tríade suprema do Panteon germânico.

Reproduzamos, finalmente, segundo Ramos, para concluir essa amostragem sumária das inscrições rúnicas da Amazônia, um outro litoglifo de Sanguá (cf. fig. 63). No meio de uma barafunda que a torna incompreensível, vemos algumas runas de desenho clássico. Porém o que mais atrai a atenção é uma magnífica cruz de Tiahuanaco, impossível de se confundir. Uma nova prova da origem imediata dos guardas brancos que, antes e depois da destruição do império Viking, percorriam a floresta amazônica ou lá estavam como guarnição. .

5. EXPLORADORES E SOLDADOS

Repetimos: apresentamos aqui tão-somente uma amostragem dos incontáveis vestígios que encerra esse imenso território brasileiro onde se encontram as últimas zonas inexploradas do mundo. Mesmo sem falar da floresta impenetrável, o Nordeste, onde se começa agora a construir estradas, não atraiu até o momento a atenção dos arqueólogos. É por isto que devemos ser reconhecidos a Tristão de Araripe, a Bernardo da Silva Ramos, a Ludwig Schwennhagen e a alguns outros, que nos forneceram um material inestimável, mesmo se as suas interpretações foram altamente fantasiosas.

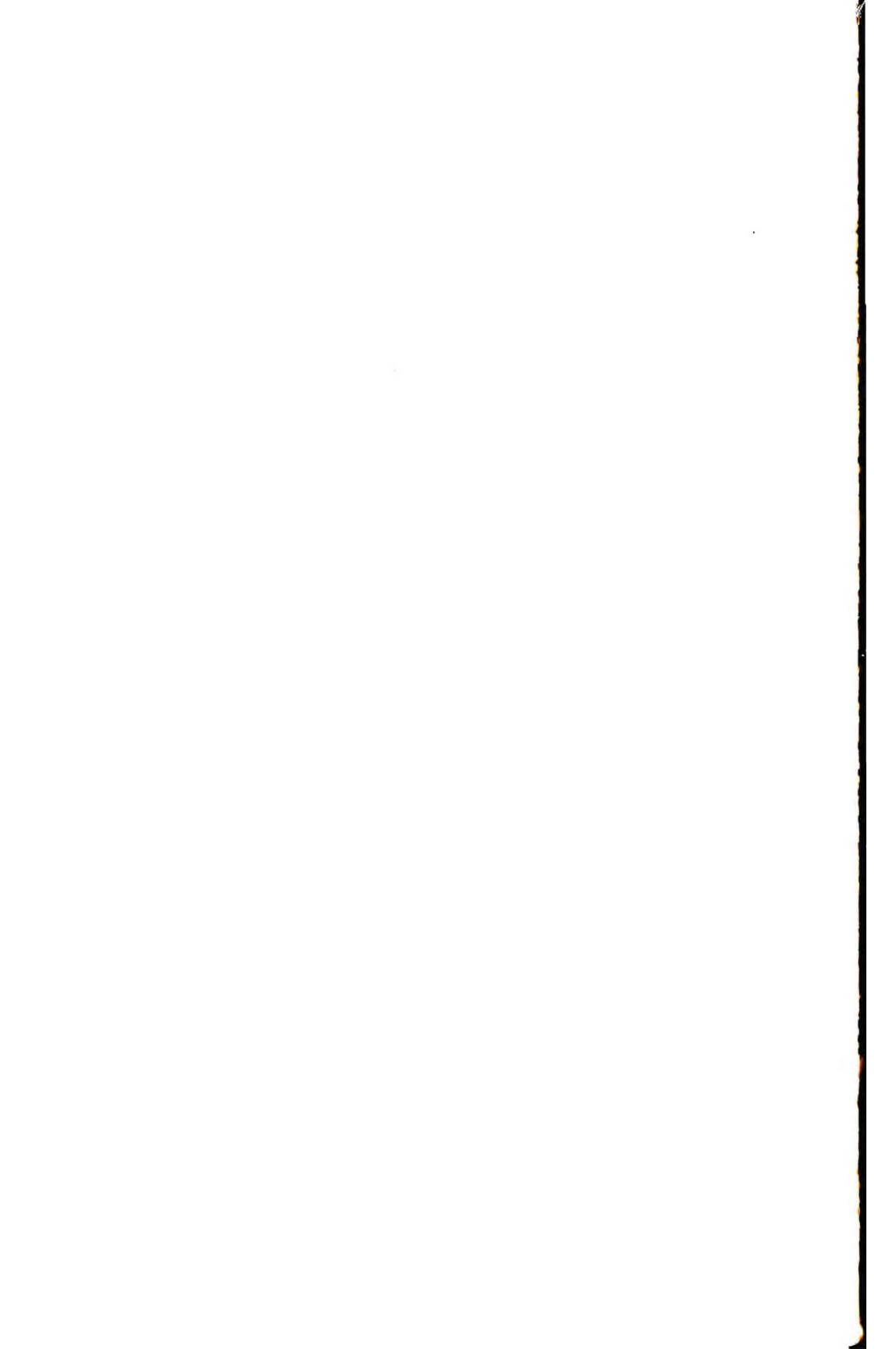
Aliás, poderiam eles, há um século ou meio século atrás ver com mais clareza? Se pensarmos que Posnansky (61), em 1940, atribua 17.000 anos de idade à cidade de Tiahuanaco cuja construção não estava terminada em 1290, se levarmos em conta que as múmias brancas de Paracas só foram descobertas em 1925, se considerarmos que a runologia, mesmo na Europa, era — antes dos anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra Mundial — uma disciplina morta pela qual só se

interessavam raríssimos filólogos, a resposta só poderá ser negativa. Hoje, a situação é muito diferente: sabemos que os Vikings estavam estabelecidos, na Idade Média, nas bordas do lago Titicaca, que tinham erguido um império entre os Andes e o Pacífico, que freqüentavam as costas do Atlântico às quais tinham acesso, no Sul, por caminhos cuidadosamente conservados, no Norte, pelo Amazonas.

O que este capítulo acrescenta ao fruto de nossas pesquisas anteriores, são novas provas da extensão considerável do território brasileiro que os Vikings assim como os seus descendentes percorriam e ocupavam. As inscrições da Amazônia devem provir de exploradores, se as julgarmos pelo texto. Porém, as do Nordeste mostram-nos que os homens de Tiahuanaco não se contentavam apenas em navegar pelo Parnaíba e o São Francisco: eles estavam solidamente estabelecidos nas terras que se estendem entre esses rios e oceano.

Ocupar não quer dizer necessariamente povoar. Grandes são as possibilidades para acreditarmos que, tanto no Nordeste como na Amazônia, os Vikings limitavam-se a manter guarnição ou, se o preferirmos, comandavam milícias indígenas, como faziam no Peru. Para eles tratava-se apenas de garantir a segurança da navegação no Grande Rio e, como veremos no capítulo seguinte, ao longo das costas. O caso do Piauí é diferente. Deviam vir de longe para as Sete Cidades onde não devia haver uma população branca permanente, salvo alguns sacerdotes, mas onde os peregrinos, cujas mulheres não os acompanhavam, renovavam-se sem cessar e geravam, de boa vontade, pequenos mestiços.

Isto explica porque os homens de Tiahuanaco só deixaram no Brasil algumas inscrições sem grande importância e algumas pousadas de etapa. Eram soldados, não construtores e menos ainda pessoas letradas. O clima, muito inadequado para os nórdicos acostumados com o frio do Planalto, não os impelia, é claro, a muito zelo. Além do mais, os índios das tribos submissas à sua autoridade não podiam ser em nada comparados aos Quíchuas do Peru. Basta observar como vivem hoje em dia seus descendentes, os que continuam puros, na Amazônia, e os mestiços, no Nordeste, para compreender que não se podia esperar deles nenhuma iniciativa, nem mesmo — exceto no que diz respeito as suas atividades habituais — nenhum esforço. Aliás, para os Vikings de Tiahuanaco, o Brasil nada mais era do que uma colônia. Preocupavam-se com o bem-estar da população autóctone, a secagem da Grande Lagoa o prova, porém não se deram ao trabalho de construir ali monumentos com os quais os índios não saberiam o que fazer e dos quais não teriam a menor necessidade.



VI. AS ENSEADAS DO ATLÂNTICO



1. A ILHA DOS OLEIROS

Entre a foz do Amazonas, ao norte, e a do Tocantins, ao sul, está situada a imensa ilha de Marajó, a oeste, separada da terra firme por um canal que une os dois rios e alimentam, nas duas margens, numerosos ribeirões. Zona de passagem obrigatória tanto para as tribos que vinham da Amazônia e da Guiana, até mesmo das Antilhas, como para aquelas que subiam a costa, sua população indígena deve ter sido muito mutável, no decorrer de milênios, e ainda se notam muitas influências quando observamos seus resíduos atuais. Portanto, não é do ponto de vista antropológico que a ilha atrai a nossa atenção. O importante, para nós, é o fato de ser uma das jazidas mais ricas da América do Sul em restos arqueológicos. Pois a sua cerâmica, de um nível técnico apreciável, reproduz alguns motivos que não nos são desconhecidos.

Observemos os sinais da figura 64. Foram copiados por Alfredo Brandão (59) de diversas peças de cerâmica marajoara reproduzidas no número 6 dos Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Os dois primeiros são cruzes de Tiahuanaco. Outras têm uma aparência alfabética. O último, embaixo à direita, contém um *solewu(s)* rúnico perfeito.

Mais impressionantes ainda, por serem mais elaboradas, são as duas cruzes de Tiahuanaco descobertas por Bernardo da Silva Ramos (60) em outras cerâmicas da ilha (cf. fig. 65, à esquerda). A primeira é clássica, porém a segunda está situada no centro de um conjunto muito complexo cujo desenho é bastante estranho com relação ao estilo indígena. Na mesma figura, à direita, vemos, sempre segundo Ramos, uma cruz de Malta, idêntica à que constituía um dos símbolos do deus branco

tolteca Quetzalcoatl. Esta justaposição não podia nos surpreender, pois sabemos que os fundadores de Tiahuanaco tinham passado pelo México onde ficaram durante cerca de vinte e dois anos (14). Aliás, a cruz de Tiahuanaco não era desconhecida na América Central. Vêmo-la, especialmente, no toucado de Huehuateotl, o deus do fogo, cuja estátua que se encontra no Museu Nacional de Antropología del Mexico mostra-nos um velhinho barbado com longas orelhas que seria menos surpreendente caso se encontrasse no Peru do que em Anahuac.

Por outro lado, nós mesmos tivemos ocasião de observar, no Museu Goeldi de Belém do Pará, algumas peças de cerâmica marajoara que tinham sinais (cf. fig. 66) sobre os quais o mínimo que se poderia dizer é que são de inspiração rúnica. Mais ainda, no gargalo de um jarro, vemos uma inscrição circular (cf. fig. 67) cujos caracteres têm toda a aparência de runas. E não é a única, muito pelo contrário. Só a apresentamos aqui a título de exemplo.

Tudo isto é muito natural. Os Vikings de Tiahuanaco navegavam pelo Amazonas. Portanto, a ilha de Marajó constituía para eles um ponto de apoio de primeira importância e logicamente tinham colocado ali algumas tribos indígenas dignas de confiança, Tupis sem dúvida nenhuma, talvez Aruaques, comandadas por guardas brancos. Durante alguns séculos, esses índios tinham estado em contato com os homens do Titicaca e adotaram muitos dos seus costumes. Um de seus grupos, particularmente dotado para a cerâmica — e é por essa razão que pensamos nos Aruaques — assimilaram os seus símbolos, e, quem sabe, até mesmo a sua escrita. Uma vez destruído o império de Tiahuanaco, a ilha, cujas terras são muito pouco atraentes por serem em grande parte pantanosas, perdeu sua razão de ser logística. Os brancos e os índios civilizados abandonaram-na desde que os navios Vikings pararam de singrar as águas do delta. As inundações esporádicas e a umidade permanente não demoraram a apagar qualquer vestígio da sua estada, exceto os fragmentos de cerâmica indestrutível que a terra engoliu pouco a pouco, mas cujo testemunho as menores escavações trazem à luz.

2. PORTOS LACUSTRES E MURALHAS

Se descermos a costa brasileira, a partir da baía de Marajó, encontramos a uns 500 km em linha reta, a imensa baía de São Marcos, cuja

entrada é parcialmente fechada pela ilha de São Luís onde se encontra a capital do mesmo nome do atual Estado do Maranhão. No fundo dessa baía, a 300 km terra adentro, confluem dois rios importantes, o Pindaré e o Mearim. Este último é navegável em pelo menos uns 400 km e seus portos — Arari, Bacanal, Ipixuna, Pedreiras — são, hoje em dia, objeto de um tráfego considerável. A 40 km da sua foz, o Mearim recebe o Grajaú que é alimentado, uns poucos quilômetros mais acima, pelas águas de três lagos em cadeia que se chamam Maracu, Verde e Assu. Ainda existe ali, escreveu Schwennhagen (53), os vestígios de portos lucustres muito antigos: “algumas longas linhas de sustentáculos petrificados acima das quais ficavam os estaleiros”. Interpretamos como sustentáculo a palavra portuguesa de *estejo*, forma incorreta de *esteio* que significa “uma peça de madeira, metal ou pedra com a qual sustentamos alguma coisa”. Ainda que Schwennhagen não o precise, esses sustentáculos só podem ser de madeira, é claro, já que estão petrificados, o que exclui qualquer possibilidade de um fenômeno natural. É evidente que os “estaleiros” não passam de uma dedução, mas uma dedução lógica: sustentáculos submersos só podem servir como ponto de apoio para instalações que avançam para a superfície, isto é, alguns cais, no mínimo. O raciocínio elaborado pelo nosso autor sobre o lago do Parnaíba (cf. cap. IV, 10) parecem-nos válidos com relação ao Grajaú.

Sempre descendo ao longo da costa, alcançamos o delta do Parnaíba, a uns 300 km da baía de São Marcos, sobre o qual falamos demoradamente no capítulo IV, e o lago de São Domingos, em seguida, a 350 km de distância — no Ceará — dois lagos ligados ao mar por canais de 3 e 8 km respectivamente; no segundo deles está situada a cidade de Paracuru que é assinalada, verossimilmente, pelo portulano das Sete Cidades (cf. capítulo IV, 11). No Rio Grande do Norte, a uns 500 km mais abaixo, o porto de Touros ocupa uma posição privilegiada, próximo ao cabo de São Roque, ponto extremo oriental da costa que dali toma uma direção nitidamente rumo sul. O lago Geral, nas redondezas, devia, segundo Schwennhagen, abrigar também um porto do mesmo tipo daqueles que mencionamos mais acima, bem como ao sul o lago de Estremós, com seus “antigos terraços e subterrâneos”. Esses dois lagos, acrescenta nosso arqueólogo, são ligados ao mar por canais artificiais com 10 e 11 km, respectivamente.

Caso esses dados sejam exatos — não tivemos oportunidade de verificá-los, mas Schwennhagen era, como já afirmamos, um observador escrupuloso — os Vikings possuíam na costa do Nordeste, entre o Amazonas e o cabo São Roque, até mais ao sul, uma cadeia de portos

lacustres, separados uns dos outros por uma distância de 300 a 500 km, o que representava para os *drakkars*, dois ou três dias de viagem. Neles encontravam, não apenas uma atracação segura, como nos fiordes do país de seus antepassados, como também algumas bacias de carena onde podiam, em caso de necessidade, reparar seus navios. Estas instalações levam-nos a acreditar num tráfego marítimo com uma certa intensidade que, como veremos, prolongava-se muito mais adiante rumo ao sul.

Os vestígios desses portos não são os únicos traços que temos da presença dos homens de Tiahuanaco nas costas do Nordeste brasileiro. Já mencionamos as muralhas cimentadas de Tutóia — na foz do Parnaíba. Schwennhagen assinala outras ruínas do mesmo tipo descobertas no Maranhão, na península situada em frente à ilha de São Luís e na ilha de Troíña, “onde os navegadores ainda percebem — hoje em dia — grandes blocos de pedra oriundas das muralhas de uma importante praça forte”. Da mesma maneira, no ponto extremo da península de Camocim, no Ceará, a 100 km da foz do Parnaíba, encontramos algumas ruínas parecidas mas cuja origem pré-colombiana não pôde ser estabelecida. Aliás, se os franceses, holandeses ou portugueses tivessem construído fortificações de pedra nessas costas, só poderiam tê-lo feito a partir do século XVII e o tempo que se passou desde então não teria sido suficiente para destruir obras cuja utilidade permanente teria, por outro lado, levado qualquer um deles a cuidar com o máximo esmero.

3. O “CAMINHO DO HOMEM BRANCO”

Temos que descer sete graus rumo ao Sul para encontrar, na costa, outros traços de brancos pré-colombianos. Não estão relacionados com navegadores anônimos, mas ao padre Gnupa, esse sacerdote católico chegado ao Brasil, vindo da Normandia, por volta de 1250, e em quem os missionários portugueses e espanhóis quiseram reconhecer o apóstolo Santo Tomás. Já narramos, aliás (16), sua viagem acidentada através do Guairá, Paraguai e Peru. Porém mencionamos muito rapidamente, porque não era um assunto primordial para nós, o seu itinerário ao longo das costas do Brasil. Temos, agora, que retomar este ponto e em detalhes.

Devemos ao primeiro provincial da Companhia de Jesus no Brasil a referência mais antiga ao religioso que as lendas indígenas chamavam de

Pay Zumé. Numa carta endereçada a seus superiores, em 1549, de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, cidade mais conhecida sob a denominação de Bahia embora seu nome oficial não tenha sido mudado, o Padre Manoel da Nóbrega (62) escreveu: "Passando de uns aos outros, os naturais brasileiros conservaram a lembrança da pregação que aqui fez o Apóstolo Santo Tomás e das narrativas dos habitantes da aldeia de São Vicente, que se encontra no começo do Brasil (no sul), segundo os quais este apóstolo tinha até lhes ensinado a comer sem correrem o risco de morrer. Os ditos habitantes consideram como uma coisa certa, transmitida de certos anais a outros e que todos repetem, que um dia esses bárbaros se irritaram tanto contra um discípulo de Santo Tomás que, atirando flechas e dardos, tentaram matá-lo. Mas aconteceu que, sem atingir o discípulo, flechas e dardos voltaram contra os homicidas e alcançaram melhor o seu alvo, do que os arqueiros, a meta da sua crueldade. Os índios mostram as pegadas deste santo Apóstolo, fortemente marcadas numa pedra elevada".

Três anos mais tarde, o Padre Nóbrega voltava a tocar no assunto: "Os naturais brasileiros possuem informações sobre Santo Tomás, que chamavam de Pay Zumé. É uma tradição, recebida através de seus antepassados, que afirma ter ele atravessado essas regiões. Dizem que se pode ver algumas pegadas deste santo Apóstolo na margem de um rio. Para averiguar, fui pessoalmente até o local citado e vi, com meus próprios olhos, quatro pegadas de pés e algumas marcas de dedos de homem profundamente impressa; às vezes, quando as águas sobem as encobrem, e dizem que ficaram ali impressas num dia em que (os indígenas) queriam transpassar o santo com suas lanças, o qual, fugindo do local para escapar deles, fez a torrente parar, o que lhe permitiu atravessar a pé e ir até a Índia. Conta-se também que as flechas lançadas pelos agressores voltaram-se contra eles e que os bosques pelos quais passava abriam-se sozinhos. E finalmente, que ele lhes prometeu voltar para visitá-los, depois de algum tempo".

Narrativas desse tipo, são encontradas em toda a correspondência e nos trabalhos de todos os missionários que nos séculos XVI e XVII prestaram seu testemunho a respeito dos costumes e crenças dos indígenas. Citemos o Padre Yves d'Evreux (63) que, em 1613 e 1614, percorreu o Norte do Brasil. Como outros o faziam na mesma época no Peru — rivalidade entre as ordens religiosas? — esse capuchinho francês reconheceu no Pay Zumé São Bartolomeu, e não Santo Tomás. Assim esforçava-se ele para convencer um cacique do Maranhão: "E escolhendo São Bartolomeu, mostrei-lhe dizendo: veja, eis aqui o grande Marata que veio ao teu país, do qual vocês recontam tantas maravilhas

que lhes foram transmitidas por seus pais através da tradição. Foi ele quem mandou gravar a Pedra, o altar, as imagens e as Escrituras que ainda estão ali agora e que vocês mesmos viram". O que, digamos entre parênteses, demonstra ainda a existência na região, no século XVII, de um monumento e de algumas inscrições que tanto o bom padre quanto os índios atribuíam ao misterioso evangelista pré-colombiano.

Santo Tomás ou São Bartolomeu, não passam de fantasias de missionários, ou a expressão de um zelo exagerado. De qualquer maneira, o Pay Zumé deixou tanto no Brasil como no Paraguai e no Peru muitas lembranças na memória dos indígenas. Vamos transcrever aqui o resumo muito exato que nos deu o Padre Lozano (64): "Numa outra praia da Bahia de Todos os Santos, a duas léguas de Santo Salvador (Salvador), capital do Brasil, numa localidade denominada Itapuá, descobrimos uma outra pegada de homem, impressa na pedra dura, que os brasileiros (indígenas) veneravam ao passarem por essas paragens, pois acreditam pertencam elas ao próprio apóstolo.

"No interior da barra da citada baía, existe uma outra pedra, sobre a qual o santo deixou a marca de dois outros pés gravados na sua substância, com uma certa distância entre uma e outra, como o exige o passo de alguém que caminha. A tradição passada de pai a filho é idêntica a que encontramos junto aos índios de outras capitânias do Brasil, razão pela qual esse local tem o nome de Santo Tomás; a seu respeito contavam, especialmente, esses primeiros brasileiros, habitantes da Bahia, que seus antepassados, exasperados pela novidade da sua doutrina, tentaram agarrar para torná-lo prisioneiro; contudo, o santo foi se retirando na direção da praia, abrindo seu caminho através de um monte tão intransponível que lhes foi impossível persegui-lo. Viram-no caminhar sobre o mar, frustrando suas intenções e, para que guardassem uma lembrança dele, deixou as marcas dos pés na pedra, mais mole do que seus corações".

.....

"Não menos prodigioso é o caminho de areia batida e pura que, no interior da baía de Todos os Santos, avança cerca de meia légua mar adentro. A tradição diz que foi Santo Tomás quem o criou, milagrosamente, quando, pregando na citada baía, os índios dessa localidade amotinaram-se contra ele. Quando ele fugia da fúria de seus arcos, o mar fez aparecer subitamente um atalho, para que os gentios que ficaram na praia não o pudessem seguir, tão enfurecidos quanto estupefatos com tanta maravilha. Em seguida, denominaram esse atalho milagroso de Maraipé, o que, na língua do Brasil, quer dizer *caminho do*

homem branco, como até hoje é chamado, e como apelidavam Santo Tomás, porque, até então, não chegara ao seu país nenhum outro homem de sua cor.”

Sabemos (16) que as marcas de pé são os sinais usados pelos Vikings para marcar seus caminhos. O padre Gnupa não os traçara, mas seguiu-os. A prova está que, tanto na Bahia como em São Vicente e em outros lugares, elas dirigiam-se para o mar de onde viera, segundo o testemunho dos índios, o padre normando. Quanto ao “caminho do homem branco”, devia se tratar de uma doca ou quebra-mar construído nas águas da baía para preparar um porto ou um embarcadouro. Está claro que não podemos ter certeza disso, porém é essa a hipótese mais lógica. A baía de Todos os Santos, fechada pela ilha de Itaparica, é uma das melhores enseadas do mundo. Contudo ela é imensa e os efeitos do vento são sentidos ali. Os Vikings devem ter estabelecido nela uma das suas bases mais importantes e, provavelmente, devem ter preparado ali uma bacia na qual seus pequenos navios ficassem bem protegidos do vento e das ondas. As tradições indígenas parecem indicar não terem eles utilizado para tanto um abrigo natural, mas construíram uma doca cuja base ainda subsistia no século XVII.

Existem ou existiram, parece, algumas provas, mais tangíveis ainda, da presença dos Vikings na Bahia. Na verdade, lemos nas Atas do Congresso Internacional dos Americanistas, que se realizou em Bruxelas, em 1879: “Quanto ao Brasil, começa-se a falar hoje em dia a respeito de colônias escandinavas, que ali teriam sido estabelecidas por viajantes islandeses ou groenlandeses. Eis aqui o que diz a respeito Moosemüller: ‘Alguns autores acham que as viagens dos Normandos estenderam-se até ao Brasil. Embora essa opinião não possa ser provada através de documentos escritos, não deixa ela de ser possível: pois poderíamos admitir, conforme afirma Bastian (23), que esses heróis escandinavos que lutaram contra os imperadores dos Francos e de Bizâncio e conquistaram reinos; para os quais o Mediterrâneo era muito estreito e que já tinham visitado as Canárias desde os primeiros séculos; que esses heróis tivessem parado a meio caminho na América onde só precisavam combater os índios nus e que não tivessem ido mais para o sul, onde a magnífica vegetação tropical devia excitar cada vez mais a sua sede de descobertas.

Além do mais, esta tese é confirmada pelos achados no Brasil. O Dr. Lund, de Lagoa Santa, encontrou nas cercanias da Bahia uma placa de pedra com inscrições rúnicas. Embora essa placa estivesse quebrada, ele conseguiu decifrar algumas palavras islandesas. Fazendo algumas pesquisas, foram encontrados os fundamentos das casas, que se parecem

muito com as ruínas ainda existentes no norte na Noruega, na Islândia e à oeste da Groenlândia' ". Em nota figura na seguinte referência: Moosemüller, O.S.B., *Europäer in Amerika vor Colombus*, Regensburg, Manz, p. 190.

O raciocínio de Bastian é válido, mesmo se, como o sabemos agora, os Vikings do Brasil não fossem noruegueses. Porém as provas materiais mencionadas em Bruxelas teriam sido muito mais importantes para nós, com toda a certeza. Foi em vão, infelizmente, que procuramos e mandamos procurar na Alemanha, na França, na Argentina e no Brasil o trabalho de Moosemüller sobre o qual ninguém sabe nada: não figura em nenhum catálogo de nenhuma biblioteca pública. Não tivemos mais sorte pelo lado de Peter W. Lund, o antropólogo dinamarquês que descobriu e estudou no Brasil, entre 1835 e 1844, o Homem da Lagoa Santa. Lemos seus trabalhos publicados em português: não existe a menor referência aos achados a ele atribuídos. Será que as informações prestadas pelo misterioso Moosemüller foram conseguidas num artigo de revista ou numa carta dirigida a um sábio europeu? Ou seria uma farsa do tipo daquela de que Gravier (66) foi a vítima, quando declarou, com datas e nomes precisos, mas sob as reservas que se impunham, a descobertas da inexistente tumba Viking no Potomac? Não o sabemos. O fato é que ninguém parece ter tido, depois daquilo, a menor notícia sobre a placa nem das fundações acima mencionadas. Seria interessante averiguar tudo isso. Mesmo que não haja grandes esperanças de encontrar, em caso de confirmação, vestígios de aldeia que, numa zona superpovoada, teria tido, no decorrer de um século a mais, muito tempo para desaparecer, seria interessante esclarecer o assunto.

4. A PEDRA DA GÁVEA

Se continuarmos a descer ao longo da costa brasileira, encontraremos, a dez graus ao sul da Bahia, a profunda baía da Guanabara, na entrada da qual estão as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, uma em frente à outra. Ao sul da ex-capital federal, surgem a leste para oeste as bem conhecidas praias de Copacabana, Ipanema e Leblon; em seguida, ao pé de um maciço montanhoso coberto por densas florestas, as de São Conrado e Barra da Tijuca. Esse maciço é dominado por uma enorme pedra lisa que se prolonga como uma espécie de proeminência super-

elevada e que é conhecida pelo nome de Pedra da Gávea. A parede norte desse rochedo, como se vê claramente, a olho nu, do maciço de Boa Vista que lhe fica em frente, tem toda a aparência de um rosto humano (cf. fotos 27 e 28). Seus olhos são constituídos por duas grutas que lhe desenhavam arcadas superciliares pronunciadas. O nariz, cuja aresta separa, como convém, as cavidades oculares, é ligeiramente aquilino e muito pontudo. Uma falha horizontal marca o lugar correto da boca. As narinas do rosto e o queixo são cobertos e prolongados por uma barba completa, enquanto que a testa reta é encimada, sem solução de continuidade, por uma boina ou capacete de forma ogival. Na face oeste, à altura dos olhos, há uma grande porta retangular entalhada no rochedo, obturada por um bloco de pedra que impossibilita a entrada e que ninguém até agora tentou, pelo menos deslocar com sucesso.

Observa-se no capacete uma porção de séries de sinais gravados cuja principal, à meia altura, é bem visível. A sua existência é conhecida desde o início do século passado e já em 1839 o Instituto Histórico e Geográfico designava uma comissão para estudá-la, formada por Manuel de Araújo Porto Alegre e J. da Cunha Barbosa, cuja memória abriu uma polémica que até hoje não terminou: seria ela uma inscrição feita pela mão do homem, ou de simples traços devidos à erosão, cujo alinhamento não passaria da consequência de um desses caprichos dos quais é pródiga a natureza? Os autores do documento abstiveram-se, prudentemente, de emitir uma opinião: "A comissão não perde a esperança de que a glória que aguarda o Instituto Histórico e Geográfico graças à descoberta de monumentos desse tipo; nem a esperança de ver aparecer no seu seio um Champolléon (*sic*) brasileiro, esse Newton da antiguidade egípcia, esse Cuvier do Nilo, a fim de que a luz do seu gênio investigador ilumine esta parte tão obscura da história primitiva do Brasil; a fim de que ele possa, um dia, contemplar esse monumento como Anaxágora, o sol, ou ainda, como Pitágora, ver nesse rochedo uma inscrição gravada pelo acaso e pelo tempo, ou uma indicação, devida ao buril de um homem, deixada às gerações futuras". O estilo vale a citação . . .

Foi preciso esperar o ano de 1920 para que fosse efetuado o primeiro levantamento correto dos sinais com 2,50 m de altura, em média, que formam, por uns 30 m, uma linha irregular, tanto do ponto de vista da altura como da profundidade do seu traçado (cf. fig. 68). Bernardo da Silva Ramos (60), sempre tão minucioso, a quem nós o devemos, não podia, é claro, limitar-se a esse trabalho notável: tinha que traduzir ainda uma inscrição que devia ser fenícia, pois não tinha a menor semelhança com a escrita grega. Assim elaborou um texto que ilustra a sua

imaginação: "Tyr Phenicie Badezir premier-né Jethbaal" (Tiro Fenícia Badezir primeiro nascido de Jethbaal). Contudo Ramos não estava muito seguro de si. "Dentro da hipótese que não tivéssemos interpretado fielmente essa inscrição, resta-nos consolo de ter empregado bem o nosso tempo ao estimular, graças às nossas modestas pesquisas, àqueles que têm a competência exigida, os quais perdoarão a nossa opinião." O resultado foi outro: por medo do ridículo, ninguém mais até os nossos dias, ousou fazer a mínima alusão à Pedra da Gávea, exceto para manifestar, em poucas palavras, o ceticismo do qual o próprio Ramos dera o exemplo.

O estudo dos citados sinais é, ademais, delicado. O vento e a chuva batem em cheio, com sua violência tropical, no rochedo, e logo não se pode excluir, *a priori*, que tanto o rosto quanto os traços alinhados fossem o produto da erosão. No entanto, um particular parece contradizer esta explicação: as linhas verticais dos sinais vão se alargando de cima para baixo. Este fenômeno é característico da ação da chuva que, escorrendo ao longo da pedra lisa, encontra uma ranhura que, ao invés de se atenuar progressivamente, como em geral acontece no caso de se tratar de erosão, interrompe-se repentinamente. A água acumula-se ali onde a pedra, cortada horizontalmente pelo buril do gravador, opõe-lhe uma resistência que o traço vertical artificial não o faz. Então ela esguiça e transborda pela direita e pela esquerda, alargando dessa maneira a ranhura. Algumas experiências que fizemos confirmaram totalmente o que acabamos de expor. Daí elaborarmos uma hipótese de trabalho: os sinais da Pedra da Gávea constituem uma inscrição, maltratada pelos elementos da natureza.

No quadro da hipótese, os sinais por mais deformados que estejam transformam-se em caracteres que têm uma nítida aparência rúnica. Além disso (16), sabemos que os Vikings costumavam vir ao sul do Brasil e que foram encontradas em Cabo Frio, um pouco mais ao norte do Rio de Janeiro, marcas de seus pés. Por outro lado, era evidente que a baía da Guanabara constituía, para seus *drakkars*, a enseada mais segura entre a Bahia e São Vicente (Santos), um dos portos aos quais chegavam os Caminhos Macios que levavam de Tiahuanaco até ao Atlântico (16). Portanto tudo parecia indicar que a inscrição da Gávea era uma baliza a mais na rota marítima que já conhecíamos. Mas era necessário prová-lo, o que só seria possível com uma tradução.

A tarefa não era fácil. Por um lado, a erosão tinha deformado a maioria dos caracteres atenuando determinados traços e, o que é mais grave, acrescentando-lhes outros que poderiam ser tomados por letras ou que modificavam as autênticas. O traçado desses traços parasitas, é

verdade, é menos marcado que os caracteres primitivos, porém esse fato poderia ser devido, precisamente, à chuva ou ao vento. Por outro lado, já o dissemos, a língua dos Vikings da América do Sul já não era mais o norueguês puro, mas um dialeto germano-dinamarquês do qual não existe nenhum dicionário. O professor Hermmann Munk trabalhou durante três meses na inscrição da Gávea. Conseguiu restabelecer a grafia correta (cf. fig. 69), em seguida transliterou-a sem encontrar maiores dificuldades a não ser dois grupos de runas ligadas: os que correspondem a *es*, na penúltima palavra, e a *us*, na última:

en hinli fill eikthila sithil esk kius.

Uma vez alcançado esse resultado, a tradução tornava-se relativamente fácil*:

*Próximo a este rochedo, numerosas
pranchas de carvalho para navio
depositadas praias areia grossa
(ou pedrinhas).*

Esk, nas línguas germânicas conhecidas, refere-se a um campo cultivado. Aqui, sem dúvida, toma o sentido de uma extensão plana e, mais precisamente, levando em consideração a palavra *kius* (areia grossa, pedrinhas) que o segue, de uma praia.

O professor Munk atribue aos resultados de sua análise filológica — restabelecimento da grafia, transliteração e tradução — um percentual de 80% de segurança. Logo, não poderia surgir uma dúvida razoável a esse respeito a não ser que o sentido da inscrição não tivesse nenhuma relação possível nem com os presumíveis autores nem com a sua localização. E este não é o caso, certamente. Nada mais lógico do que um depósito de tábuas, preparado pelos Vikings

* EN: na, próximo a. HIN: da raiz germânica *hi*; saxão arcaico, *he*; anglo-saxão, *he, him*; ele. LI: alemão arcaico, *lei*, rochedo, pedra. FILL: saxão arcaico e alemão arcaico, *filu*; nórdico arcaico, *fiol*: muito. EIK: nórdico arcaico, *eik*: carvalho. THILA: nórdico arcaico, *thilja*, prancha do fundo de um barco. SITHIL: nórdico arcaico, *sitja*; frísio arcaico, *sitta*; anglo-saxão, *sittan*: estar sentado. (Da mesma raiz: nórdico arcaico, *setja*; frísio arcaico, *setta*; anglo-saxão, *settan*: sentar, colocar.) ESK: gótico, *atisk*; alemão arcaico, *ezzisc*: campo. KIUS: germânico, *kisa*; alemão arcaico, *kisil*; anglo-saxão, *cisil*, *coesil*: areia grossa, pedrinhas.

nas proximidades do local o mais indicado, entre suas duas bases da Bahia e de São Vicente, para fazer escala e reparar seus navios. Pois a baía da Guanabara possui, ao mesmo tempo, as características de um ancoradouro seguro e de um porto lacustre daqueles que mencionamos antes. Contudo, a inscrição parece indicar, pelo menos na época em que foi gravada, que os homens de Tiahuanaco não possuíam nenhum estabelecimento fixo numa zona que não constituía para eles nada além de um local de refúgio acidental: não um estaleiro, apenas um depósito de tábuas que poderiam ser utilizadas em caso de necessidade, e cuidadosamente escondidas. O termo *thila* é muito claro: não se tratavam de tábuas de qualquer tipo, mas peças de madeira destinadas ao casco de navios. Está claro que *eik*, carvalho, não se refere necessariamente à árvore européia desse nome, mas, provavelmente, a uma madeira local com características parecidas que os Vikings da América do Sul utilizavam nas suas construções. Em geral, não faltavam nas florestas brasileiras e muito menos nas da Gávea, Boa Vista e Tijuca.

Apesar de ser lógica no seu conteúdo, a inscrição não deixa de apresentar alguns problemas. Em primeiro lugar, o da sua localização. A Pedra da Gávea é bem visível do mar. Sua forma e altura constituíam um ponto de referência ideal para os navios que se movimentavam ao longo das costas. Portanto podemos supor que as “instruções náuticas” dos Vikings a assinalassem por isso. Mas, nesse caso, a própria inscrição parece supérflua, pois um ponto de referência não tem sentido a não ser que seus destinatários conheçam o que indica. Por outro lado, a face norte da Pedra está virada na direção do maciço da Boa Vista e só a vemos de pontos na terra firme, dificilmente acessíveis na época. A mais próxima — a Pedra Bonita — onde estão gravados no chão círculos concêntricos muito estranhos, ainda o é hoje em dia. À primeira vista, é pouco compreensível que um “painel indicativo” destinado a marinheiros esteja situado num ponto onde só se pode ler a inscrição após muitas horas de marcha na montanha.

A conjugação dessas duas dificuldades sugere-nos uma explicação aceitável: a inscrição não teria uma intenção de utilidade, mas diante da existência anterior do rosto esculpido pelo vento e pela chuva na face norte de um rochedo tinha, para os marinheiros, uma importância primordial. Tentemos nos colocar no lugar dos Vikings encarregados de estabelecer, na baía de Guanabara, um ponto de apoio marítimo e ali deixar algumas tábuas indispensáveis à reparação dos navios. Eles se embrenham na floresta vizinha para escolher e cortar as árvores de que necessitam para tanto. Os índios do local, com os

quais mantêm o melhor relacionamento possível, os próprios antepassados daqueles que — alguns séculos depois — se aliariam aos franceses para combater os portugueses (teria sido uma simples coincidência?) forneciam-lhes guias e lenhadores. E eis que um dia levaram-nos até à Pedra Bonita ou à Boa Vista, e eles vêem-se diante de um gigantesco rosto Viking: traços arianos, barba abundante, capacete ogival. Talvez, o rosto de Odin a esperá-los. De qualquer maneira, um sinal. Entre os carpinteiros havia um gravador de runas. Resolve, então, deixar a sua marca no capacete do deus. Os Vikings escalam a pedra: é fácil, pelo leste, pois um platô chega até à altura da testa da imagem. O gravador é arriado, sobre uma prancha sustentada por quatro cordas, ao longo do rochedo, e começa o seu trabalho. O que vai escrever? Ele não é um sacerdote, nem um *skalda*: apenas um artesão. Portanto vai tão-somente deixar um vestígio indelével da missão que ele e seus companheiros estão efetuando. Não está com pressa: o barco que virá apanhá-los só chegará dentro de algumas semanas. Ou dentro de alguns meses.

Resta um último ponto a esclarecer. A inscrição menciona uma praia com areia grossa (ou pedrinhas) onde teriam sido enterradas as pranchas preparadas pelo grupo ao qual pertencia o nosso gravador de runas. “Próximo a esta pedra”, precisa a inscrição. As praias situadas ao pé do maciço da Gávea — São Conrado e Barra da Tijuca — são constituídas de areia fina, e a única, na costa do Rio de Janeiro e arredores, que é coberta de pedrinhas é a pequena Praia Vermelha, ao pé do Pão de Açúcar, a muitas dezenas de quilômetros da nossa montanha. Logo, uma dedução apressada poderia nos levar a pensar que a inscrição da Gávea, tal como o professor Munk traduziu, não corresponde, absolutamente, à realidade geográfica. E isto seria um engano. Nada, com efeito, é mais mutável que uma praia, sobretudo se está localizada ao pé de um maciço montanhoso. É muito provável que as de São Conrado e Barra da Tijuca tenham sido, há seiscentos ou setecentos anos, diferentes do que são atualmente. A expressão “próximo a” é, por sinal, muito vaga e não significa necessariamente “ao pé de”. A praia de pedrinhas poderia, perfeitamente bem, estar situada na baía da Guanabara, onde seria inútil procurá-la nos nossos dias, pois a costa perdeu seu contorno natural há muito tempo. Aí está a explicação mais lógica: os Vikings usavam, evidentemente, para a ancoragem e conserto de seus navios, o abrigo incomparável que lhes oferecia uma superfície de água bem protegida, e não as praias da Gávea, batidas pelas vagas do oceano. Não esqueçamos, caso a nossa interpretação seja correta, que a Pedra nada tinha de um painel indicador e que o local da inscrição tivesse sido

determinado pelos caprichos “milagrosos” da natureza, e não com a intenção de informar aos capitães dos navios avariados, que deveriam saber exatamente onde se encontrava o depósito das pranchas acima referidas.

5. O PRODÍGIO DE OURO

A 150 km em linha reta, rumo sudoeste do Rio de Janeiro, costeando o litoral, chega-se à baía da ilha Grande, na qual encontra-se o porto de pesca e de recreio de Angra dos Reis, um dos melhores ancoradouros do Brasil, bem protegido pela ilha que deu o nome ao golfo. À margem deste último, próxima à pequenina cidade de Parati, vegeta o antigo povoado de Trindade. Nas suas proximidades, num alto penhasco, dois de nossos colaboradores descobriram uma inscrição Viking.

Jean-François Mongibeaux e Jean-Pierre Bouleau já vinham trabalhando há um ano no Paraguai, onde uma expedição difícil os tinha levado aos abrigos sob a rocha de Cerro Guazú que constitui o maior conjunto rúnico do mundo (sessenta e uma inscrições traduzidas). Em fevereiro de 1974, tinham ido assistir ao carnaval do Rio de Janeiro. Ali, um arquiteto de São Paulo com um nome predestinado, como iremos ver, M. Goldstein, falou-lhes a respeito de duas inscrições encontradas próximo à Trindade quando ali fora caçar e que, acreditava ele, eram compostas por runas. Abandonando as escolas de samba e as batucadas, nossos dois colaboradores precipitaram-se para o local indicado. Depois de um percurso de doze quilômetros na montanha, encontraram efetivamente um dos rochedos que lhes tinham sido assinalados.

Trata-se de um grande bloco de pedra em forma de proa que tem um litoglifo com cerca de 50 cm de comprimento cortado em duas partes desiguais por um ângulo que a pedra forma. Os caracteres, com 10 a 15 cm de altura, são muito nítidos (cf. fig. 70) embora frequentemente deformados, como em quase todos os cantos da América do Sul. A transliteração, no entanto, não apresentou dificuldades intransponíveis, apesar de alguns grupos de runas ligadas:

sam täl ik abbi gulls takn.

O que significa*:

Também narro o prodígio do ouro.

Jamais saberemos a que prodígio se referia o gravador das runas de Trindade. Porém a inscrição é suficiente para estabelecer que os Vikings freqüentavam, realmente, a baía da ilha Grande e, em todo o caso, que um de seus navios fez ali uma escala demorada.

6. A COSTA DINAMARQUESA

Dos símbolos tiahuanacotas da ilha de Marajó, no delta do Amazonas, à inscrição rúnica de Trindade, passando por vestígios de muralhas e portos lacustres do Nordeste — sem falar nas Pedras de Sal do Parnaíba das quais tratamos no capítulo VI —, pelo Caminho do Homem Branco da Bahia e a Pedra da Gávea, reconhecemos uma série de pontos na rota marítima que ia da foz do Grande Rio até ao golfo de Santos, onde os cronistas assinalam as “marcas do Apóstolo”, e mais ao sul ainda. Algumas dessas indicações nos foram dadas por Schwennhagen, nem que tenhamos tido oportunidade de verificá-las. Outras, pelo contrário, são devidas às pesquisas que efetuamos, com a ajuda de nossos colaboradores do Instituto de Ciencia del Hombre, de Buenos Aires. Estas são, sem dúvida, as mais importantes, pois, graças a elas, pudemos identificar os navegadores aos quais as devemos. Era lógico pensar que se tratava dos Homens de Tiahuanaco. Contudo, fazia-se necessário prová-lo. As inscrições da Gávea e de Trindade, ainda que a tradução da primeira só tenha 80% de segurança, permitiram-nos fazê-lo, sem deixar sombra de dúvida.

* SAM: nórdico arcaico, *samr*, *same*; alemão arcaico, *sama*, *samo*: também, de qualquer maneira. TÅL: nórdico arcaico, *telja*; anglo-saxão, *tellen*: contar, narrar, informar. IK: nórdico arcaico, *ik*: eu. ABBÍ: nórdico arcaico, *af*; anglo-saxão, *of*; alemão arcaico, *aba*: de; nórdico arcaico, *bí*: em; alemão arcaico e anglo-saxão, *bí*: ao redor de. GULLS: genitivo de GULL: nórdico arcaico, *gull*: ouro. TAKN: nórdico arcaico, *teikn*; gótico, *taikna*; anglo-saxão, *tacn*; alemão arcaico, *zeihhan*: (sinal de) prodígio.

Os Vikings, nós o sabemos (16), usavam como bases marítimas no sul, o golfo de Santos e a ilha de Santa Catarina, onde desembocavam duas ramificações do Peabiru, aquele “Caminho Macio” que descia do Altiplano. Entre esses dois portos, estendia-se a costa do Guairá que, no globo terrestre de Vulpius (16), executado em 1542, tem o nome significativo de *Costa danea*, costa dinamarquesa, no latim da época. Também sabemos agora que eles usavam a rota fluvial do Amazonas e que possuíam postos permanentes — mesmo que seja apenas Sete Cidades — no Nordeste do Brasil. Aliás (16), pudemos estabelecer que um de seus navios fora até à Europa, em meados do século XIII, e de lá voltara, e que seu importante passageiro, o Padre Gnupa, tinha descido a costa, desde a Bahia até São Vicente (Santos). Portanto, os Homens de Tiahuanaco navegavam entre as suas bases atlânticas do Norte e as do Sul. Casualmente? Não podemos mais pensar assim: o depósito de pranchas que menciona a Pedra da Gávea bastaria para indicar um tráfego de certa importância.

Devia se tratar, possivelmente, de uma navegação de cabotagem, antes de mais nada, e diversas razões a justificavam. Em primeiro lugar, para ir de Tiahuanaco até à ilha de Marajó e às Sete Cidades, era necessário de saída percorrer uns 2.000 quilômetros em linha reta, antes de alcançar o Amazonas, os caminhos acidentados que se tornariam, mais tarde, os Caminhos Reais incaicos: a rota do sul podia ser mais fácil. Por outro lado, ela deveria sê-lo com certeza durante a estação das chuvas, quando as águas turbulentas do Grande Rio, cujo nível subia diversos metros, arrastavam enormes troncos de árvores que constituíam um grave perigo para as embarcações leves como o eram os *drakkars*.

Por outro lado, para navios cuja vela quadrada tornava impossível navegar contra o vento — e, é lógico, não era possível remar durante milhares de quilômetros — era relativamente fácil chegar à Europa partindo dos portos do Sul, porém o itinerário da volta terminava na foz do Amazonas. O regime dos ventos e das correntes impunha, portanto, uma rota triangular. Ora, se temos apenas o testemunho de uma viagem transatlântica, tudo nos leva a crer que tenha havido muitas outras. A partir de 1250, os navios normandos iam, com regularidade e no maior sigilo, procurar toras de pau-brasil na Amazônia, como o provam as tarifas aduaneiras de Dieppe, Caen e Harfleur (16). É muito pouco provável que seus primos da América tenham contemplado as suas idas e vindas sem que tivessem, de vez em quando, uma vontade irresistível de fazer, depois deles, a rota que, já uma vez, os levara até à Europa. Mas, para tanto, era necessário partir dos portos do sul. Pois eles deviam continuar a navegar nos seus *drakkars* quando os norman-

dos já utilizavam as caravelas, muito melhores para manobrar. Provavelmente os navios europeus desciam, às vezes, até o sul, como o parece indicar a viagem que fez Paulmier de Gonneville ao Guairá, em 1503, pela rota da África, é bem verdade. Seus interesses comerciais poderiam tê-los impelido a isso, ou, simplesmente, na estação ruim, a escolha de um desvio mais favorável do que aquele que partia do Equador.

Seja lá qual for esse último problema, é certo que numerosos navios, antes da conquista portuguesa e espanhola, costeavam o litoral brasileiro, ali faziam escalas, quando as circunstâncias o exigiam, em enseadas devidamente preparadas onde seus capitães estavam certos de encontrar, não somente um abrigo, mas ainda o apoio “logístico” de que pudessem necessitar. Logo, a “Costa Dinamarquesa” não se estendia tão-somente ao longo das praias e penhascos do Guairá: até à foz do Amazonas, unindo dessa forma, por mar, as duas saídas atlânticas, terrestre e fluvial, do império de Tiahuanaco.





VII. VIKINGS E NORMANDOS



1. O BALANÇO DE UMA PESQUISA

No ano de 967 da nossa era, cerca de setecentos Vikings dos dois sexos desembarcaram de sete *drakkars* nas costas do México. Duas décadas mais tarde, o *jarl* Ullman retomou o mar, abandonando aqueles dentre os seus homens que se tinham unido a mulheres nativas e tinham tido pequenos mestiços. De sua breve estada no Anahuac e no país dos Maias, restava uma mitologia solar, uma organização política, valores morais, conhecimentos científicos e técnicos, numerosos termos dinamarqueses, alemães e anglo-saxões, que os índios ainda empregavam no começo do século passado.

Através das planícies da Venezuela e do planalto de Bogotá que ainda tem, apenas deformada pela sua transcrição espanhola, o nome de Kondanemarka — Província Real Dinamarquesa —, os Vikings alcançaram o Pacífico, construíram barcas com pele de foca e desceram rumo ao Sul, não sem criar, de passagem, um feudo no atual Equador. Finalmente, estabeleceram-se às margens do lago Titicaca, um verdadeiro mar interior do Altiplano andino cujo clima, frio como era do agrado deles, não era assim mesmo tão duro quanto o é atualmente, e começaram a construir a sua capital, Tiahuanaco. Graças ao apoio dos Aimarás, primeiro, e dos Quíchuas, em seguida, eles conquistaram, organizaram e civilizaram o imenso território que, entre a Cordilheira e o Pacífico, se estende desde Valparaíso, no Chile, até Bogotá, na Colômbia. Contudo, por volta de 1290, a insurreição das tribos Diaguitas do Norte chileno pôs fim ao Primeiro Império peruano. Os brancos foram vencidos após batalhas sucessivas cuja última teve lugar na ilha do Sol, no meio do Titicaca. Dez anos mais tarde, alguns sobreviventes do

massacre que se seguira, refugiados nas montanhas do Apurimaque, desceram para Cuzco e, unindo-se às tribos leais, fundaram o império dos Incas — dos Descendentes — do qual Manko Kápak foi o primeiro soberano.

Esta *grande viagem do Deus Sol* (*Le grand voyage du Dieu Soleil*) (14), teve seu itinerário reconstituído por nós, assim como a sua cronologia, após um quarto de século de pesquisas, sem nada dizer, sem nada publicar, até que dispuséssemos de informações sólidas. Nosso primeiro trabalho sobre o assunto não deixava de ser um tanto teórico. O estudo antropológico de uma tribo de “índios brancos” do Paraguai, composta por nórdicos degenerados e ligeiramente mestiçados, desde duas ou três gerações, permitiu-nos conseguir as provas tangíveis que tanto esperávamos conseguir um dia. Algumas escavações no local de uma de suas antigas aldeias e a descoberta, na floresta, de uma pedra trabalhada pela mão do homem, forneceram-nas: inscrições rúnicas dentre as quais algumas puderam ser traduzidas sem dificuldades, alguns símbolos escandinavos, uma magnífica imagem de Odin, um portulano rupestre que indicava os pontos geográficos mais importantes da região.

A pedra de Yvytyruzú tinha todas as características de uma posta. Mas uma posta leva a pensar num caminho. Graças às tradições indígenas, recolhidas pelos primeiros missionários espanhóis e portugueses, pudemos reconstituir o seu traçado, desde o Altiplano até o Atlântico. As narrativas relativas à chegada na América, ali por volta de 1250, de um misterioso evangelista, o Padre Gnupa, permitiram-nos precisar a origem dos elementos cristãos dos quais ainda encontramos vestígios em Tiahuanaco — especialmente a estátua do Monge, cópia da de um apóstolo da catedral de Amiens — e alguns dados cartográficos sul-americanos conhecidos na Europa muito antes de Colombo. Os Homens do Titicaca tinham retomado contato com o Velho Mundo em meados do século XIII. Um de seus navios fora até lá, provavelmente à Dinamarca, e, com certeza à Normandia de onde trouxeram um padre católico. Foi a partir dessa época que as alfândegas de Dieppe, Caen e Harfleur regulamentaram a importação de toras de pau-brasil, que só podiam vir da Amazônia. Com a *Agonia do Deus Sol* (*L'Agonie du Dieu Soleil*) (16), o fruto de nossa pesquisa já não tinha mais nada de uma teoria, nem mesmo de uma tese: já era história.

Não fãmos, é evidente, parar num caminho tão bom. Se os Vikings do Altiplano tinham construído, graças a um processo de uma engenhiosidade extrema, uma via de comunicação terrestre que ligava a sua capital às suas bases marítimas de Santos e Santa Catarina, deviam, com

muito mais razão, utilizar a incomparável rota fluvial constituída pelo Amazonas. Foi realmente o que aconteceu, conforme tivemos oportunidade de demonstrar nos capítulos precedentes. Diversos vestígios de sua presença e da de seus descendentes — inclusive as famosas Amazonas — refugiados na floresta, em 1290, ainda sobrevivem na Amazônia e nas Guianas: índios louros com olhos azuis, inscrições rúnicas traduzíveis e, sobretudo, os extraordinários *Externsteine* das Sete Cidades que tivemos a felicidade de descobrir e identificar.

Da foz do Grande Rio até à ilha de Santa Catarina, a costa brasileira estende-se acolhedora, e nós sabemos que o Padre Gnupa costeou-a. Logo, os Vikings conheciam-na. Será que costumavam frequentá-las com uma certa assiduidade? Tudo levava a crer que sim e nós conseguimos as provas disso. Não nos foi possível, por razões materiais, verificar pessoalmente as provas que devemos a Schwennhagen (53) e foi em vão que tentamos confirmar àquelas cuja descoberta é atribuída a Lund. Porém a inscrição rúnica da Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, e a de Trindade, traduzidas pelo professor Hermann Munk, bastariam para confirmar a existência de um tráfego marítimo constante.

O Mapa do império de Tiahuanaco está agora completo: entre a cordilheira dos Andes e o Pacífico, um território densamente povoado por tribos Aimarás, Quíchuas e outras, que os Incas iriam reconquistar lentamente a partir de 1300; ao sul, pelos “Caminhos Macios”, e ao norte, pelo Amazonas, vias de acesso ao Atlântico, guardadas por tropas Guaranis e Tupis comandadas por brancos; mais ao norte, o Orenoco, entregue à Guarda de Honra Aruaque; a leste, a costa atlântica, ao longo da qual sucediam-se portos e pontos de apoio; finalmente, no interior das terras, entre o Parnaíba e a Bahia, a imensa região mineira que atravessa o São Francisco e cuja utilidade para os Vikings ainda continua um tanto misteriosa, tendo, ao norte, o local de peregrinação que constituíam as Sete Cidades. Tudo isto mantido sob o controle de uns 40.000 nórdicos, ao preço de uma dispersão que foi a causa da sua derrota na ilha do Sol.

2. A ORIGEM DOS VIKINGS DE TIAHUANACO

Nossas descobertas brasileiras confirmam, amplamente, uma conclusão que apenas mencionamos, de passagem, no nosso trabalho ante-

rior: aquela que diz respeito ao lugar da origem imediata dos Vikings de Tiahuanaco. Já sabíamos, graças às análises filológicas de Brasseur de Bourbourg e de Vicente Fidel López (14), que a língua por eles falada possuía termos provenientes do norueguês arcaico — o antigo dano-norueguês — e do antigo baixo-alemão. As inscrições do Paraguai — as que figuram na nossa última obra (16) e as sessenta e uma de Cerro Guazú, que ainda não foram objeto de nenhuma publicação — e as do Brasil fornecem-nos as provas complementares. Elas permitem-nos, além disso, precisar que não se trata de uma mistura. Com efeito, ali encontramos poucas palavras nitidamente norueguesas antigas ou nitidamente alemãs. Quase todos os termos usados aproximam-se, pela sua forma, tanto de uma quanto de outra dessas línguas, mas muito poucos lhes pertencem, e alguns estão diretamente ligados a uma raiz indo-européia. As tripulações de Ullman eram oriundas, portanto, do Schleswig, porém não eram compostas por dinamarqueses e alemães bem diferenciados: todos falavam um dialeto local, intermediário entre o norueguês arcaico e o baixo-alemão.

Por outro lado, tanto no Brasil como no Paraguai, as inscrições são redigidas com a ajuda de runas pertencentes, não apenas aos *futhark* escandinavos, mas também ao *futhorc* anglo-saxão, sem falar sobre as algumas letras arcaicas. A mistura de sinais oriundos do antigo *futhark*, do novo *futhark* e do *futhark* ponteadado nada tem em si que nos deva surpreender. Na verdade, os “alfabetos” rúnicos não eram fixos como os nossos: eles variavam de acordo com a época e a região. Ademais, o século X foi um período de transição durante o qual os três *futhark* principais, e muitos outros ainda, coexistiam na Escandinávia: não havia uma academia que decidisse um emprego preferencial de um ou do outro. O *futhorc* surgiu quando, sob a influência dos Vikings que ocupavam uma considerável parte da Inglaterra — o Danelaw —, os anglo-saxões começaram a utilizar as runas. Como o inglês moderno, e mais ainda, sua língua era rica em nuances fonéticas e era-lhes necessário inventar novos sinais para expressá-las. Assim, o antigo *futhark* possui vinte e quatro letras, dentre as quais algumas têm diversas formas, ou melhor, trinta e cinco caracteres; o novo *futhark*, desesseis letras e vinte e quatro caracteres; o *futhark* ponteadado, vinte e oito letras e igual número de caracteres; enquanto o *futhorc* possui trinta e três letras e cinquenta e sete caracteres (16). No Brasil, encontramos vinte e uma letras, quatro das quais pertencentes ao *futhorc*, e quarenta e seis caracteres, sem contar as invertidas e as viradas. O que significa, por um lado, que os Vikings da América do Sul, cujo dialeto devia conter alguns sons que nenhum dos *futhark* cobria, devia

ser composto, com os elementos de diversas origens, um “alfabeto” deles; por outro lado, eles conheciam o *futhorc*, logo não provinham diretamente do Schleswig, mas de possessões dinamarquesas na Grã-Bretanha.

Todavia, essa necessidade fonética não exclui uma certa confusão. Não esqueçamos que os Vikings que desembarcaram no México, em 967, não eram letrados, nem gravadores de runas, mas sim marinheiros e soldados. Alguns sabiam ler e escrever, é lógico, contudo, mesmo esses manejavam melhor e com mais facilidade o remo e a espada do que o buril ou o pincel. Com algumas raras exceções, aliás, as inscrições do Brasil são grafitos, traçados ao sabor das circunstâncias, e seus autores não deviam se preocupar muito com a sua correção. Temos o hábito de nos inclinarmos sobre as estelas e as pedras tumulares escandinavas, gravadas com cuidado por profissionais, e ficamos assombrados por não encontrar, na América do Sul, nem a mesma clareza, nem a mesma ordem. Seria o mesmo que comparar os grafitos dos soldados em manobras com as placas gravadas dos pedestais de nossas estátuas, ou com os túmulos de nossos cemitérios. O que deveria nos surpreender, ao contrário, é encontrar de tempos em tempos uma descrição de estilo clássico, como a da foto 16, ou, como em Cerro Guazú, no Paraguai, a obra de um autêntico gravador de runas, evidentemente autodidata.

Além do mais, temos que levar em conta o tempo decorrido entre o desembarque de Ullman no México e a destruição do Primeiro Império, até mesmo a chegada dos espanhóis e portugueses. Nenhuma das inscrições descobertas no Brasil é datada, porém a mais recente dentre as achadas no Paraguai remonta a 1457: durante cerca de cinco séculos, portanto, os Vikings e seus descendentes viveram num total isolamento cultural, rompido apenas com a vinda do Padre Gnupa, numa época em que a escrita rúnica tinha praticamente desaparecido na Europa. À “má escrita” de alguns escribas improvisados acrescentaram-se uma lenta evolução negativa devido à ignorância e à imaginação, em seguida, após a destruição do império, uma degenerescência cultural muito bem explicada pelas condições de vida a que foram submetidos, na floresta, os sobreviventes dos Homens de Tiahuanaco e seus descendentes. Quanto aos Incas do Segundo Império, eles tinham, pura e simplesmente, proibido o uso da escrita. Isto porque os sacerdotes responsabilizavam a escrita pela derrota de 1920, segundo os cronistas. Com muito mais probabilidade, a fim de fazer esquecer melhor às populações indígenas a própria derrota, graças a uma fácil adulteração da história.

3. A HERANÇA NORMANDA

O Padre Gnupa falava o francês e o latim, provavelmente não falava o norueguês arcaico, e com certeza também não o dialeto do Schleswig. Os marinheiros normandos que vinham buscar o pau-brasil não deviam falar mais nada além de um dialeto francês, pois o velho dano-norueguês tinha se extingüido por completo, no Ducado de Normandia, muito antes dos meados do século XIII. Mais tarde, as trocas comerciais desenvolveram-se entre Dieppe e Hedeby e muitos marinheiros normandos aprenderam a arranhar o dinamarquês, mas este não era o caso em 1250. Além disso, o contato entre os primos da Europa e da América não durou mais do que algumas dezenas de anos. Após a derrota da ilha do Sol, os *drakkars* deixaram de navegar pelo Amazonas e os Vikings abandonaram as costas do Nordeste para reagruparem-se no interior. Os normandos continuaram tranqüilamente o seu comércio, até que apareceram as primeiras naveas portuguesas. Em seguida, e durante dois séculos, houve a guerra, declarada ou não.

Conforme já vimos, no século XVII a França ocupava militarmente a Grande Guiana, isto é, o imenso território que limitam o Orenoco, o Amazonas e o mar. Dominava as ilhas do delta do Grande Rio que, mais compactas, constituem atualmente a ilha de Marajó e, excetuando-se a cidade de Pará (Belém) nas mãos dos portugueses, o vale do Tocantins. O mapa português de Teixeira, que reproduzimos (cf. fig. 71) e que data de 1662, dá-nos uma prova que não é inútil, com sua toponímia francesa, pois ali existem fatos que ainda hoje em dia ignoramos, até na França. Mais ao sul, também foram os franceses que, no século XVII, colonizaram o Maranhão (cf. mapa, fig. 17) e fundaram São Luís, capital do estado brasileiro do mesmo nome. Algumas dezenas de anos antes, Villegaignon, sob as ordens do Almirante de Coligny, já tentara lançar em vão, no Rio de Janeiro, as bases de uma França Antártica destinada com a França Equinocial da Guiana e “fazer um sanduíche” do Brasil português. Nada mais resta da sua aventura além do seu nome dado a uma pequena ilha da baía da Guanabara, na qual instalara seu quartel-general. Próximo à “praia de areia grossa” mencionada na inscrição da Gávea? Talvez . . .

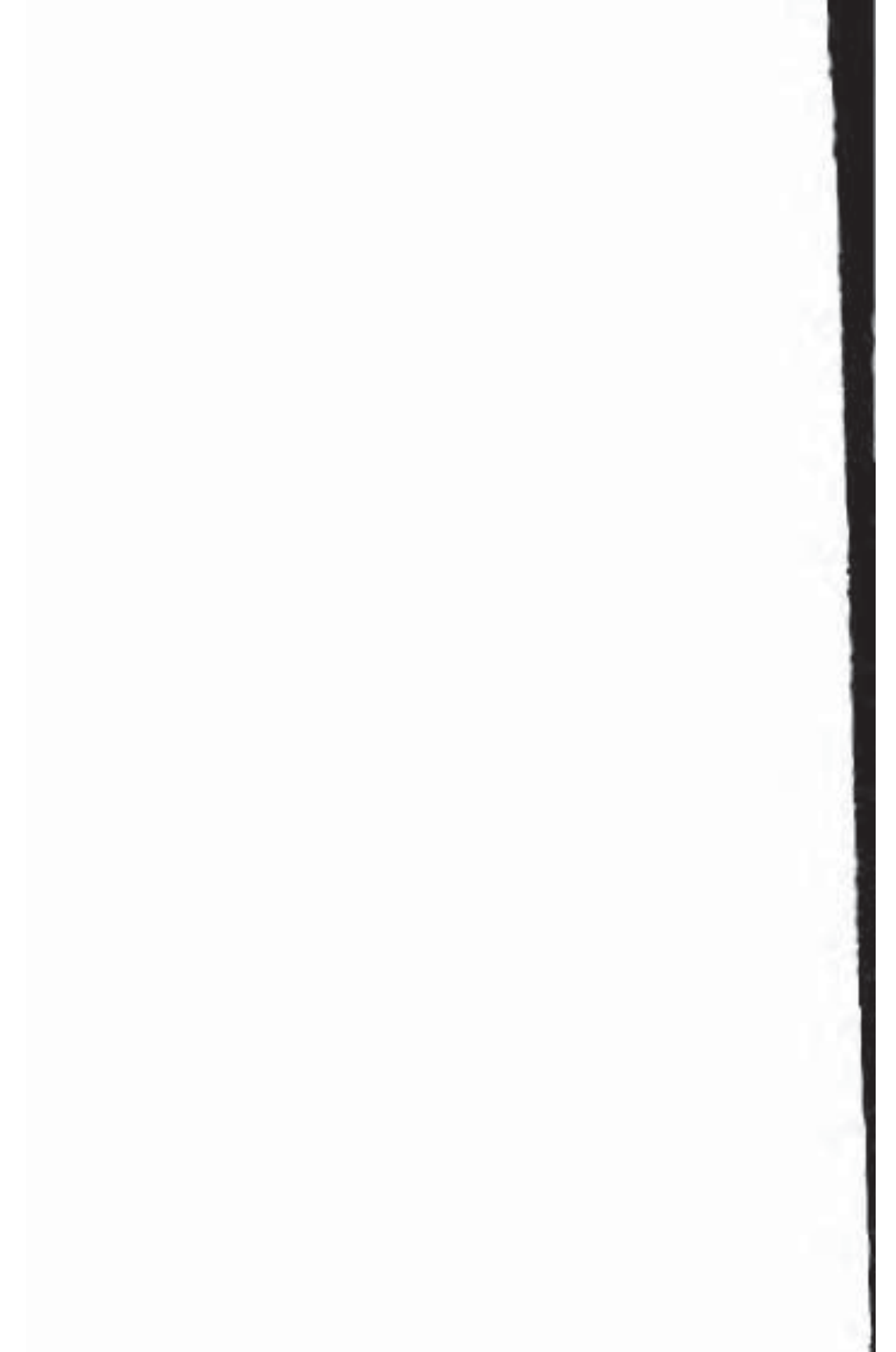
Será tudo isso devido ao acaso? Claro que não. Já há séculos os marujos de Saint-Malo iam pescar bacalhau na Terra Nova e foi um deles, Jacques Cartier, quem tomou posse do Canadá em nome do rei da França. Há séculos, os normandos iam buscar pau-brasil na Amazônia, e foram eles que se estabeleceram na ilha de Marajó, no Maranhão, no Rio

de Janeiro, no Guairá (16). Tanto uns quanto os outros ocupam, ou tentam ocupar, as terras que costumavam freqüentar, no maior sigilo, muito antes da descoberta oficial da América. E, por todos os lados, tinham ótimas relações com os indígenas. Índios, entre os quais alguns com cabelos louros, que compreendiam, provavelmente, uma língua que os intérpretes normandos aprenderam durante suas escalas nos portos dinamarqueses.

A civilização de Tiahuanaco estava morta muito antes da chegada de Pizarro ao Peru. Os espanhóis só destruíram os vestígios grandiosos que cobriam o Altiplano sem piedade e discernimento. Existem muitos outros, na floresta. Nós descobrimos alguns deles. Nossa pesquisa continua. Depois das Sete Cidades, é permissível qualquer tipo de esperança.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS



1. Carvajal, P. Gaspar de, *Descubrimiento del Río Amazonas*, Madri, 1894.
2. *Relación anónima sobre los sucessos ocurridos en el Río de la Plata*, Assunção, 1545.
3. Díaz de Guzmán, Ruiz, *Historia argentina del descubrimiento, conquista y población del Río de la Plata*, Assunção, 1845.
4. Acuña, P. Cristobal de, *Descubrimiento del Gran Río de las Amazonas*, Buenos Aires, 1942.
5. San Martín, Juan de, e Lebrija, Alonso de, *Relación del descubrimiento y conquista del nuevo reino de Granada, años 1536 a 1539*, Madri, 1916.
6. *Cartas y relacines de Hernán Cortés al Emperador Carlos V*, citado por Barros Prado (12).
7. "Tercera relación de la jornada de Nuño de Guzmán", em García Icalbaceta, *Documentos para la historia de Mexico*, México, 1856-1866, vol. II.
8. Humboldt, Alexandre de, *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804 par Alexandre de Humboldt et A. Bonpland*, Paris, 1822.
9. Condamine, Charles-Marie de la, *A succinct abridgment of a voyage made within the inland parts of South America*, Londres, 1747.

10. Coudreau, Henri A., *La France Equinoxiale*, Paris, 1886-1887.
11. Creveaux, Jules, *Voyage dans l'Amérique du Sud*, Paris, 1883.
12. Barros Prado, Eduardo, *Yo viví entre las Amazonas*, Buenos Aires, 1973.
13. Posnansky, Arthur, *Os índios Paumaris e Ipurinás no rio Purus: seus costumes etnológicos*, Pará, 1898.
14. Mahieu, Jacques de, *Le grand voyage du Dieu Soleil*, Paris, 1971.
15. Wheaton, Henry, *Histoire des Hommes du Nord*, Paris, 1957.
16. Mahieu, Jacques de, *L'agonie du Dieu Soleil*, Paris, 1974.
17. Barco de Centenera, Martín de, *De la Argentina*, Lisboa, 1602.
18. Candía, Enrique de, *Historia crítica de los mitos de la conquista americana*, Buenos Aires, 1929.
19. Grillet, John, e Béchamel, Francis, *A journal of John Grillet and Francis Béchamel into Guyana, in the year 1674, in order to discover de Great Lake of Parima and the many cities said to be situated on the banke, and reputed the Richest in the world*, em *Voyages and discoveries in South America*, 3.^a parte, Londres, 1698.
20. Jover Peralta, Anselmo, e Osuna, Tomás, *Diccionario Guaraní-Español y Español-Guaraní*, Buenos Aires, 1950.
21. Greiffenstein, C., em *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlim, 1878.
22. Castelnau, Francis de, *Expédition dans l'Amérique du Sud*, Paris, s.d.
23. Bastian, A., *Das Beständige in den Menschenrassen*, Berlim, 1869.
24. Appun, Carl Ferdinand, *Unter den Tropen*, Viena, 1871.
25. Schomburgk, Robert, *Reisen in Guiana und am Orinoko*, Leipzig, 1841.
26. Mathews, Edward D., *Up the Amazon and Madeira rivers*, Londres, 1879.
27. Keller-Leuzinger, Franz, *Vom Amazonas und Madeira*, Stuttgart, 1874.

28. Rivero, Mariano Eduardo de, e Tschudi, Dr. Juan Diego de, *Atlas de Antigüedades Peruanas*, Viena, 1851.
29. Acosta, P. Joseph de, *Historia natural de las Indias*, Sevilha, 1590.
30. Feijóo y Montenegro, P. Benito Jerónimo, *Theatro crítico universal*, Madri, 1759.
31. Hagen, Victor von, *Los caminos del sol*, Buenos Aires, 1958.
32. Flornoy, Bertrand, *Voyage en Haut-Amazone*, Rio de Janeiro, 1945.
33. Homet, Marcel, *Los hijos del Sol*, Barcelona, 1963.
34. Goodwin, William B., *The ruins of Great Ireland in New England*, Boston, 1946.
35. Fawcett, P.H., *Exploration Fawcett*, Londres, 1953.
36. Sahagún, P. Bernardino de, *Historia de la Nueva España*, Madri, 1829.
37. Orbigny, Alcide d', *L'homme américain*, Paris, 1830. Tradução espanhola: *El hombre americano*, Buenos Aires, 1944.
38. *Proceedings of the Royal Geographic Society*, citado por Brinton, Daniel, *La raza americana*, Buenos Aires, 1946.
39. Crevaux, Jules, *Voyage dans l'Amérique du Sud*, Paris, 1883.
40. Poirier, Jean, *L'élément blanc en Polynésie et les migrations nordiques en Océanie et en Amérique*, Paris, 1953 (Brochura).
41. De Goeje, *Neolitische Indianer*, citado por Poirier sem outras referências.
42. Coudreau, M., *Ches nos Indiens*, Paris, 1893.
43. Coudreau, Henri A., *La France Equinoxiale*, Paris, 1886-1887.
44. La Verre, William, "En el país de los diamantes", em *La Nación*, Buenos Aires, set./nov. 1934.
45. Saake, P. Wilhelm, "Napäuma, die Tochter des Weissen", em *Staden Jahrbuch*, Instituto Hans Staden, São Paulo, 1966.
46. Caulin, P., citado por Humboldt (8).
47. Gili, *Saggio di storia americana*, Roma, s.d.
48. Jones, Gwyn, *The North Atlantic Saga*, Oxford, 1964.

49. Bodard, Lucien, *Le massacre des Indiens*, Paris, 1959.
50. Barros Prado, Eduardo, *Yo vi el Amazonas*, Buenos Aires, 1958.
51. “Sertanista localiza índios de olhos azuis no Pará”, em *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31.5.1974.
52. Nunes, Odilon, *Devassamento e conquista do Piauí*, Teresina, 1972.
53. Schwennhagen, Ludwig, *Antiga história do Brasil*, Teresina, 1928; Rio de Janeiro, 1970.
54. Musset, Lucien, *Introduction à la runologie*, Paris, 1965.
55. Onffroy de Thoron, Henrique, *Voyage des vaisseaux de Salomon au fleuve des Amazonas*, Gênova, 1869; Manaus, 1876.
56. Gauch, Herman, *Die Entstehung unserer Sprache und Schrift*, Heusenstam, 1970.
57. Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, *História geral do Brasil*, São Paulo, s.d.
58. Alencar Araripe, Tristão, *Cidades petrificadas e inscrições lapidares do Brasil*, Rio de Janeiro, 1886.
59. Brandão, Alfredo, *A escrita pré-histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1937.
60. Ramos, Bernardo da Silva, *Inscrições e traduções na América pré-histórica*, Rio de Janeiro, 1930.
61. Posnansky, Arthur, *Tiahuanaco, the cradle of American man (Tiahuanaco, la cuna del hombre americano)*, edição bilingue, Nova Iorque, 1932.
62. Nóbrega, Manuel da, “Cartas do Brasil”, em *Cartas Jesuíticas*, Rio de Janeiro, 1886.
63. Evreux, P. Yves d’, *Voyage dans le Nord du Brésil, fait durant les années 1613 et 1614*, Paris e Leipzig, 1864.
64. Lozano, P. Pedro, *Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*, Buenos Aires, 1873.
65. Gravier, Gabriel, *La découverte de l’Amérique par les Normands au X.^e siècle*, Paris, 1873.



ILUSTRAÇÕES

Mapas, figuras e fotos reproduzidos a partir da edição alemã.

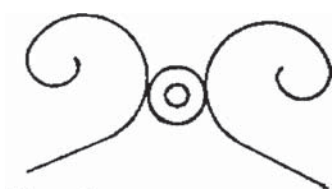


Figura 1

Pinturas corporais das Amazonas de Jacipurá: motivos Aruaques. Baseadas nas fotografias de Silvino Santos-Barros Prado (12).

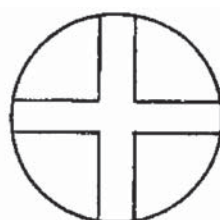
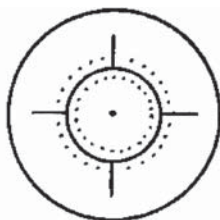
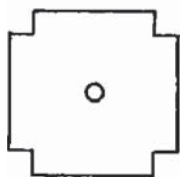


Figura 2

Pinturas corporais das Amazonas de Jacipurá: cruz de Tiahuanaco e cruz céltica. Baseadas nas fotografias de Silvino Santos-Barros Prado (12).

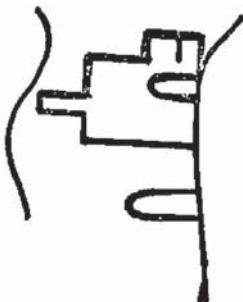


Figura 3

Pinturas corporais das Amazonas de Jacipurá: motivos da civilização de Tiahuanaco. Baseadas nas fotografias de Silvino Santos-Barros Prado (12).



Figura 4

Pinturas corporais das Amazonas de Jacipurá: o “signo escalonado”, originário de Tiahuanaco. Segundo as fotografias de Silvino Santos-Barros Prado (12).

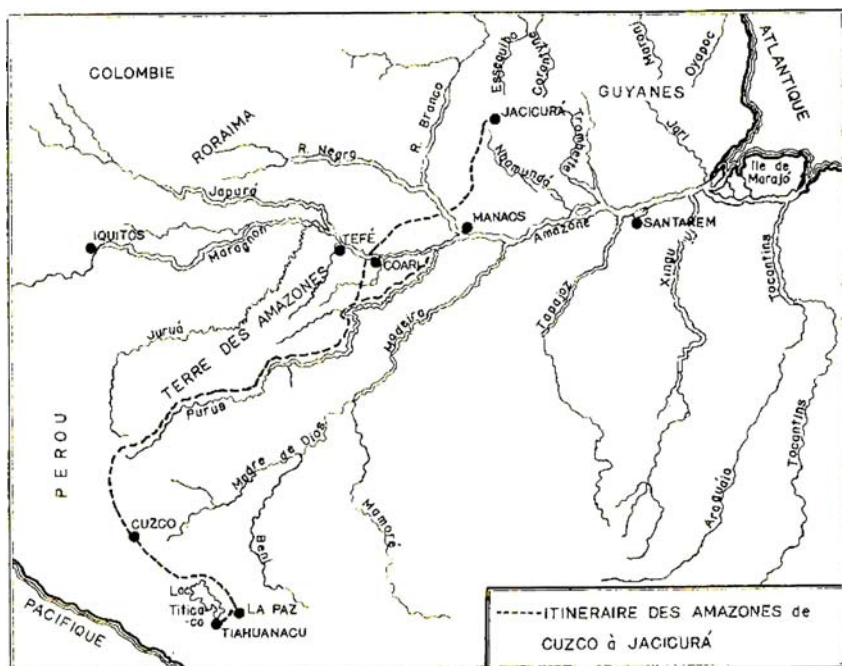


Figura 5
Itinerário das Amazonas do Peru à Guiana.



Figura 6

Zonas da língua Guaraní, segundo Jover Peralta e Osuna (20).

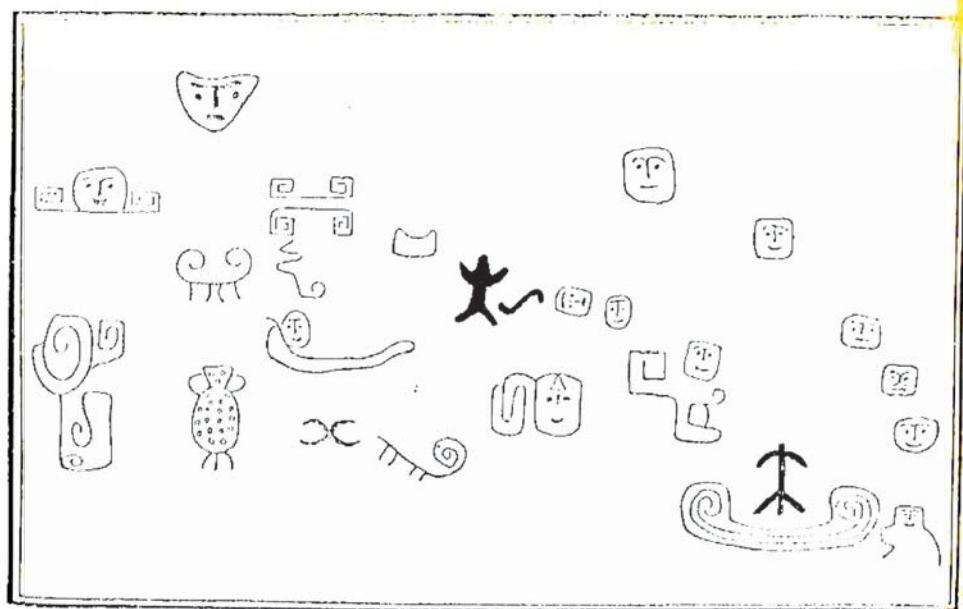


Figura 7

A inscrição de San Estebán, Venezuela, segundo Appun (24).

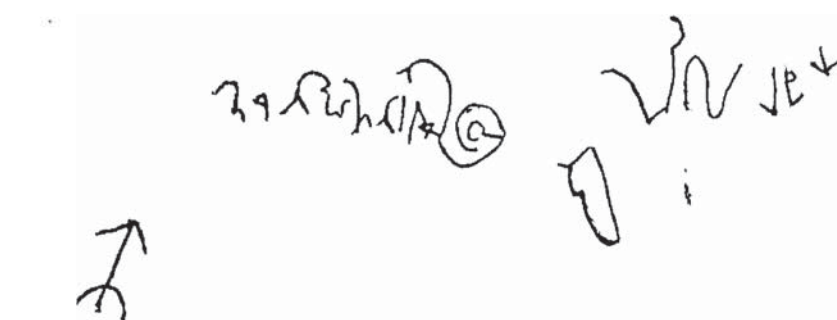


Figura 8

Uma inscrição runóide do Cassiquiare, segundo Schomburgk (25).



Figura 9

Monograma runóide de Taquiare, segundo Schomburgk (25).

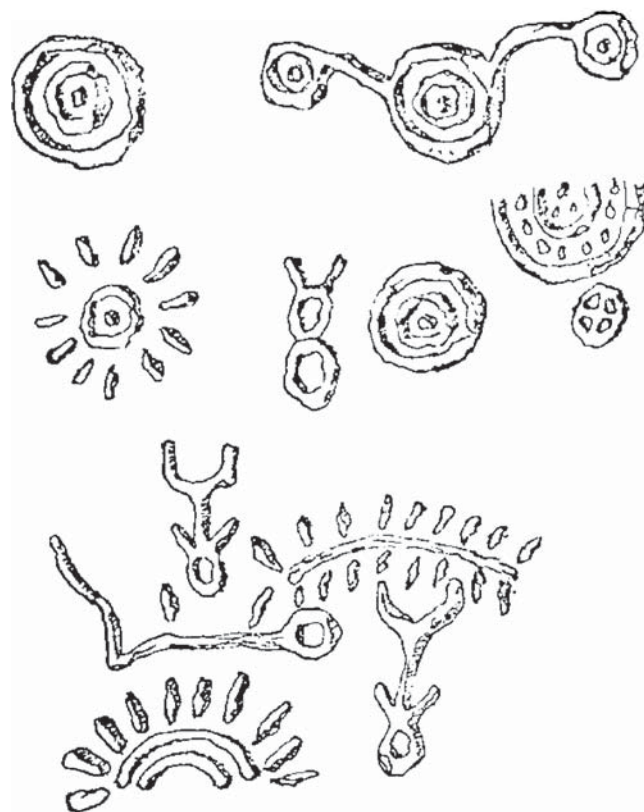


Figura 10

Peças de equipamento Viking, litoglifo do Madeira, segundo Mathews (26).

A M A O

Figura 11

Inscrição rúnica do Madeira, segundo Ramos (60).

At 6 9
A M R O

Figura 12

Inscrição rúnica de Timana, Colômbia, segundo Rivero e Tschudi (28). Comparar com a figura 11.



Figura 13

Caracteres runóides e figuras simbólicas da Pedra Pintada, segundo Hornet (33).



Figura 15

Navio estilizado, à maneira de Bohuslän (Suécia), no norte do Amazonas, segundo Homet (33).



Figura 16

Cesta Oiampi com desenhos da civilização de Tiahuanaco, segundo Coudreau (42).

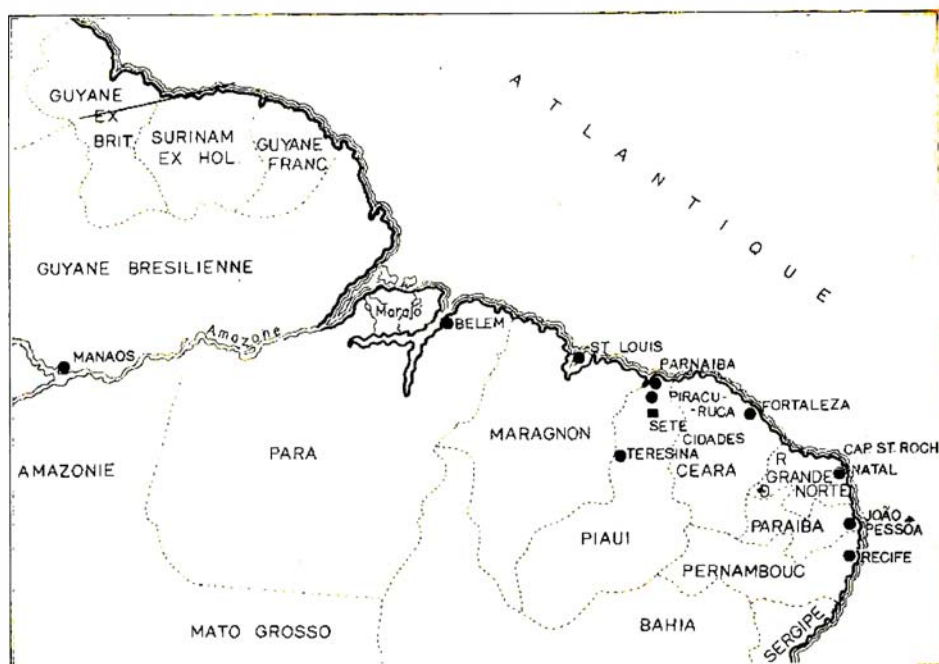


Figura 17
Mapa do Nordeste brasileiro.

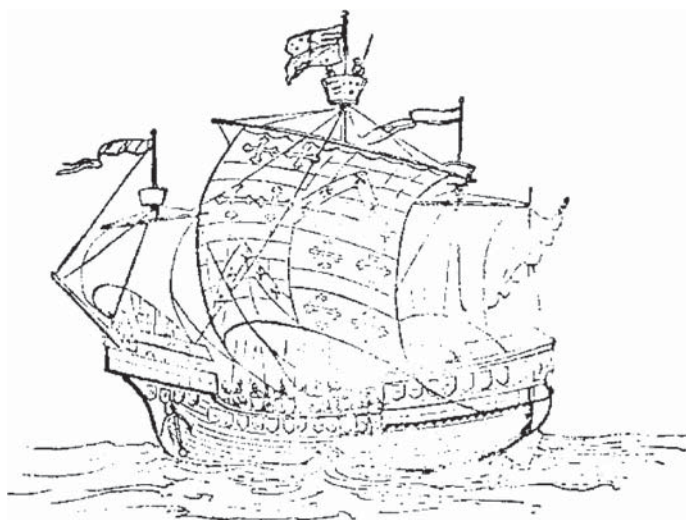


Figura 19

Nave escandinava do século XII, segundo uma miniatura da época.



Figura 20

Sete Cidades: a inscrição rúnica do *drakkar* da foto 14.



Figura 21

Sete Cidades: inscrição da Serra Negra (cf. foto 17).

Π 1 4 Π Ψ^u Π Ω Σ Ψ
 7 3 λ λ R T
 3 Λ X 2 S
 X 4 E Π h Y

Figura 22

Sete Cidades: a inscrição de Ulf (cf. foto 18).

Y O W H v

Figura 23

Sete Cidades: grafito antropônimo.

Π 7

Figura 24

Sete Cidades: grafito antropônimo.

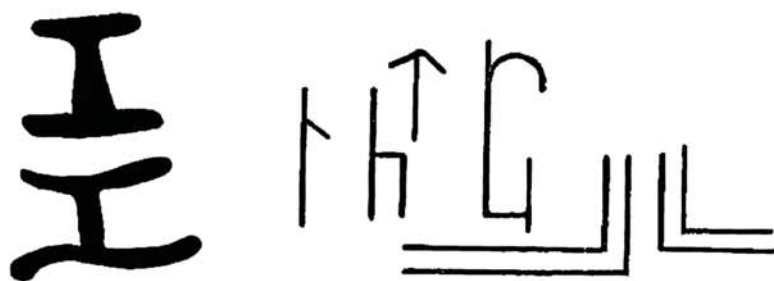


Figura 25

Sete Cidades: grafito antropônimo.

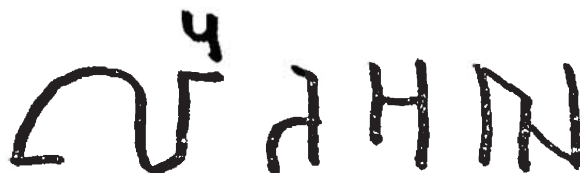


Figura 26

Sete Cidades: grafito antropônimo.

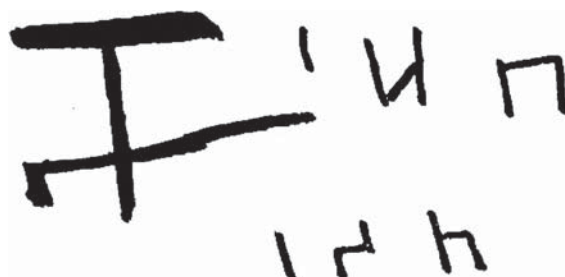


Figura 27

Sete Cidades: grafito antropônimo.

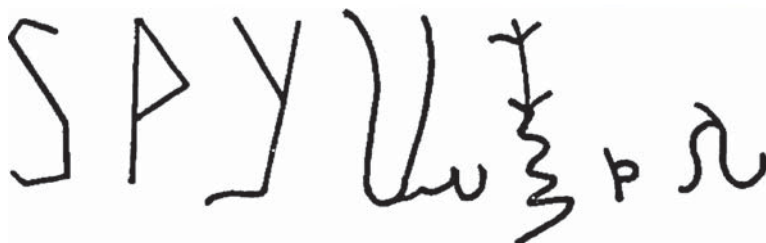


Figura 28

Sete Cidades: grafito antropônimo.

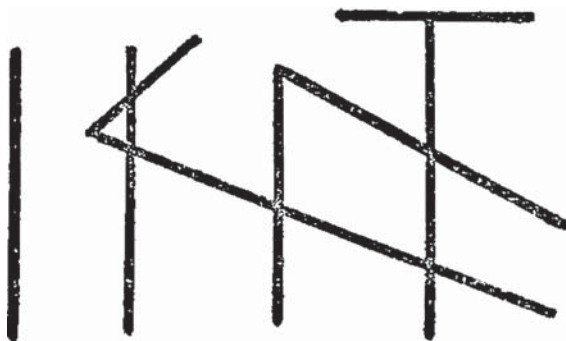


Figura 29

Sete Cidades: grafito antropônimo.



Figura 30

Sete Cidades: inscrição rúnica sobre um bloco de pedra.



Figura 31

Sete Cidades: monogramas runóides.



Figura 32

Sete Cidades: inscrição rúnica.

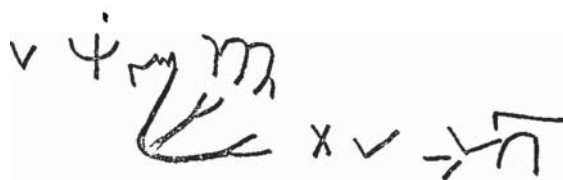


Figura 33
 Sete Cidades: inscrição rúnica.

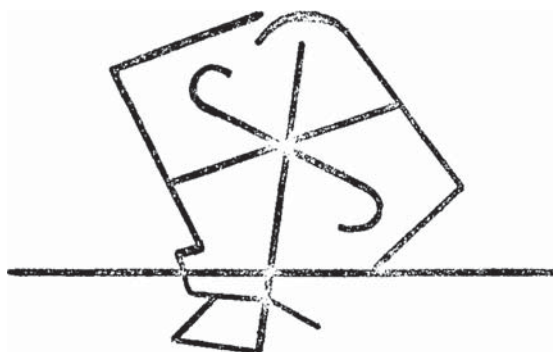


Figura 34
 Sete Cidades: roda solar.

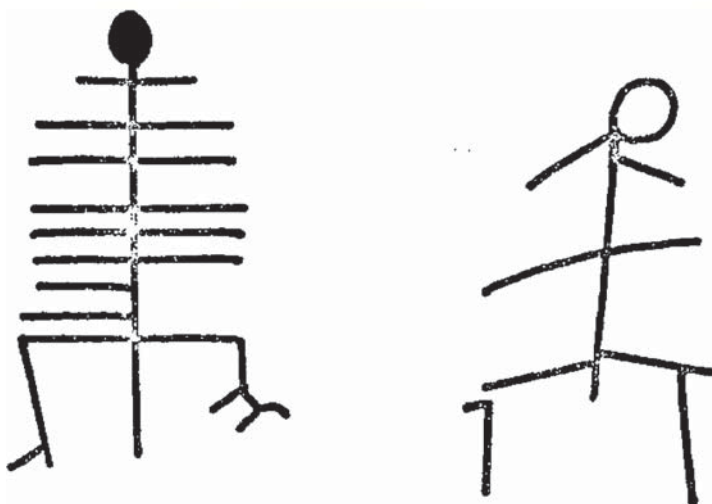


Figura 35

Sete Cidades: Árvore da Vida, com ninho de águia.



Figura 36

Sete Cidades: Árvore da Vida estilizada em forma de runas ligadas.

Figura 37

Sete Cidades: desenho de uma sereia.

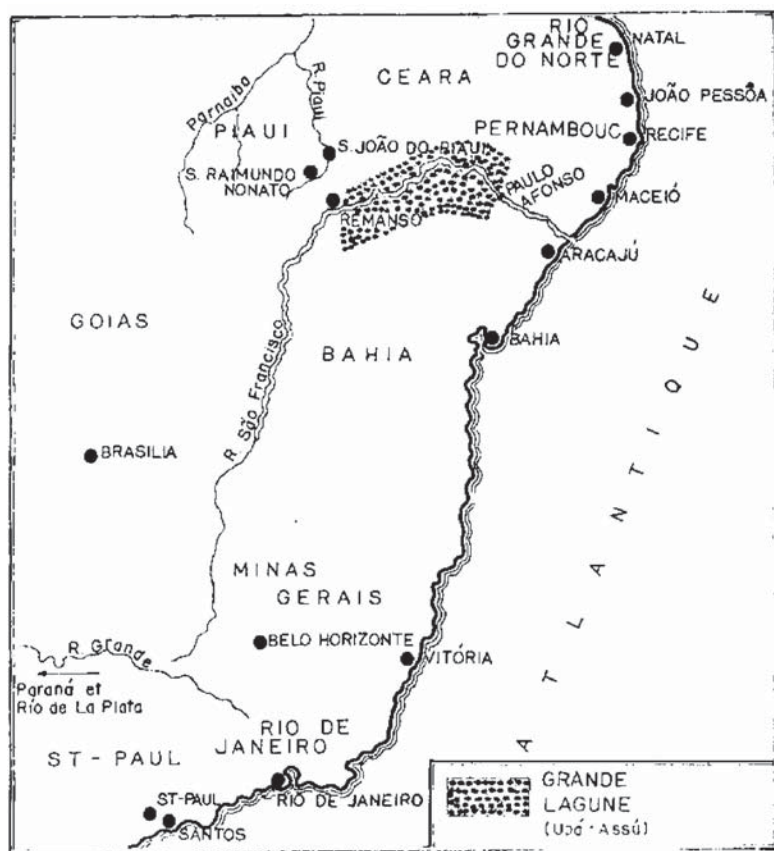


Figura 38

Mapa do rio São Francisco e da Grande Lagoa.



Figura 39
Mapa do delta do Parnaíba.

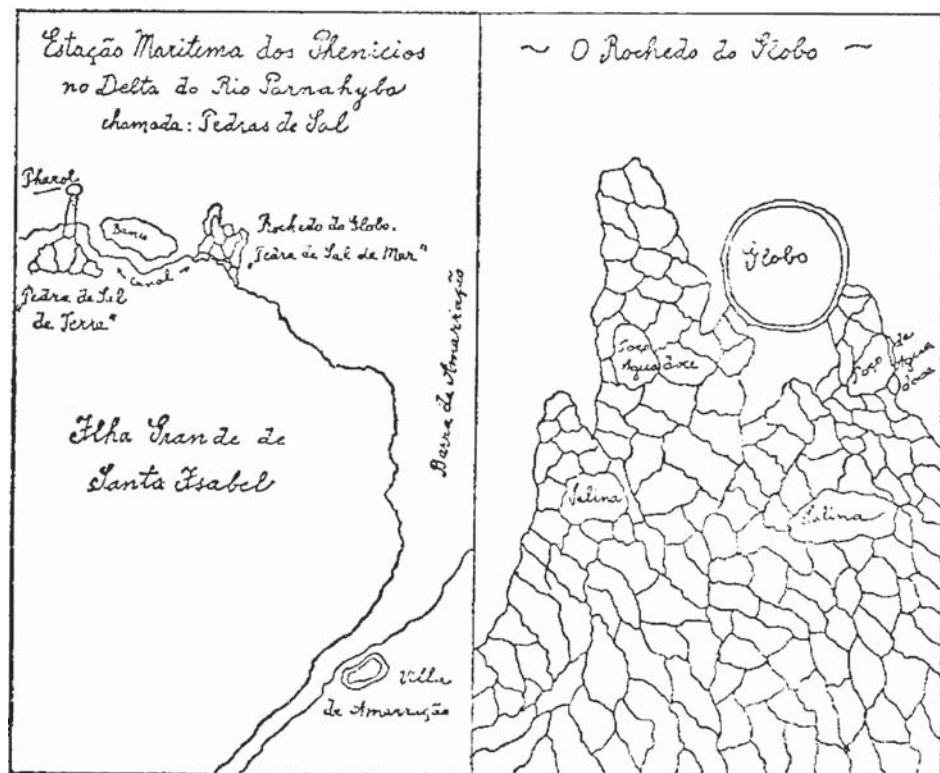


Figura 40

O canal da ilha de Santa Isabel, delta do Parnaíba, segundo Schwennhagen (53).

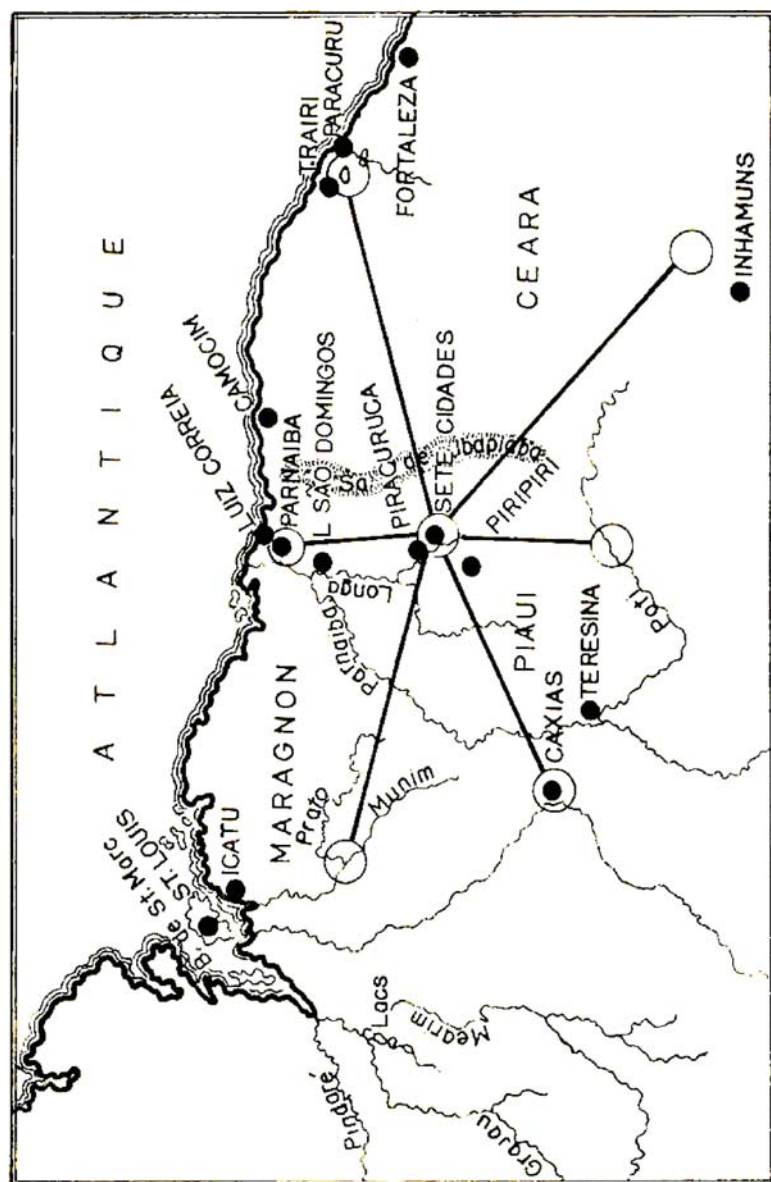


Figura 41
O portulano das Sete Cidades, aplicado ao mapa da região.

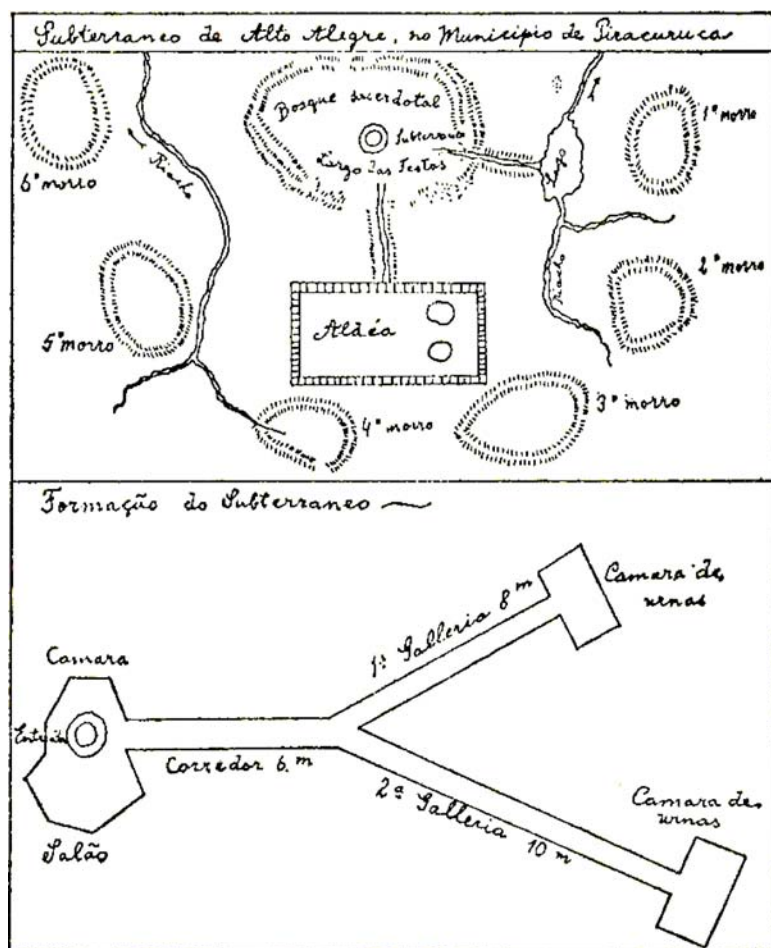


Figura 42

Bosque sagrado de Piracuruca, segundo Schwennhagen (53).

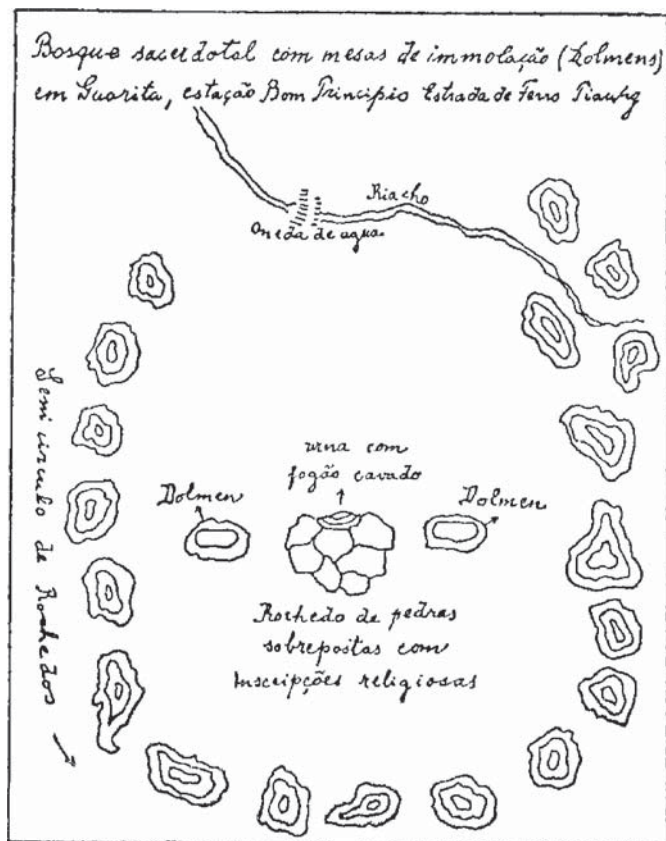


Figura 43

Bosque sagrado de Guarita, segundo Schwennhagen (53).



Figura 44
Túmulos de Marvão, segundo Schwennhagen (53).

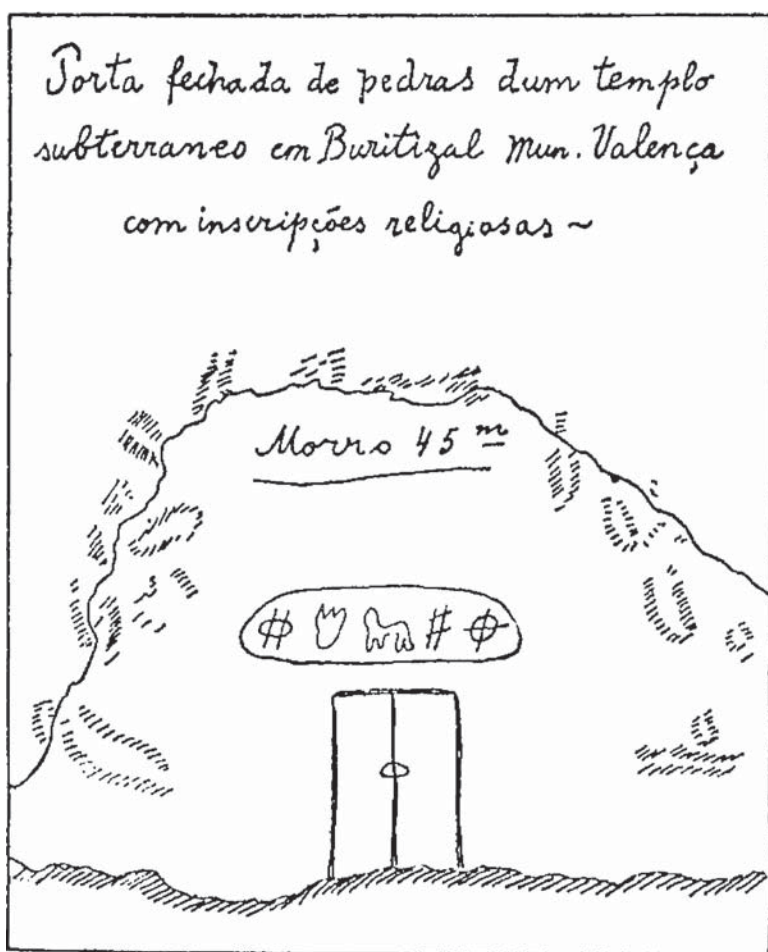


Figura 45

Túmulos de Britizal, segundo Schwennhagen (53).



Figura 47
O *drakkar* de Inhamuns, segundo Araripe (58).

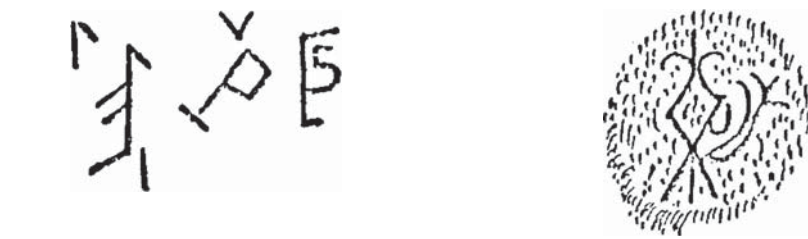


Figura 46

Runas e monogramas, em Inhamuns, segundo Araripe (58).



Figura 48

A inscrição de Carrapateira, Inhamuns, segundo Araripe (58).



Figura 49

Um caráter de *rongo-rongo*, em Inhamuns, segundo Araripe (58).

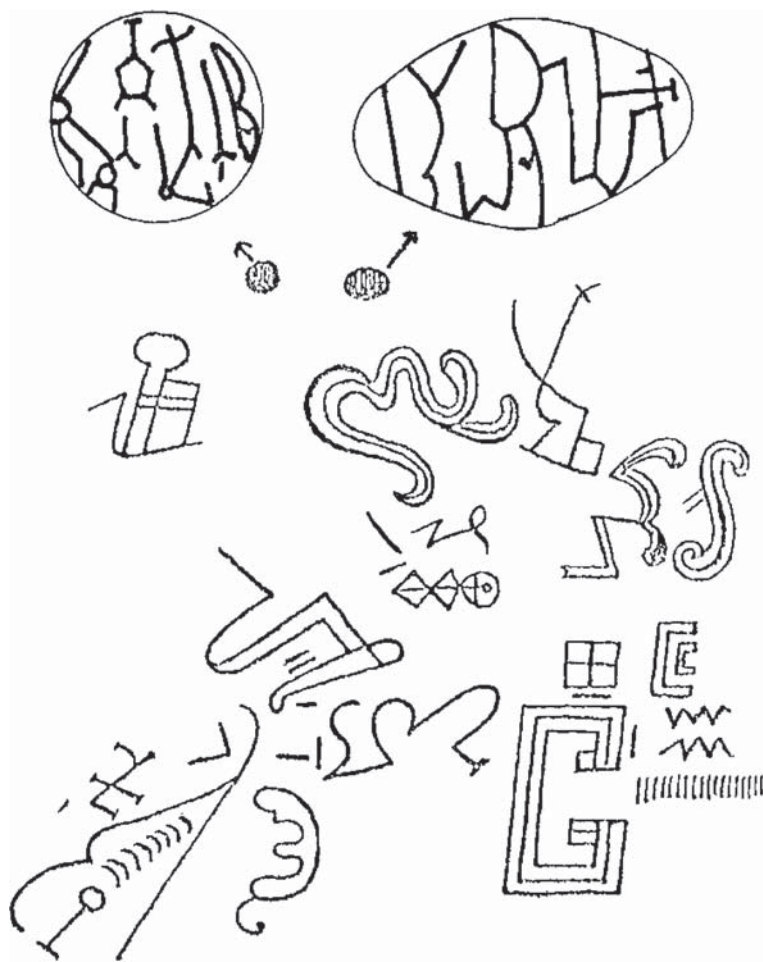


Figura 50

Inscrição de Cracará, Inhamuns, com seus dois medalhões aumentados, segundo Araripe (58).

ᐅᐅ:ᐱ:ᐅᐱᐱ:ᐅᐅᐅᐅ:ᐅᐅᐅ:ᐅᐅᐅᐅ

Figura 51

A inscrição normalizada do medalhão de Cracará à esquerda.

ᐅᐅ:ᐅᐅᐅ:ᐅᐅᐅ:ᐅᐅᐅᐅᐅᐅ

Figura 52

A inscrição normalizada do medalhão de Cracará à direita.



Figura 53

Uma inscrição de aparência ogâmica em Mulungu, Inhamuns, segundo Araripe (58).

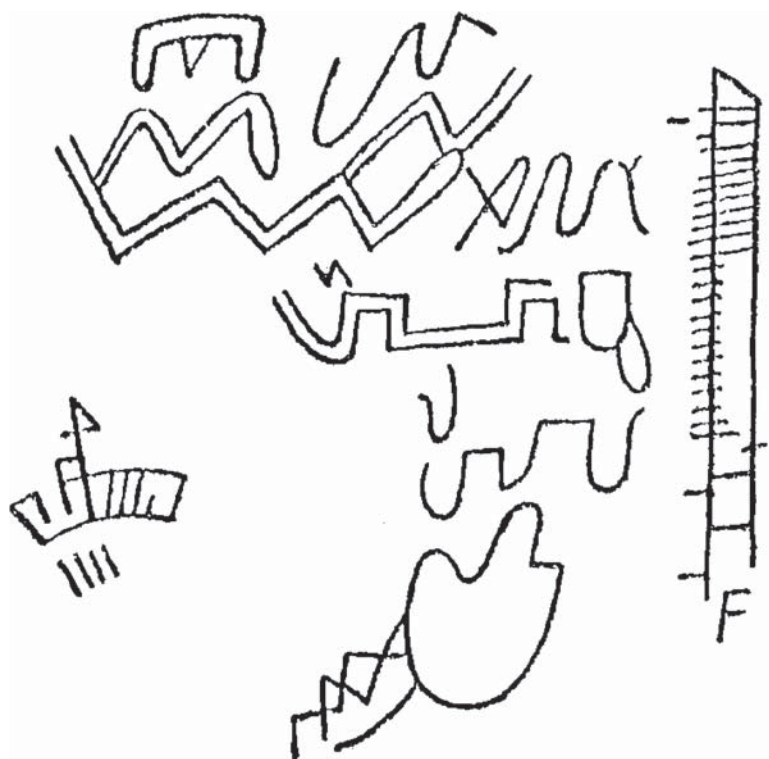


Figura 54

Uma inscrição de aparência ogâmica no Sertão de Cratins, Inhamuns, segundo Araripe (58).

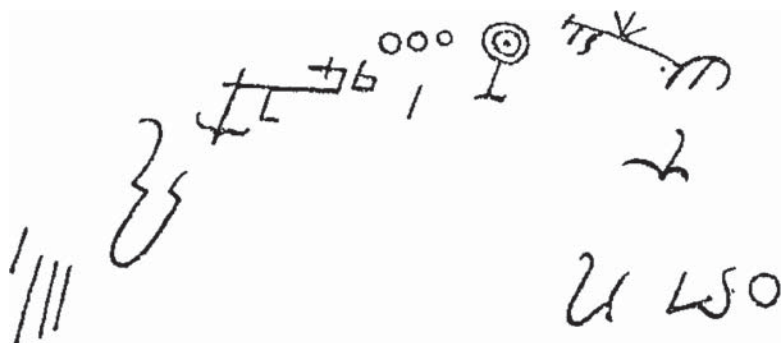


Figura 55

Em Banabuiú, Paraíba, caracteres parecidos com aqueles que os "índios brancos" Guaiakis do Paraguai traçam, segundo Araripe (58).



Figura 56

Capacete com chifres e vaca, sem uma única inscrição, da Amazônia, segundo Ramos (60).

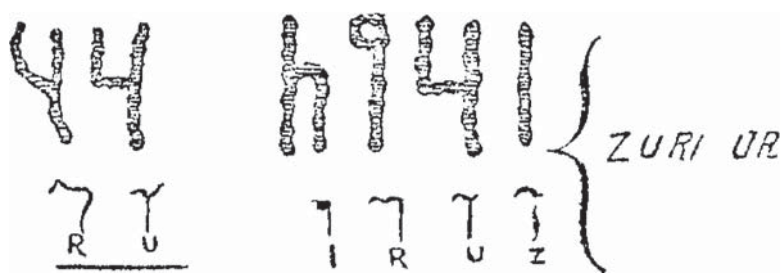


Figura 57

Inscrição de Lages, Amazônia, com a transcrição "fenícia" de Ramos (60).



Figura 58

Inscrição rúnica de Itacoatiara, Amazônia, segundo Ramos (60).



Figura 59

Outra inscrição rúnica de Itacoatiara, segundo Ramos (60).

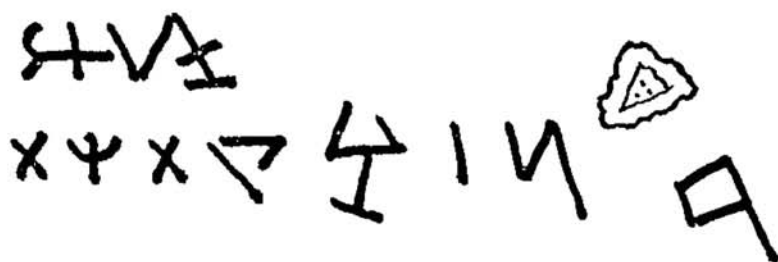


Figura 60

Inscrição rúnica de Sanguá, Amazônia, segundo Ramos (60).



Figura 61

Ideograma rúnico de Lages, Amazônia, segundo Ramos (60).



Figura 62

Ideograma rúnico de Puraquequara, Amazônia, segundo Ramos (60).



Figura 63

Cruz de Tiahuanaco numa inscrição de Sanguá, Amazônia, segundo Ramos (60).

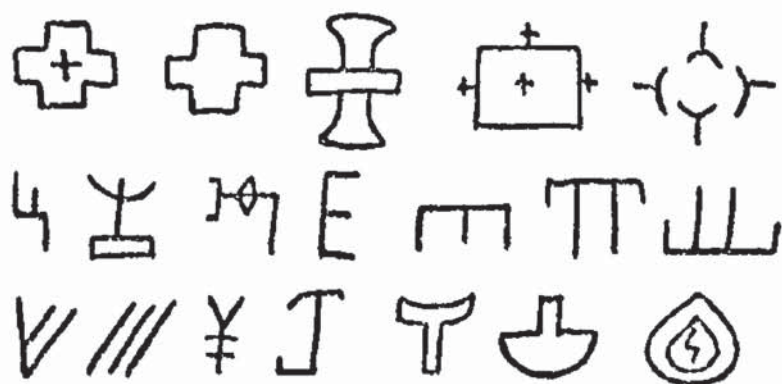


Figura 64

Caracteres e sinais decorativos, cerâmica da ilha de Marajó, segundo Brandão (59).



Figura 65

Duas cruzes de Tiahuanaco e uma cruz de Malta, descobertas por Ramos (60) nas cerâmicas da ilha de Marajó.



Figura 66

Motivos runóides na cerâmica da ilha de Marajó.



1. As filhas das Amazonas de Jacipurá. No primeiro plano, as "mestras de núbeis" brancas. Foto de Silvino Santos – Barros Prado.



2. Sepultura antropomórfica no vale de Utcubamba, alto Amazonas.
Foto de Bertrand Flornoy (32).



3. A Pedra Pintada de Roraima.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.



4. Casa de Pedra na selva amazônica. Foto de João A. Péret.



5. Um grupo de Waiwais. Foto de William La Varre (44).



6. Um Waiwai em adoração ao Sol. Foto de William La Varre (44).



7. Moça Waiwai. Foto de William La Varre (44).



8. Índio Canela do Amazonas com feições quase européias.
Foto de Kurt Nimuendaju.



9. Índio Canela com cabeleira loura acinzentada. Foto de Kurt Nimuendaju.



10. Sete Cidades: estátua de um homem barbado de feições europeias e boina de marinheiro.



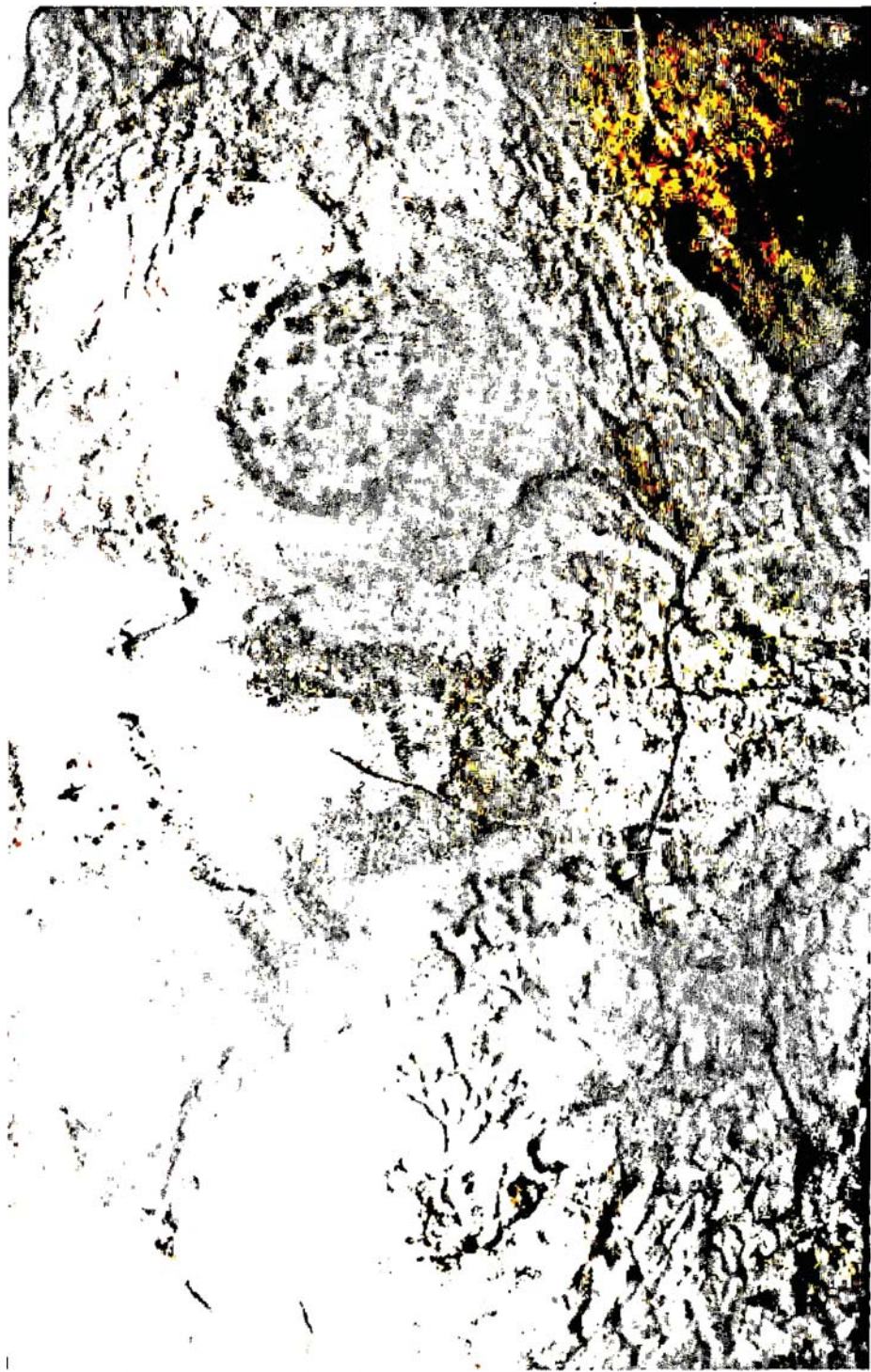
11. Sete Cidades: estátua de "Ícaro".



12. Sete Cidades: estátua do “Cavaleiro”,



13. Sete Cidades: desenho do "Diabo" (pintura central). Do lado esquerdo, duas impressões de mãos, a da esquerda mais comprida e a da direita mais curta.



14. Sete Cidades: um barco com proa em forma de dragão na Pedra do Americano (o formato é semelhante ao das embarcações Vikings).



15. Sete Cidades: um barco com proa em forma de dragão na Pedra da Descoberta.



16. O Prof. Jacques de Mahieu contempla inscrições nas muralhas de pedra de Sete Cidades.



17. Sete Cidades: as grandes inscrições da Serra Negra.



18. Sete Cidades: os caracteres rúnicos como que servem de moldura às inscrições murais.



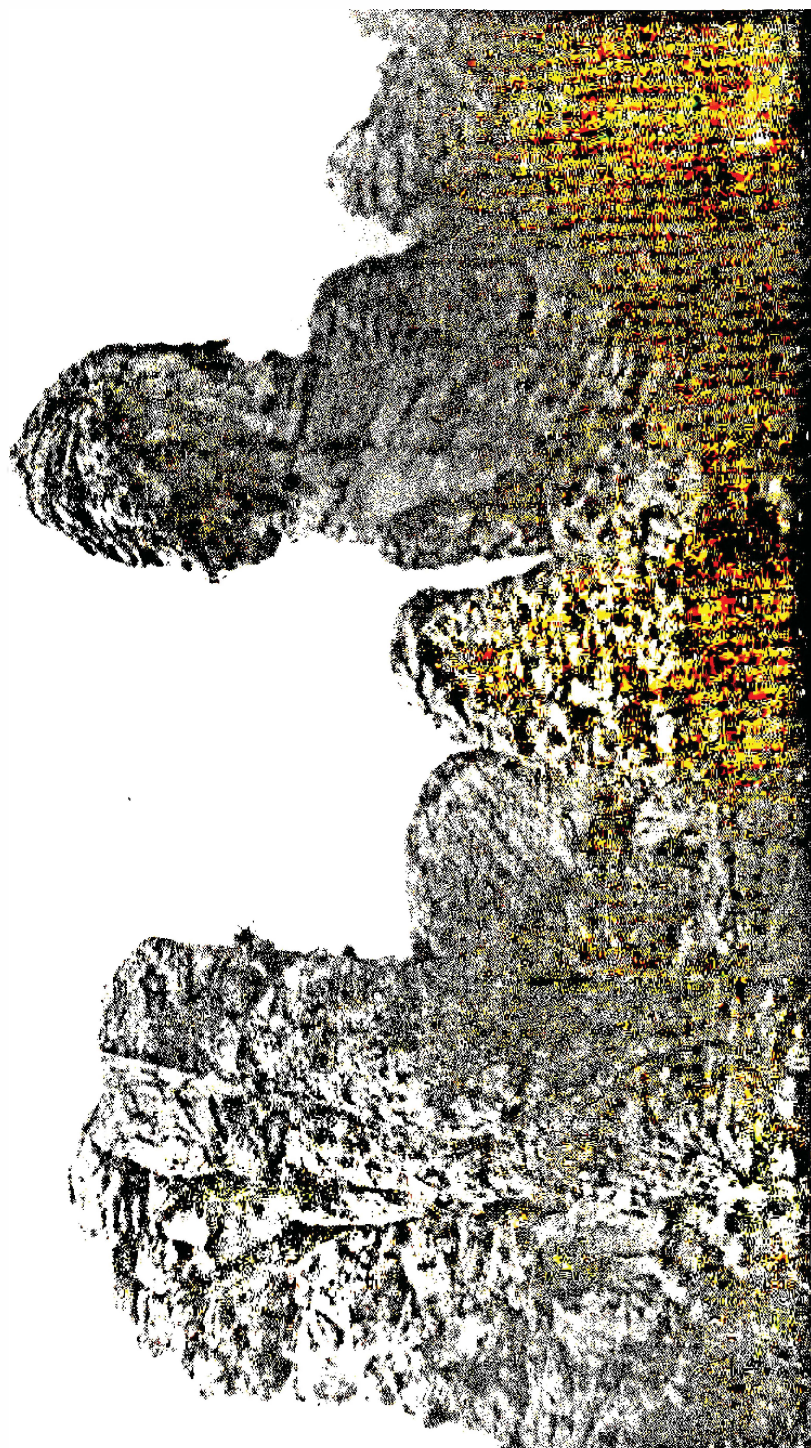
19. Sete Cidades: caracteres rúnicos e “Diabo”.



20. Sete Cidades: dois martelos na Porta da "Descoberta".



21. Sete Cidades: símbolos nórdicos.



22. Sete Cidades; fantásticas formações rochosas.



23. Floresta do Alemão: o perfil do rosto vê-se na face exterior esquerda da formação rochosa.



24. Barco típico do rio São Francisco. Foto de Eduardo B. Chaves.



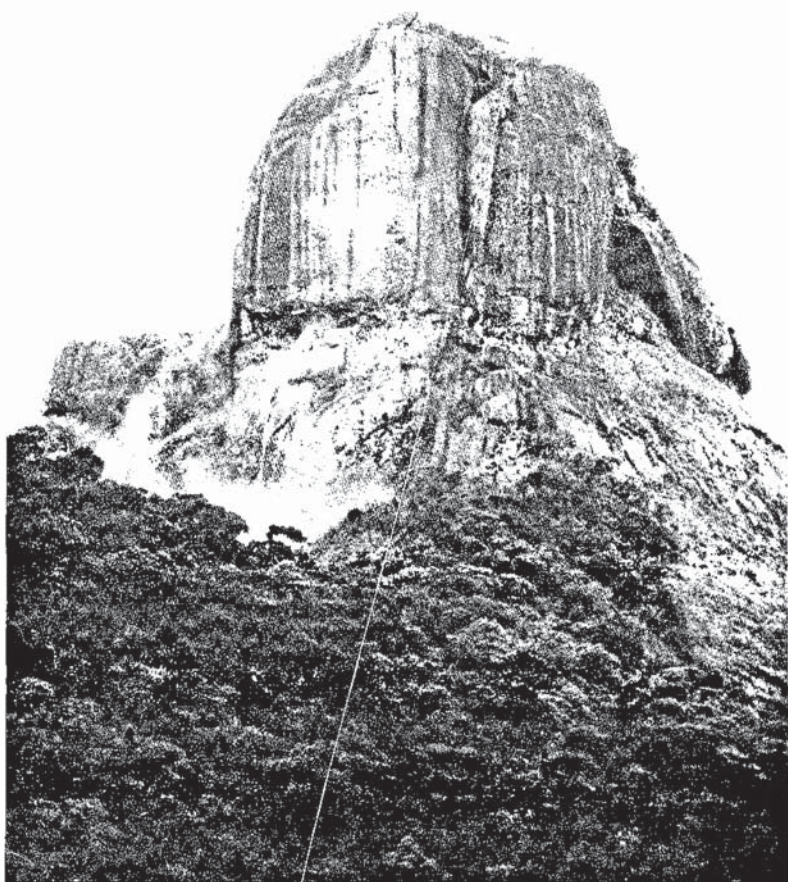
25. Carranca de um barco do rio São Francisco. Foto de Eduardo B. Chaves.



26. O mapa de Sete Cidades.



27. A cabeça de Viking da Pedra da Gávea, vista de frente. Foto de Eduardo B. Chaves.



28. A cabeça de Viking da Pedra da Gávea, vista de meio perfil.
Foto de Eduardo B. Chaves.

Atendemos também pelo Reembolso Postal
LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA S.A.
Rua Barão de Lucena, 43 ZC-02
20.000 Rio de Janeiro, RJ

Composto e impresso na
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Irineu Marinho, 30 / sobreloja 206
Tel.: (PABX) 224-7732
Rio de Janeiro - RJ